

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
CURSO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO

**AS LACUNAS DE SENTIDO NO DISCURSO JORNALÍSTICO:  
DO REPÓRTER AO EDITOR DA REVISTA *VEJA***

Thaís Helena Furtado

Professora Dra. Freda Indursky

Orientadora

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Letras da UFRGS, como requisito parcial para  
obtenção do título de mestre em Teorias do Texto e do Discurso

Porto Alegre, 2000

Ao meu pai, Jorge Alberto, e à minha mãe, Dercy,  
que me ensinaram a não calar,  
e ao Nico e ao Lucas,  
que me ensinam a também ouvir.

## AGRADEÇO

A toda a minha família, por sempre acreditar em mim.

À Freda, que me apresentou à Análise do Discurso e me orientou na minha caminhada não só teoricamente, mas também como amiga.

Às colegas de mestrado, em especial à Ivana, que atravessaram esse caminho comigo.

Aos colegas da Unisinos, pelo incentivo.

À Isabel, à Jussana, à Joana e a Zezé, por me ajudarem.

À Luísa Amaral.

À Capes.

Aos meus antigos colegas da *Veja*.

Aos meus alunos, que me apontam sempre novos caminhos.

## RESUMO

Este trabalho trata da forma como as reportagens são produzidas numa revista nacional de informação geral semanal. A revista *Veja* tem repórteres espalhados por todo o Brasil e fora dele. Diariamente, esses profissionais enviam textos para o grupo de editores, na sede da revista, em São Paulo. Os editores, por sua vez, têm que reunir todo o material recebido sobre um mesmo assunto em uma única matéria a ser publicada, o que implica reunir diferentes recortes de textos em um só. Essa reunião de recortes dá margem para que o discurso final dos editores seja diferente das produções textuais iniciais dos repórteres, não só na materialidade textual, mas também no sentido.

Este estudo, comparando textos de repórteres e de editores da revista *Veja*, tem o objetivo de analisar - usando como referencial teórico a Análise do Discurso (AD) - como são produzidos esses deslizamentos de sentido. O trabalho discute também a questão da autoria das matérias publicadas por *Veja*, considerando, então, que vários sujeitos enunciativos participam de sua construção sem que o leitor o saiba. O editor é o responsável pela produção do texto final, e este estudo pretende mostrar como os sentidos são nele fixados, debatendo de quem é a autoria desse texto.

## RÉSUMÉ

Ce travail examine la forme comme les reportages sont produits dans un magazine national d'information générale hebdomadaire. Le magazine *Veja* a des reporters répartis partout au Brésil et à l'étranger. Tous les jours ces professionnels envoient leurs textes au groupe d'éditeurs basés à São Paulo. Les éditeurs doivent, à leur tour, rassembler tout le matériel reçu sur un même sujet dans un seul reportage qui sera publié dans le magazine. Ceci implique rassembler des différentes coupures textuelles dans un seul texte. L'assemblage de différentes coupures rend possible que le discours final soit différent des productions textuelles des reporters, et dans leur matérialité textuelle et dans leurs sens.

Le but de cette étude est d'analyser, à partir du référentiel théorique de l'école française de l'analyse du discours, comment sont produits ces glissements de sens, et aussi questionner qui est l'auteur de ce texte final qui est publié par *Veja*, étant donné que plusieurs sujets énonciateurs participent de sa construction, sans que le lecteur en prenne connaissance. L'éditeur c'est le responsable pour la production du texte final, et cette étude prétend montrer comment les sens y sont fixés, débattant qui est l'auteur de ce texte.

# SUMÁRIO

<b>PRIMEIRA PARTE</b>	<b>7</b>
<b>1 A INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2 OS CONCEITOS</b>	<b>20</b>
2.1 LÍNGUA E DISCURSO	21
2.2 SUJEITO E SENTIDO	25
2.3 HETEROGENEIDADE DISCURSIVA	30
2.4 PARÁFRASE E POLISSEMIA	34
2.5 HISTÓRIA E IDEOLOGIA	36
<b>SEGUNDA PARTE</b>	<b>40</b>
<b>1 A METODOLOGIA E O <i>CORPUS</i></b>	<b>41</b>
<b>2 A ANÁLISE</b>	<b>45</b>
2.1 PRIMEIRO RECORTE: DESLIZAMENTOS POR INCISAS E ELIPSES DISCURSIVAS	46
2.1.1 Bloco 1: Deslizamentos por Elipses Discursivas	49
2.1.2 Bloco 2: Deslizamentos por Incisas Discursivas	61
2.2 SEGUNDO RECORTE: OUTROS DESLIZAMENTOS DE SENTIDO	74
2.3 UM EXEMPLO COM TRÊS FORMULAÇÕES	95
<b>3 A AUTORIA DO DISCURSO JORNALÍSTICO</b>	<b>104</b>
<b>4 UM DISCURSO AUTORITÁRIO</b>	<b>116</b>
<b>AS CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>121</b>
<b>A BIBLIOGRAFIA</b>	<b>129</b>

## **PRIMEIRA PARTE**

## 1 A Introdução

Ao fazer uma entrevista com o objetivo de elaborar uma reportagem que será publicada, o repórter recolhe uma certa quantidade de informações dos entrevistados (além da sua própria observação dos fatos). A partir deste momento, inicia-se um processo de seleção e de escolhas de enunciados, de palavras, de proposições, ou seja, de manifestações discursivas que irão compor o seu texto. O repórter escreve partindo das entrevistas e pesquisas que fez e, para construir o seu texto, inevitavelmente deixará de fora parte do material colhido. Ao escrever, o repórter utilizará alguns enunciados do entrevistado e também elaborará seus próprios enunciados para construir o texto de acordo com a sua interpretação do tema que está sendo tratado na matéria.

Depois que o texto do repórter já está pronto, o processo de seleção de manifestações discursivas se repete várias vezes até que esse texto chegue ao leitor, pois, além do repórter, vários outros profissionais ainda participarão da elaboração da redação final da matéria (redator, editor de área, editor chefe etc.). O repórter entregará a sua matéria para um superior, que irá reescrevê-la, passando o novo texto para seu superior e assim sucessivamente, dependendo da estrutura da redação. Cada um fará novas transformações e seleções no texto de acordo com o seu “entendimento” do tema que está sendo tratado. Tanto o repórter quanto o editor, enquanto sujeitos do discurso, são interpelados ideologicamente e estão inscritos em uma Formação Discursiva<sup>1</sup>, o que será decisivo para a elaboração de cada uma das formulações do texto.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> As noções teóricas de Formação Discursiva (FD) e de ideologia estão desenvolvidas no segundo capítulo da primeira parte deste trabalho (em 2.2 e 2.5).

<sup>2</sup> Formulação utilizada de acordo com a noção elaborada por Courtine, aqui explicada por Serrani: “Uma formulação é uma seqüência lingüística que se iguala ou não à frase e que é uma reformulação possível do enunciado no seio de uma rede de formulações, vindo marcar a presença desse enunciado no interior do intradiscurso de uma seqüência, dominada por uma F.D., no interior da qual o enunciado é um elemento do saber”. (Serrani, 1988:55)

Empiricamente, comecei a perceber – como jornalista e conversando com outros jornalistas – que o texto original do repórter é diferente do texto final que é publicado em muitos veículos impressos brasileiros. Os dois não diferem somente na forma, na materialidade. Pode existir mudança de sentido entre os dois textos. A forma como as reportagens são produzidas numa revista nacional de informação geral deixa ainda mais espaço para que haja mudanças de sentido nos textos (embora em outros tipos de publicação isso também possa ocorrer).

A revista *Veja* tem repórteres espalhados por todo o Brasil e fora dele. Diariamente, esses profissionais enviam textos para o grupo de editores que trabalham na sede da revista, em São Paulo. Os editores, por sua vez, têm que reunir todo o material recebido sobre um mesmo assunto em uma única matéria (que será publicada). Essa reunião de vários recortes de diferentes textos dá margem para a mudança (ou deslizamento) de sentido, justamente porque cria lacunas de sentido (noção que será discutida posteriormente nesta dissertação). É inevitável que o discurso final seja muito diferente do discurso das diferentes redações iniciais. O que acontece é uma “colagem” de enunciados. A ordem pode mudar, a forma e o sentido também.

Cabe ressaltar que, numa revista de informação geral que tem uma produção semanal (ao contrário dos grandes jornais, que são diários), há mais tempo para que as transformações possam ser feitas, embora nos jornais isso também possa ocorrer. No livro *Notícias do Planalto*, o ex-diretor de redação de *Veja*, Mário Sergio Conti, descreve com precisão como é o processo de construção do discurso da Revista. Tomo a liberdade de transcrever um trecho que resume muito claramente o que ele chama de “penoso processo de aprimoramento” das reportagens:

*O ciclo poderia começar com um repórter querendo fazer uma matéria. Ele tinha de convencer o seu editor de que a idéia, a pauta, era boa. Se conseguisse, o editor encaminhava ao editor executivo, que a conduzia ao seu chefe, e assim sucessivamente. No caminho, a pauta ia sendo burilada e completada. Na apuração, eram feitas quantas fotografias e entrevistas fossem necessárias, onde fosse preciso, inclusive na Europa e nos Estados Unidos, pelos correspondentes. Depois de percorrer pilhas de fotos, para escolher*

*as melhores, e de fazer tabelas, mapas ou gráficos com a editoria de arte, o repórter diagramava a matéria, que era repaginada pelo editor e depois pelo editor executivo. O encarregado escrevia o texto, seu editor pedia complementos e determinava que fosse reescrito. A cada degrau na hierarquia a reportagem era reescrita novamente. Autorizada a publicação, era a hora da checagem. Os checadores conferiam as datas, grafia de nomes e comparavam o texto final com os relatórios originais, buscando incongruências e erros. Esse ir-e-vir levava dias, às vezes semanas e, no gargalo final, era extenuante e neurótico. À meia-noite, acontecia de se reescrever uma matéria de oito páginas, com um novo enfoque e mais entrevistados, que às vezes precisavam ser tirados da cama. Às três horas da madrugada, o chefe poderia decidir que a reportagem fosse reduzida para duas páginas. O repórter que teve a idéia original saía da redação às nove horas da manhã, com o sol alto, e chegava em casa massacrado. Apenas uma das oito pessoas que entrevistara durante horas fora citada. Do seu texto original não sobraram nem as vírgulas. Tivera de refazer uma legenda cinco vezes. Como de praxe em *Veja*, a reportagem não era assinada. Nem a família, nem os amigos saberiam que algumas semanas da vida do repórter estavam impressas naquela matéria que se lia em dez minutos.” (Conti, 1999:63)*

Além desse processo de construção do texto, o que igualmente pode ser motivo de mudanças de sentido na elaboração da revista *Veja* é a preocupação por parte da direção da revista de manter um mesmo estilo em todos os textos publicados (mesmo que assinados por diferentes jornalistas ou publicados sem assinatura). “Algumas fogueiras se fazem necessárias para manter a pureza estilística da revista”, escreveu Mário Sérgio Conti, na introdução de um texto que foi distribuído internamente para todos os jornalistas que trabalhavam na Revista na época em que era diretor de redação (início dos anos 90) contendo observações sobre redação. Essa padronização dos textos produz o efeito de homogeneidade aparente que esconde a heterogeneidade<sup>1</sup> constitutiva do discurso final que é publicado.

*Veja* tem tiragem semanal de um milhão e trezentos mil exemplares<sup>2</sup>. Trata-se da quarta maior tiragem de revistas de informação do mundo (perde somente para as americanas *Newsweek*, *Time* e *US News*). Sua importância como veículo de comunicação é tanta que só esse fato já justificaria a escolha de seus textos para análise. Como neste trabalho não me

---

<sup>1</sup> A questão da heterogeneidade discursiva é examinada no segundo capítulo da primeira parte deste trabalho (em 2.3).

<sup>2</sup> A tiragem exata da edição de *Veja* com data de 1º de março de 2000 é de 1.350.638 exemplares.

proponho a perceber somente as modificações sintáticas que ocorrem durante esse processo, mas também as transformações de sentido, passo a usar o termo discurso (ou texto com sentido de discurso, com sua exterioridade e historicidade constitutivas), discurso sendo entendido como “efeito de sentido entre locutores” (Pêcheux,1969:82).

Por que, entretanto, não segui teorias da comunicação ou outras desenvolvidas por jornalistas para realizar meu trabalho? Para poder explicar porque optei pela Análise do Discurso (AD), mais especificamente pela teoria desenvolvida por Pêcheux e seu grupo a partir dos anos 60, é preciso primeiro falar um pouco da minha área de formação. O processo de construção do discurso jornalístico (o qual já descrevi em parte) é bastante discutido no meio, embora sem muitos resultados práticos. Rossi, em *O que é Jornalismo* (1984:42) destaca esse assunto:

*O copidesque não é o único e talvez sequer o mais importante filtro entre o fato, tal como viu o repórter e a versão que finalmente aparece publicada no jornal ou na revista, ou difundida na TV ou rádio. Há outros filtros sucessivos: inicialmente, o editor, que é o chefe da seção (editoria) para qual trabalha o repórter.*

Da mesma forma, os teóricos do jornalismo também levam em conta a posição-sujeito<sup>1</sup> dos donos das empresas jornalísticas, assim como diferenciam o poder de cada um em todo esse processo de construção do discurso jornalístico. Lage, em *Estrutura da Notícia* (1993:15), observa o seguinte:

*Foi nos Estados Unidos que o jornal-empresa atingiu sua maturidade. A divisão de trabalho nas redações centralizou o gatekeeping – decisão sobre o que vai ou não ser publicado – em editores que se orientam ora por leis de mercado, ora por conveniências que traduzem o jogo de grupos de pressão ou entidades abstratas como o interesse nacional. Os repórteres apuram e processam as informações segundo procedimentos padronizados, sem muita ingerência ou até consciência desse processo.*

---

<sup>1</sup> A noção de Posição-sujeito está desenvolvida no segundo capítulo da primeira parte desta dissertação (em 2.2).

Entre os mais recentes estudos na área de jornalismo, o que mais se aproxima do tema abordado neste trabalho é o do *gatekeeping*, definido como um processo através do qual as notícias passam por uma série de áreas de decisão (*gates*) até chegarem ao leitor (ou ouvinte, ou telespectador). O termo *gatekeeper* refere-se à pessoa que toma a decisão e foi introduzido pelo psicólogo social Kurt Lewin num artigo, publicado em 1947, sobre as decisões domésticas relativas à aquisição de alimentos para a casa. David Manningwhite foi o primeiro a aplicar o conceito ao jornalismo, originando uma nova área de pesquisa dentro do jornalismo.

*Na perspectiva do gatekeeping o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde um fluxo de notícias tem de passar por diversos "portões" (os famosos gates) que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista (gatekeeper) tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não, ou seja, a notícia acaba por passar pelo "portão" ou a sua progressão é impedida, o que na prática significa a sua "morte"(a notícia não será publicada, pelo menos, nesse órgão de informação). (Traquina, 1993:134)*

O clássico estudo de White, publicado em 1950, baseou-se numa pesquisa sobre a atividade de um jornalista norte-americano (Mr. Gates), que anotou, durante uma semana, os motivos que o levaram a rejeitar as notícias que não usou. Nesse primeiro estudo, a conclusão era de que os motivos eram subjetivos. Mais tarde, McCombs e Shaw (1976) e Hirsch (1977) reanalisaram os dados de White e perceberam semelhanças entre as escolhas de "Mr. Gates" com as notícias utilizadas pelas agências de notícias. Hirsch concluiu que "o jornalista exerceu a sua liberdade dentro de uma latitude limitada e que a grande maioria das razões apresentadas por 'Mr. Gates' refletiu o peso de normas profissionais e não razões subjetivas" (Traquina, 1993:135). Outro estudo posterior, de Gieber (1964), também refutou as conclusões de White. Para o autor, "as notícias só podem ser compreendidas se houver uma compreensão das 'forças sociais' que influenciam a sua produção". (Traquina, idem:134).

Apesar de não ter sido estabelecida nenhuma relação entre a teoria do *gatekeeping* com a Análise do Discurso e de elas se desenvolverem em campos diversos, é inevitável - considerando que esta dissertação trata da construção do discurso jornalístico - fazer um paralelo entre algumas noções desenvolvidas pelos dois campos. Assim como a teoria do

*gatekeeping* acredita que as escolhas feitas pelos jornalistas não são "subjetivas", ou individuais, e dependem das "forças sociais" que influenciam a produção das notícias, a Análise do Discurso acredita que o processo discursivo é determinado pela Formação Discursiva na qual o sujeito se insere e que determinará o que pode e deve ser dito. Em ambas as teorias, é uma ilusão pensar num sujeito enunciador capaz de fazer escolhas com intenções, de tomar decisões solitárias e ser dono de seu dizer. O sujeito da Análise do Discurso, como será explicitado posteriormente, não é "individual", ele está determinado histórica e ideologicamente e por isso não tem o domínio pleno do seu dizer.

O estudo do *gatekeeping*, no entanto, não dá conta das questões levantadas nesta dissertação. Primeiro, porque trata principalmente da exclusão de notícias inteiras, e não do processo de construção das reportagens, com suas sucessivas transformações. Segundo, porque não inclui as noções de história e de ideologia quando trata das escolhas feitas pelo jornalista. Outras teorias do jornalismo também poderiam ser perfeitamente relacionadas com o tema desta dissertação (como a hipótese da *Agenda Setting*), mas, no meu entendimento, nenhuma dá conta de todas as noções necessárias para a análise aqui proposta.

Apesar das novas constatações dos teóricos da comunicação e apesar de muitos autores não mais insistirem na objetividade, no sentido literal e na imparcialidade, o fato é que a impossibilidade dessas questões ainda é tratada como uma limitação, como algo a ser vencido pelos jornalistas. Um dos autores da área da Comunicação que mais estudou a questão da objetividade foi Clóvis de Barros Filho. Em *Ética na comunicação, da informação ao receptor* (1995), ele mostra como a objetividade jornalística é ilusória. De acordo com o autor, o conceito de objetividade jornalística apareceu, nos Estados Unidos, no último quarto do século XIX. Nesse período, a cultura dominante era a do Positivismo Filosófico: a busca "do que realmente é" enquanto cientificamente válido. O Positivismo distinguia o fato do juízo de valor, o "acontecimento" da opinião.

A prática do suposto "jornalismo objetivo", consolidada no final do século XIX, é, segundo Barros Filho, consequência não só do pensamento positivista, mas também de "interesses econômicos ligados à eficácia, à rentabilidade, ao menor esforço e ao menor risco (...)" (Barros Filho, 1995:22). Aos jornalistas cabia refletir "objetivamente" sobre os fatos,

como se fosse possível não interpretar. É nessa época que surgem certas regras para a estrutura do texto da notícia, como, por exemplo, as técnicas do *lead* e da *pirâmide invertida*. Essas formas de estruturar o texto propõem que, no primeiro parágrafo, o jornalista tenha que responder a seis perguntas básicas sobre um fato (o quê, como, quando, quem, onde, por quê). Desse modo, o leitor, teoricamente, poderia compreender o assunto tratado logo no início do texto. Essas novas práticas (utilizadas até hoje por grande parte das publicações mundiais) eram convenientes também para os repórteres, que se distanciavam do texto, não se “responsabilizando” por ele, já que as regras de construção do texto eram todas impostas.

Até a década de 20, os preceitos da objetividade eram inatacáveis no Jornalismo. Foi justamente com o surgimento das grandes revistas (a *Time* foi a primeira, em 1927) que essa noção começou pelo menos a ser discutida. Lucien e Hadden, fundadores da *Time*, propunham-se a oferecer ao leitor “o fato sobre o fato”. Foi aí que surgiu o que se chama hoje de “*Jornalismo Interpretativo*”, que supõe que o jornalista escreva não só sobre o fato, mas mostre suas causas, suas conseqüências e o contextualize em relação a outros fatos. Mas a própria definição de um jornalismo interpretativo supõe que possa existir outro: o objetivo. Na teoria do jornalismo, costuma-se dividir as técnicas de redação em jornalismo informativo, jornalismo interpretativo e jornalismo opinativo, como se realmente existisse alguma diferença entre eles; como se realmente fosse possível separar informação de interpretação e de opinião em um discurso.

Com o surgimento das revistas, então, a objetividade passou a ser criticada por alguns autores da área, mas nunca deixou de ser vista como uma forma de jornalismo ideal para a maioria dos veículos. Tanto que a regra do *lead* (de responder às seis perguntas básicas no primeiro parágrafo) ainda é utilizada na grande maioria dos jornais. Os manuais de redação editados pelos grande veículos jornalísticos impressos brasileiros têm justamente o objetivo de padronizar e ditar regras para a elaboração de seus textos. Neles, invariavelmente, a questão da busca pela objetividade é ponto básico.

Teoricamente, as revistas deveriam fugir da questão da objetividade, oferecendo ao leitor mais do que os jornais, a televisão e o rádio já deram durante a semana. De fato, de certa forma, revistas com *Veja* cumprem esse papel, mas ainda continuam se apresentando

com veículos que oferecem “a verdade”. “(...) Nosso objetivo tem sido sempre o mesmo: transmitir notícias corretas, informação confiável, conhecimento, entretenimento e reflexões da maneira mais precisa, mais agradável e mais clara possível”, escreve Roberto Civita, presidente e diretor da Editora Abril, que edita *Veja* e outras tantas revistas, no *Manual de estilo Editora Abril: como escrever bem para nossas revistas* (1990).

Não há nada de errado na afirmação de Civita, mas é necessário refletir sobre a forma como as notícias de *Veja* são oferecidas aos leitores. As teorias do Jornalismo não dão conta de todas as questões a que este trabalho se propõe. Acredito que a Análise do Discurso possa dar uma grande contribuição na reflexão sobre a produção da linguagem e do sentido nos textos jornalísticos. As análises deste trabalho, utilizando noções propostas pela AD, mostram que nem sempre o que aparece nas páginas de *Veja* é o “mais preciso”, como espera o presidente da empresa.

A proposta deste trabalho é mostrar que o sentido não é único, mas que cada enunciado carrega consigo uma maior ou menor multiplicidade de sentidos, que podem ser deslizados para outros e mais outros. Se, para o jornalismo, a polissemia é vista como um problema, para a AD ela faz parte da linguagem. Não é possível acreditar que o sentido possa ser único. Visto por esse prisma, é possível afirmar que o jornalismo objetivo não existe e jamais existirá.

Em relação à questão do sentido, até mesmo autores que seguem outras teorias dentro da lingüística (desde Benveniste até Ducrot) acreditam que um enunciado nunca terá o sentido idêntico quando repetido: sempre será diferente a cada nova realização. Ducrot (1989:13), por exemplo, diz que “o enunciado é um segmento de discurso. Ele tem, pois, como o discurso, um lugar e uma data, um produtor e (geralmente) um ou vários ouvintes. É um fenômeno empírico, um observável, e, a este título, não se repete”.

Para os teóricos da Análise do Discurso, o discurso também é um acontecimento único. Para a AD, não há separação entre a linguagem e a sua exterioridade constitutiva. Como a exterioridade modifica-se constantemente, sua relação com a linguagem também será sempre diferente. “As determinações sociais, históricas e ideológicas de cada enunciado são

diferentes, mesmo que minimamente. Essa diferença nas ‘condições de produção’ dos enunciados resultam em diferenças de sentido.” (Gallo, 98:3). Nesse caso, a repetição já significa diferentemente, pois introduz uma modificação no processo discursivo.

*Para compreendermos o funcionamento do discurso, isto é, para explicitarmos as suas regularidades, é preciso fazer intervir a relação com a exterioridade, ou seja, compreendermos a sua historicidade, pois o repetível a nível do discurso é histórico e não formal. (Orlandi, 1996:29)*

A AD leva em consideração a exterioridade como constitutiva do discurso, assim como a historicidade e a ideologia. Um discurso, então, sempre é um acontecimento único. O discurso jornalístico, portanto, nunca será totalmente objetivo, imparcial. Ele pressupõe inicialmente pelo menos duas realizações do mesmo enunciado: a do entrevistado e a do repórter, já que o repórter vai sempre (re)escrever em sua reportagem o que o entrevistado disse. Ou seja, o deslizamento do sentido no processo de construção do discurso jornalístico já inicia em sua origem. É extremamente comum, por exemplo, o entrevistado reclamar, enviando cartas às redações dizendo que foi publicado algo que ele não disse ao repórter. Quase todos os grandes jornais e revistas reservam um espaço para tais manifestações dos leitores.

As modificações de sentido podem ocorrer no início do processo de construção do texto jornalístico, ou seja, na passagem do discurso do entrevistado para o discurso do repórter. As modificações, entretanto, podem ocorrer no decorrer do restante do processo de construção do texto final. Este trabalho se propõe a examinar o deslizamento que continua acontecendo no decorrer do processo, depois que o texto do repórter já está pronto.

A Análise do Discurso foi por mim escolhida justamente por dar conta dessas questões: das falhas da língua, da historicidade, da opacidade dos textos; conceitos que serão definidos no decorrer deste trabalho. O processo de construção do discurso jornalístico, como foi visto, pressupõe a realização do mesmo enunciado várias vezes, já que uma mesma matéria é várias vezes recortada, colada, reescrita, possibilitando os deslizamentos de sentido

a cada nova realização. Pêcheux, em *O Discurso, Estrutura ou Acontecimento* (1983), define bem esses pressupostos no seguinte trecho:

*A conseqüência do que procede é que toda descrição (...) está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro (...). Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso. (Pêcheux, Op.cit.:53)*

A importância dos meios de comunicação na sociedade atual é indiscutível. A importância da revista *Veja*, enquanto veículo de comunicação, também. O tema proposto nesta dissertação tem relevância tanto para profissionais da área da comunicação e da lingüística, quanto para a sociedade em geral.

A maioria das pessoas (os leitores) sequer tem o conhecimento de que o discurso jornalístico que é publicado (e em especial o de *Veja*) é heterogêneo, sem autoria clara<sup>1</sup>, e com um sentido que pode ser muito diferente daquele supostamente empregado pelo entrevistado. Cabe aqui ressaltar que não só o discurso, mas o texto também é heterogêneo. Ele não pode ser considerado como uma superfície plana e linear. Na perspectiva discursiva, o texto tem inúmeras direções, múltiplos planos significantes.

*Diferentes versões de um texto, diferentes formulações constituem novos produtos significativos (...). Qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições sujeito, com diferentes formações discursivas, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade. (Orlandi, 1996:14)*

A ligação da materialidade do texto com a sua exterioridade mostra que a idéia de um “texto original” é imaginária. Existem vários textos possíveis num mesmo texto. Não é verdade, no entanto, que um texto possa tomar qualquer direção: caso contrário, a relação com

a exterioridade não existiria. É o autor que faz essa relação da materialidade (do “sítio significante” que é o texto, como define Orlandi (idem:15)) com a exterioridade. O texto é um objeto histórico, não por ser um documento, mas por ser um discurso. Por isso o texto, apesar de em sua apresentação ser um objeto de começo, meio e fim, enquanto discurso é incompleto, não é fechado, tem relação com outros textos, com suas condições de produção, ou com o que a AD chama de sua exterioridade constitutiva: o interdiscurso, a memória do dizer. O texto, então, é uma unidade complexa e é heterogêneo.

*A AD está assim interessada no texto não como objeto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso. O trabalho do analista é percorrer a via pela qual a ordem do discurso se materializa na estruturação do texto. (Orlandi, idem:60)*

Texto e discurso, então, são incompletos, e as lacunas e margens de sentido são constitutivas da linguagem, mas cabe o questionamento (a que este trabalho se propõe) de como estas transformações já referidas acontecem, quais pistas materiais indicam essas transformações e que tipo de modificações ocorrem. Até porque, se o sentido para AD não está fixado nas palavras, ele tampouco pode ser qualquer um: existe uma determinação histórica.

Este trabalho se propõe, também, a discutir essa relação já estabelecida entre repórter e editor. Nesse caso, considero o repórter como o sujeito que faz a primeira formulação escrita de um texto (depois do contato com os entrevistados) e o editor como aquele que reescreve os diferentes textos recebidos. Quando falo “editor”, aqui, refiro-me a todos os profissionais do jornalismo que têm essa função de reescrever (editor, redator, diretor etc.).

O jornalista Ricardo Setti, que passou por várias redações brasileiras, entre elas a de *Veja*, em um artigo intitulado *É melhor ser repórter ou diretor de redação?* (sem data) deixa claro como essa forma de trabalho entre *repórter* e *editor* já está enraizada na profissão, tanto que pouco se discute sobre o assunto.

---

<sup>1</sup> A noção de autoria é desenvolvida na segunda parte deste trabalho (em 3).

*Se o repórter é fundamental, se ele representa os olhos, ouvidos e terminações nervosas do veículo, nenhuma Redação chega a lugar algum sem planejamento, sem alguém cuidando da orientação geral, se comando. São os repórteres que inundam a Redação de informação, mas são os jornalistas da retaguarda que organizam e dão sentido – começo, meio, fim, onde estamos, para onde vamos – ao dilúvio de material, freqüentemente contraditório, trazido pelos repórteres ou enviado por sucursais e correspondentes. (Setti, Op.cit.:87)*

Não está em discussão que tanto o trabalho do repórter quanto o do editor (ou redator) são importantes e diferenciados dentro de uma Redação. Para Setti, é o editor (ou “jornalista da retaguarda”) quem dá sentido, começo, meio e fim para o material dos repórteres. Para AD, o editor pode ser visto como o sujeito que dá unidade à soma de todos os recortes textuais de vários outros textos de diferentes sujeitos. Mas esses vários textos já estão carregados de sentido (mesmo que contraditórios). O que acontece é que o editor é responsável, ao reunir os recortes, por dar um efeito de sentido à nova formulação que está produzindo. Ele tenta fixar um sentido entre a multiplicidade de sentidos. O que não significa que o seu texto final terá um sentido único. A sua tentativa é a de buscar esse novo efeito, mesmo que ilusório. Esse efeito pode ser parecido ou diferente do material original dos repórteres. É justamente esse efeito que o editor dá ao novo texto que este trabalho analisa. Pelas condições de produção do discurso jornalístico, acontece de o discurso final ser, às vezes, muito diferente da formulação do repórter. O que o editor faz é preencher lacunas de sentido que se criam durante esse processo, formulando um novo sentido que, enfim, aparecerá no texto final publicado.

Este trabalho se propõe a examinar justamente esses deslizamentos de sentido. Esta dissertação apresenta-se organizada como segue: na primeira parte do trabalho, apresento alguns conceitos básicos que ajudam a compreender a Análise do Discurso. Na segunda parte, explico a metodologia utilizada para analisar o *corpus* que é apresentado para, então, passar à análise propriamente dita.

No final do trabalho, antes das considerações finais, apresento duas noções que julguei importantes para a reflexão: a de autoria no discurso jornalístico e a do discurso jornalístico caracterizado como autoritário.

## 2 Os conceitos

A importância de conceituar noções básicas para a Análise do Discurso (AD) é não só delimitar seu quadro teórico como também esclarecer no que ela difere de outras teorias. Sentido, sujeito, língua, discurso, ideologia, história são noções extremamente relacionadas umas com as outras no âmbito da AD. Este trabalho se baseia nos conceitos que foram desenvolvidos, na Escola Francesa de Análise do Discurso, por Pêcheux e seu grupo de trabalho, a partir do final dos anos 60.

Conceitos mais específicos – elipses, incisas discursivas e autoria - também são importantes e serão desenvolvidos por se relacionarem diretamente com o tema proposto nesta dissertação<sup>1</sup>.

O seguinte trecho de Maria Cristina Leandro Ferreira de *Nas Trilhas do Discurso: a propósito da leitura, sentido e interpretação* (1998) reúne alguns conceitos fundamentais para AD:

*O discurso é um objeto teórico na AD. Isto significa que ele é entendido em primeiro lugar como um lugar de reflexão. PÊCHEUX define-o como “efeito de **sentido** entre interlocutores”. Mais do que um resultado, o discurso vai definir um processo de significação no qual estão presentes a **língua** e a **história**, em suas materialidades, e o **sujeito**, devidamente interpelado pela **ideologia**”. Vê-se, portanto, que o discurso é um ponto de contato crucial onde se articulam os diversos fios que compõem seu tecido, verdadeira instância de sentidos, em cuja materialidade (discursiva) se confrontam o lingüístico e o ideológico.” (Ferreira, In Orlandi, 1998:203)*

---

<sup>1</sup> Esses conceitos são discutidos na segunda parte do trabalho, juntamente com a análise, para melhor compreensão.

Nesse trecho, a autora consegue relacionar vários conceitos importantes para a AD, mostrando como, de fato, eles estão interligados. A seguir, esses e outros conceitos de Análise de Discurso de fundamental importância para este trabalho são examinados.

## 2.1 Língua e Discurso

A lingüística se firmou como ciência a partir de Saussure, que definiu dois conceitos: língua e fala. Para ele, separar língua e fala significava separar o social do individual e o essencial do que é acessório. Ao definir a fala como algo sempre individual, circunstancial e variável, Saussure a exclui do campo da lingüística. Essa exclusão representa os limites da dicotomia Saussuriana.

Bakhtin considera a língua um fato social, fruto da manifestação individual de cada falante. No entanto, ele valoriza a fala (se afastando de Saussure) ao perceber que ela é responsável pelas transformações lingüísticas. Para ele, não existe nenhum indício de um sistema de normas imutável: a língua apresenta-se como uma corrente evolutiva ininterrupta. Segundo Bakhtin, os conflitos da língua refletem a luta de classes. A ideologia é um reflexo das estruturas sociais e a língua se modifica de acordo com essas estruturas. A forma lingüística vai se apresentar aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso (Bakhtin, 1995).

Considerando, então, que a linguagem está intimamente ligada a questões subjetivas, sociais e ideológicas, a dicotomia língua/fala se torna restrita e se cria a necessidade de se examinar outra instância fora dessa dicotomia: o discurso. O discurso, portanto, está excluído da lingüística, que considera como seu limite a frase. O objeto de estudo da lingüística é a língua. O discurso está para além da frase. De acordo com Orlandi, a AD se forma no lugar em que a linguagem tem de ser referida necessariamente à sua exterioridade, para que se apreenda seu funcionamento, enquanto processo significativo (Orlandi, 1996). Sendo o objeto específico da AD o discurso e não a língua, cabe ressaltar que a exterioridade referida por Orlandi (contexto sócio-histórico) é constitutiva da linguagem. Robin (1973) diz que o discurso só é discurso quando se refere a suas condições de produção.

A questão da língua é essencial na AD, até mesmo porque é através do caráter material das formas lingüísticas tomadas como pistas que a análise começa a se tornar possível. Sem a materialidade da língua seria impossível encontrar essas pistas, e elas são o primeiro passo para se conseguir analisar o discurso. Courtine (1981) diz que todo procedimento de análise do discurso encontra na lingüística seu campo de validação. No entanto, a lingüística não é suficiente para dar conta do discursivo.

Segundo Indursky (1997:17), a AD pressupõe a lingüística, mas não se limita a ela, pois a metodologia da lingüística não é adequada para tratar do objeto discursivo. O analista do discurso precisa considerar a exterioridade para fazer sua análise, já que o discurso vai além da frase.

A língua, para AD, não é transparente. Tem espessura, não é estável, nem homogênea. Para Orlandi (1994), ela é um conjunto de regras que admite falhas, que tem o equívoco como constitutivo. “A AD pára na materialidade da linguagem, não a atravessa como algo transparente (e sem historicidade) em busca de um seu conteúdo mais além”. (Orlandi, 1994:297). A autora diz ainda que “o discurso para o analista de discurso é um objeto histórico cuja materialidade específica é lingüística” (idem:295). Ao mesmo tempo em que a AD pressupõe e se relaciona com o lingüístico (com a materialidade da língua), dela se afasta, pois vai além das regras. A relação do conceito de língua com discurso, na concepção dos analistas do discurso, pode, então, ser entendida como segue:

*Considerando seus diferentes objetos, podemos ilustrar a diferença entre a AD e a lingüística, dizendo que a lingüística procura dar conta dos mecanismos que tornam possíveis todas as frases da língua e a AD trata do que faz com que um discurso seja uma seqüência real única. O repetível na lingüística é formal (número finito de regras produzindo todas as frases da língua) e o repetível na AD é histórico (o efeito do já-dito que sustenta toda possibilidade de dizer). (Orlandi:1994:297)*

No livro *O Discurso – Estrutura ou Acontecimento*, Pêcheux persegue a idéia de refletir o discurso como estrutura e como acontecimento. No livro, ele faz uma análise do enunciado “*on a gagné*” (“ganhamos”) que se tornou o grito de vitória dos eleitores de

Miterrand, quando este venceu as eleições presidenciais da França, em 1981. O enunciado era produzido tradicionalmente em vitórias esportivas e foi entoado nas ruas em relação à vitória política. Assim, Pêcheux mostra que um mesmo enunciado (ou uma mesma estrutura) pode se transformar em outro, dependendo de suas condições de produção. Logo, o discurso não pode ser entendido apenas como estrutura, mas também como acontecimento. O autor considera a estrutura fundamental para o analista de discurso, desde que o equívoco seja considerado como constitutivo da língua.

Para compreender melhor essas noções de estrutura e de acontecimento para a AD, recorro a Dorneles (In Indursky e Leandro Ferreira, 1999,149-172). Ela inicia seu texto *O discurso do MST: um acontecimento na estrutura agrária brasileira*, fazendo um percurso que vai desde a noção de estrutura em lingüística, passando pela estrutura em psicanálise até chegar a conceituação de estrutura em AD. “A lingüística concebe a língua como estrutura onde há leis lógicas, sem lugar para o não formulável, o não repetível. Trabalha com um conceito de estrutura onde não há espaço para a inclusão do sujeito” (Dorneles, 1999:152/153). Nesse ponto, a visão entre lingüistas e psicanalistas se afasta, pois a psicanálise faz justamente o contrário: relaciona diretamente o sujeito com a palavra. Já na ótica da AD, na estrutura “há lugar para um impossível de ser contornado, mas impossível de estar ausente: o real. Um real de três ordens: a do inconsciente, a da língua e a dos processos sociohistóricos”(Dorneles, Idem:154).

Pechêux, em *Discurso – Estrutura ou Acontecimento*, mostra que o real, na concepção da AD, não é acessível no seu todo, mas é parte constitutiva da realidade. A idéia de que é possível se ter acesso ao real como um todo, tanto da língua como nos processos sociohistóricos, parte de uma visão filosófica platônica que começa a se inverter a partir da concepção de Kant (século XVIII), como explica Dorneles: “Até Kant prevalecia a idéia inquestionável de que ‘o mundo é o que é’” (1999:156). A linguagem, então, serviria apenas para descrever o mundo tal como ele é. Por isso a concepção de que a linguagem seria totalmente transparente prevalecia. Kant, no entanto, passa a não acreditar na existência de idéias inatas e tira da linguagem essa função (transparente) de descrever o mundo, como se ele fosse independente do homem.

Relacionando essas concepções filosóficas com o jornalismo, é possível fazer um paralelo entre a visão platônica com o ideal do Jornalismo Informativo de que a função do jornalista seria apenas a de descrever a realidade com objetividade e transparência. Como já foi dito, essa concepção começou a se modificar com o surgimento do Jornalismo Interpretativo e com o entendimento de que a objetividade absoluta não existe. Assim como Pechêux (1997) exemplifica que um cientista nunca terá o real como um todo como objeto de sua ciência, um jornalista nunca irá apenas descrever o mundo como se ele apenas fosse o que é. Cada cientista e cada jornalista são sujeitos que podem construir uma realidade diferente acerca desse real.

Se a modificação na visão filosófica provocou o questionamento sobre um mundo logicamente estabilizado, por outro lado fez surgir a idéia de dualidade do sentido: ou isto, ou aquilo. Essa busca pela homogeneidade lógica, no entanto, “não consegue excluir do objeto constituído o outro, a posição antagônica” (Dorneles, 1999:156). Pêcheux diz que “esta homogeneidade lógica, que condiciona o logicamente representável como conjunto de proposições suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas, é atravessado por uma série de equívocos, em particular termos como lei, ordem princípio, etc” (idem:32).

O “real sociohistorico” do qual fala Pechêux (1997) “é da ordem dos processos sociais, das práticas sociais que têm como agente constituidor/constituído o sujeito. Portanto, a estrutura acolhe o sujeito ideológico no seu interior” (Dorneles, 1999:157). O sujeito produz a sua realidade, deixando parte do real de fora, ou seja a realidade estruturada é efeito de relações imaginárias (inconscientes e ideológicas) produzidas pelo sujeito. É por isso que a AD vê o real como algo impossível de ser dito, mas impossível de não fazer parte do dito. É com essa concepção de real que Pêcheux (1997) diz que há “coisas-a-saber”. “É nesse espaço de interpretação ‘das coisas-a-saber’ que a *estrutura* possibilita a emergência do acontecimento” (Dorneles, 1999:157).

Se o acontecimento em si constitui-se num evento real (até independente da interferência do sujeito), por outro lado, ele só passa a ter sentido a partir do seu encontro com o sujeito, que o interpreta e o faz significar. “A partir da estrutura, instala-se um espaço para o acontecimento cujos objetos produzidos não estão presos a uma logicidade dada

anteriormente, mas às condições históricas de produção de sentido” (Dorneles, idem:159). Por isso, estrutura e acontecimento estão sempre ligados e o sentido pode sempre ser deslizado para outro.

Orlandi (1996:12) diz que "a linguagem é estrutura e acontecimento, tendo assim de existir na relação necessária com a história (e com o equívoco)". A autora também considera a linguagem como "um sistema de relações de sentidos onde, a princípio, todos os sentidos são possíveis, ao mesmo tempo em que sua materialidade impede que o sentido seja qualquer um". (idem:20).

Para a AD, a estrutura e o acontecimento fazem parte do processo discursivo. “Nos estudos discursivos, não se separam forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não só como uma estrutura, mas sobretudo como acontecimento” (Orlandi, 2000:19). O discurso manifesta-se materialmente através de textos. O discurso é tomado como conceito teórico e metodológico, e o texto, como conceito analítico, mas, mais que isso, “como unidade complexa de significação, consideradas as condições de sua realização. É então uma unidade de análise não formal, mas pragmática” (Orlandi, 1996:159). Analisando a base lingüística de um texto, é possível verificar seu funcionamento lingüístico e também discursivo.

Neste trabalho, os textos analisados oferecem pistas lingüísticas. Na comparação dos textos dos repórteres com os do editor, essas pistas se tornam “visíveis”. É através delas que se pode chegar ao funcionamento não só lingüístico mas também discursivo dos textos da revista *Veja*.

## 2.2 Sujeito e Sentido

Ao considerarmos o discurso com sua exterioridade constitutiva, incompleto, com constitutivas falhas, encontramos o espaço para o aparecimento do sujeito e do sentido. O sujeito visto pela AD não é o mesmo da Teoria da Enunciação (individual), nem é abstrato. A AD não considera o sujeito consciente, dono do seu dizer, sem história. Da mesma forma, a AD não entende que exista um sentido literal, mas também não aceita a idéia de que o sentido

possa ser qualquer um: há uma determinação histórica. Para Orlandi (1996:27), a AD trabalha o descentramento do sujeito (como origem), e não cai na ilusão do sujeito como centro. A autora ressalta que "do ponto de vista discursivo, sujeito e sentido não podem ser tratados como já existentes em si, como a priori, pois é pelo efeito ideológico elementar que funciona, como se eles já estivessem sempre lá" (Orlandi, idem:28).

Sujeito e sentido estão intrinsecamente ligados para a AD. Para melhor compreensão desses dois conceitos, é necessário analisar uma outra noção fundamental: a de Formação Discursiva (FD). O primeiro a desenvolver o conceito de FD foi Foucault, em *Arqueologia do Saber* (1969), dizendo que uma FD se estabelece a partir de determinadas regularidades do tipo ordem, correlação, funcionamento e transformação. As regras de formação determinam condições de existência, coexistência, modificações e desaparecimento de uma repartição discursiva dada. Uma FD é essencialmente lacunar em função do sistema de formação de suas estratégias, podendo ser individualizada através do sistema.

Para o autor, uma FD não desempenha o papel de uma figura que pára o tempo e congela-se. Uma FD "coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos. Não se trata de uma forma intemporal, mas de um esquema de correspondência entre diversas séries temporais (Foucault, 1969:82). Para Foucault, o discurso é constituído por um conjunto de enunciados que provém do mesmo sistema de FD. Um enunciado pertence a uma FD como uma frase pertence a um texto.

Pêcheux e Fuchs (1975) tomam a noção de FD concebida por Foucault, mas a redimensionam de acordo com os princípios da AD, relacionando-a e submetendo-a à ideologia. Em *Semântica e Discurso*, Pêcheux retoma essas noções:

*O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe 'em si mesmo' (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas suas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (Pêcheux, 1995:160)*

Dessa forma, o autor entende que as palavras, as proposições etc., mudam de sentido de acordo com as posições sustentadas por aqueles que a empregam. Pêcheux define como formação discursiva "aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito" (Pêcheux, idem:160). Isso significa que Pêcheux relaciona diretamente sujeito e sentido. O sentido se constitui, então, "a partir das relações que as diferentes expressões mantêm entre si, no interior de cada FD, a qual, por sua vez, está determinada pela Formação Ideológica (FI) de que provém" (Indursky, 1997:32). O que define o processo discursivo, de acordo com Pêcheux, é o "sistema de relações de substituição, paráfrases, sinónimas etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – 'significantes' – em uma formação discursiva dada" (Pêcheux, 1995:161).

Para Orlandi (1996), do ponto de vista da Análise do Discurso, a mera repetição (paráfrase) já significa diferentemente, pois introduz uma modificação no processo discursivo. Quando alguém diz a mesma coisa duas vezes, há um efeito de sentido diferente a cada realização, pois trata-se de dois acontecimentos diferentes. Os processos discursivos são determinados pela FD na qual o sujeito falante se insere, mas, como já havia observado Pêcheux (1990:177), esse sujeito tem a ilusão de ser a fonte do sentido (esquecimento número 1) e de ter domínio daquilo que diz, de ser dono absoluto do seu dizer (esquecimento número 2). Althusser, em *Aparelhos Ideológicos do Estado* (1983), diz que o indivíduo é interpelado em sujeito para livremente submeter-se. O sujeito aceita livremente sua submissão. O sujeito do discurso, então, é interpelado, mas se acredita livre.

O esquecimento número 1 é da instância do inconsciente e é conseqüente do modo pelo qual o sujeito é afetado pela ideologia. Esse esquecimento provoca a ilusão do sujeito de ser a origem do que diz, quando, na verdade, os sentidos já estão determinados pela maneira como o sujeito se inscreve na história. Independem de sua vontade.

O esquecimento número 2 é da instância da enunciação. Ele provoca a ilusão de que "há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim". (Orlandi, 2000:35). Entretanto, o dizer sempre poderia ser outro. Da mesma

forma, se poderia dizer “o mesmo” de outra maneira. Pêcheux diz que “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe em si mesmo” (Pêcheux, 1995:160). Isso significa que não existe um sentido literal.

O sentido de um enunciado sempre pode deslizar e tornar-se outro, de acordo com a Formação Discursiva à qual está relacionado. As palavras, expressões ou proposições mudam de sentido ao passar de uma FD para outra. Assim como palavras literalmente diferentes podem ter sentido semelhante dentro de uma mesma FD. Nesta dissertação, com as análises, é possível perceber o deslizamento de sentido que ocorre entre a formulação do repórter e do editor. Os dois, como será visto posteriormente, fazem parte de uma mesma FD, mas assumem posições-sujeito diferenciadas. Essa observação só é possível se considerarmos uma FD como heterogênea.

Num primeiro momento da Análise do Discurso, Pêcheux propunha que uma FD fosse "um *corpus* fechado de *seqüências discursivas*, selecionadas (...) , num *espaço discursivo* (...) dominado por *condições de produção* estáveis e homogêneas" (Gadet & Hak, 1993:312). Nesse caso, a análise discursiva limitava-se a construir, ainda na visão de Pêcheux, "sítios de identidades parafrásticas interseqüenciais" (Gadet & Hak, idem:312). Numa segunda fase da AD, Pêcheux começa a enxergar a noção de FD de outra forma, relacionando-a com as noções de sentido e de sujeito do discurso. Como uma palavra não possui sentido literal, o sentido decorre das relações que os elementos lingüísticos mantêm com outros elementos pertencentes à mesma FD. A FD passa a ser entendida não mais como um domínio de saber fechado.

Indursky (1997:34) diz que a FD é o lugar da constituição do sentido. Toda FD dissimula, pela aparente transparência do sentido que aí se constitui, sua dependência em relação ao complexo dominante das FDs, subordinadas às FIs. Pêcheux (1995:162), chama esse "todo complexo com dominante" de interdiscurso, esclarecendo que ele também é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação. Não sendo um domínio de saber fechado, uma FD se relaciona constantemente com seu exterior. É o pré-construído (elemento constitutivo do interdiscurso) que permite essa relação. O pré-construído permite que se estabeleça uma relação entre o intradiscurso e o interdiscurso, ou seja, entre o que está no

nível do enunciado e aquilo que sustenta esse dizer, mas não está diretamente enunciado. Apesar de ter um efeito de antecedente, o pré-construído (noção estabelecida primeiramente por Paul Henry, citada por Pêcheux (1995:99)), é produzido simultaneamente ao construído.

Desse modo, Pêcheux conclui que “uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD)” (Gadet & Hak, 1993:314). Indursky diz que “uma FD é uma unidade dividida e heterogênea. Seu contorno é fundamentalmente instável, pois não há limites rígidos a separar os elementos internos de seu saber daqueles que lhe são exteriores” (Indursky, 1997:35). As fronteiras de uma FD sempre podem ser deslocadas.

Uma FD pode, então, ser compreendida como uma unidade heterogênea, com fronteiras sujeitas a deslocamentos, sem limites certos e com a exterioridade fazendo parte de seu interior. Sendo heterogênea, uma FD abriga diferentes posições-sujeito. Essas posições estarão mais próximas ou mais distantes do sujeito do saber dessa FD, chamado por Pêcheux de forma-sujeito (Pêcheux, idem:164).

Pêcheux buscou a noção de forma-sujeito em Althusser. Para Althusser, o trabalho da ideologia faz com que cada discurso tenha sua forma-sujeito correspondente, independente dos indivíduos que nela se inscrevem. Já para Pêcheux, a forma-sujeito é o sujeito histórico de uma FD. No interior de uma forma-sujeito há diversas posições-sujeito que podem até estar em conflito. Essa concepção de forma-sujeito aponta para uma FD heterogênea. “As diferentes posições-sujeito mostram pois as modalidades particulares de identificação de diferentes sujeitos do discurso com a forma-sujeito de uma FD” (Indursky, 1997:38)

Com essa concepção de FD heterogênea, Pêcheux amplia a concepção de sujeito de Foucault (1969). Para esse autor, o sujeito é um lugar vazio que pode ser ocupado por indivíduos diferentes. Pêcheux desloca esse “lugar vazio” para a FD e aponta que ele está provisoriamente vazio. Ele será, na verdade, preenchido pelo sujeito do saber de uma FD específica. O seguinte trecho de Pêcheux em *Semântica e Discurso* (1995), pode esclarecer a relação entre sujeito e sentido para AD:

*Um efeito de sentido não preexiste à formação discursiva na qual ele se constitui. A produção de sentido é parte integrante da interpelação do indivíduo em sujeito, na medida em que, entre outras determinações, o sujeito é "produzido como causa de si" na forma-sujeito do discurso, sob o efeito do interdiscurso. (Pêcheux, op.cit.:261)*

Courtine (1981:24) contribui para o entendimento dessa visão de FD heterogênea quando afirma que ela "não é uma única linguagem para todos, nem uma linguagem para cada um, mas várias linguagens em uma única". Ou seja, uma FD é heterogênea a si mesma: seu fechamento é instável e não separa o que lhe é interior do que é exterior, mas se inscreve entre diversas FDs: "como uma fronteira que se desloca em função do jogo da luta ideológica" (Courtine, idem:24).

Considerando a FD dotada de fronteiras desestabilizadas, podendo comportar diferentes posições-sujeito dentro dela mesma e sendo continuamente invadida por outras FDs, cabe abordar mais especificamente a questão da heterogeneidade discursiva. Questão essa de grande importância para esta dissertação, que trata de um discurso extremamente heterogêneo já que é efetivamente construído por mais de um sujeito enunciador.

### 2.3 Heterogeneidade Discursiva

A questão da heterogeneidade foi bastante discutida pela autora Jaqueline Authier-Revuz. Lembrando Bakhtin, Authier-Revuz (1990:26) afirma que "as palavras são, sempre e inevitavelmente, 'as palavras dos outros'". Ao considerar a questão sob a perspectiva da psicanálise, a autora chega a mesma conclusão: "sempre sob as palavras, 'outras palavras são ditas'" (idem:28).

Authier-Revuz baseia seus estudos em Bakhtin porque ele trata justamente de questões como dialogismo e polifonia. O autor não acredita na fala como um ato individual. Para ele, a palavra nunca é neutra, isenta de outros. Considerando a dialogia como constitutiva da linguagem, a comunicação deixa de ser apenas uma simples transmissão de mensagens.

Partindo do dialogismo, Bakhtin elaborou a teoria da polifonia: sempre várias vozes falam simultaneamente num mesmo texto, sem que uma seja preponderante.

Foram essas questões que influenciaram o trabalho de Authier-Revuz, que passou a distinguir dois tipos de heterogeneidade: a heterogeneidade mostrada, que indica a presença do outro no discurso do locutor; e a heterogeneidade constitutiva, que consiste em uma "modalidade implícita que esgota a possibilidade de captar lingüisticamente a presença diluída do outro no um". (Authier-Revuz, 1990:32). A heterogeneidade é sempre constitutiva do discurso, mas quando não é mostrada, é não analisável.

A heterogeneidade mostrada pode apresentar-se em duas formas: marcada e não-marcada. Em sua forma marcada, ela é da ordem da sintaxe, enquanto a heterogeneidade constitutiva está ligada à ilusão-esquecimento número 1, que faz com que o sujeito do discurso tenha a ilusão de ser a fonte de seu dizer (inconsciente). Segundo Indursky (1997:40), a heterogeneidade mostrada em sua forma marcada é da ordem da enunciação. Ela é vista na materialidade lingüística (discurso direto, discurso indireto, aspas). Já a modalidade não-marcada é da ordem do discurso, ela não é visível na materialidade lingüística. Exemplos seriam o discurso indireto livre, a ironia, a metáfora, o jogo de palavras. É uma forma que joga com a diluição do outro no um. Esse "outro" pode ser percebido ou não.

Authier-Revuz (1990) destaca que o locutor, ao marcar explicitamente em seu discurso pontos de heterogeneidade, delimita o lugar do "outro", criando a ilusão de que o "outro" não está em todos os lugares. Onde não estão presentes os pontos de heterogeneidade, o discurso parece homogêneo. Os estudos de Authier-Revuz contribuíram para o desenvolvimento da noção de heterogeneidade discursiva que já estava sendo desenvolvida por autores da Análise do Discurso. Para a AD, a noção de heterogeneidade está intimamente ligada com uma concepção de Formação Discursiva não fechada, que comporta diferentes posições-sujeito em seu interior e que é constantemente invadida por outras FDs. Os discursos, para AD, mantêm relação constante com outros discursos, relações essas determinadas pelo interdiscurso.

A heterogeneidade mostrada em sua forma marcada é mais do que conhecida no discurso jornalístico (campo de interesse específico desta dissertação). Ela é constitutiva do

discurso jornalístico, já que ele sempre (ou praticamente sempre) supõe pelo menos os dizeres de entrevistados (outros). Aspas, por exemplo, são tão comuns num texto de jornal ou revista que qualquer leitor é capaz de compreendê-las como uma marca do dizer do outro no discurso que está lendo, mesmo que não possa identificar sua relação ou função exata para o dizer do um.

É justamente essa heterogeneidade tão evidente no discurso jornalístico que cria uma aparência de homogeneidade. Como os textos são sempre, ou quase sempre, marcados por pontos de heterogeneidade explícita (aspas, discurso indireto, discurso direto), o restante do discurso parece originar-se no sujeito que o produz, se tornando ilusoriamente muito homogêneo, "verdadeiro", sem deslizamentos de sentido. O texto e o discurso passam a ter uma falsa aparência de único. A heterogeneidade em sua forma marcada no discurso jornalístico é, ao mesmo tempo, o reconhecimento da presença de mais de um sujeito no interior do discurso e sua negação. O trecho de Authier-Revuz que segue pode ser bem aplicado ao discurso jornalístico.

*O que caracteriza as formas marcadas da heterogeneidade mostrada como formas do desconhecimento da heterogeneidade constitutiva é que elas operam sobre o modo da **denegação**. Por uma espécie de compromisso precário que dá lugar ao heterogêneo e portanto o reconhece, mas para melhor negar sua onipresença. Elas manifestam a realidade desta onipresença precisamente nos lugares que tentam encobri-la. (Authier-Revuz, 1990:33)*

Ou seja, no discurso jornalístico, além da heterogeneidade marcada por aspas, por exemplo, existe uma heterogeneidade não-marcada que fica imperceptível e, mais do isso, aparentemente inexistente. Cria-se a ilusão de que o trecho não-marcado é extremamente homogêneo, quando, na verdade, é fortemente heterogêneo.

A heterogeneidade mostrada em sua forma não-marcada, apesar de também constitutiva do discurso jornalístico, não é assim tão familiar para qualquer leitor. A heterogeneidade não-marcada, neste caso, é justamente criada pela justaposição de enunciados provenientes de diferentes sujeitos enunciadoreis (entrevistado, repórter, editor) que vão compor o texto jornalístico final construído pelo editor. Um enunciado de uma

matéria publicada pode ter a presença de mais de um sujeito. O texto final vai ter a presença de todos os sujeitos enunciadores que estiverem envolvidos na sua produção, além da presença de discursos outros atravessados e que esses sujeitos mobilizam do interdiscurso. Essa presença pode ser marcada, mas inúmeras vezes não o é. A maioria dos leitores sequer sabe que, além do entrevistado e do repórter, outros jornalistas participam da construção do texto jornalístico.

Bethania Sampaio Corrêa Mariani (in Indursky e Ferreira, 1999), ao estudar questões relativas à leitura que a imprensa faz dos acontecimentos, trata da posição do leitor. Embora esta dissertação não chegue a analisar o sujeito leitor (se mantendo entre o repórter e o editor), cabe ressaltar algumas observações da autora como acréscimo à reflexão aqui proposta. Mariani afirma o seguinte:

*Um leitor mais atento (...) percebe logo de início, ao cotejar os jornais, o quanto cada modo de construção textual da notícia também influi na produção de sentidos. O que tal leitor, mesmo sendo mais atento, pode não se dar conta é que o entendimento do processo de construção dos sentidos não pode ser esgotado somente através de uma análise do tipo de gramática textual presente em cada jornal, pois não se encontra ali apenas uma mera manipulação de frases e palavras que esconderiam o **sentido verdadeiro** nas entrelinhas do texto. (Mariani, In Indursky e Ferreira, 1999:105)*

Por isso, a heterogeneidade não-marcada não é perceptível ao leitor comum, porque ela é da ordem do discurso, e não da enunciação. Neste trabalho, a comparação entre duas formulações ocorridas durante o processo de construção do discurso jornalístico (do repórter e do editor) possibilita dar visibilidade à heterogeneidade não-marcada. Não existe um “sentido verdadeiro” a ser buscado, mas uma multiplicidade de sentidos e de sujeitos que fazem parte do discurso da revista *Veja*.

Os jornalistas, ao contrário dos leitores comuns, em sua maioria já estão habituados a esse processo de construção do discurso jornalístico. Justamente por fazerem parte dele, podem perceber esse tipo de heterogeneidade, às vezes achando natural e inevitável que as condições de produção desse discurso sejam essas. Isso não significa, no entanto, que não se

sintam frustrados com a presença de vários sujeitos na formulação final do texto. Muitas vezes, o repórter se frustra ao constatar que outros discursos (como, por exemplo, o do editor) estão muito mais presentes no texto final do que o seu, mas ele pouco pode fazer, pois sabe que é assim que funciona a construção do texto jornalístico.

Para o desenvolvimento desta dissertação, a heterogeneidade nas duas modalidades acima apontadas são importantes. Até porque a análise é feita justamente pela comparação de duas formulações: a do repórter e a do editor/redator, essa segunda, a formulação final publicada pela revista. Ou seja, algumas marcas do "outro" só são verificáveis porque se teve acesso a um "discurso anterior". Caso contrário, essa heterogeneidade não seria reconhecida, não teria visibilidade, nem os possíveis deslizamentos de sentido seriam perceptíveis. Destaco a questão da heterogeneidade para o entendimento da análise proposta neste trabalho justamente porque ela supõe concretamente a presença de mais de um sujeito enunciator nesse discurso. Se as palavras são sempre atravessadas, povoadas por outras, neste caso específico, elas, mais do que isto, o são concretamente, pois mais de um sujeito enunciator participa da produção do discurso final.

#### 2.4 Paráfrase e Polissemia

As noções de paráfrase e polissemia são extremamente importantes para esta dissertação. Primeiro porque ela trabalha com a idéia da construção do sentido. Como já foi dito, para Pechêux (1995:161), o que define o processo discursivo é o “sistema de relações de substituição, paráfrases, sinomínias etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – “significantes” – em uma formação discursiva dada”. A preocupação de que duas formulações possam ter o “mesmo sentido”, ou que elas apresentem deslizamentos de sentido, remete às noções de paráfrase e polissemia.

Esses conceitos são importantes porque a reflexão sobre a repetição ocupa, por si só, um lugar fundamental nos estudos da linguagem. Orlandi (1996:27) diz que a produção da linguagem se faz na articulação desses dois grandes processos: o parafrástico e o polissêmico.

Para a autora, a paráfrase é “o retorno constante a um mesmo dizer sedimentado” (idem:27) e a polissemia é a “tensão que aponta para o rompimento” (ibid:27).

*Há o conflito entre o que é garantido e o que tem de se garantir. A polissemia é essa força na linguagem que desloca o mesmo, o garantido, o sedimentado. Essa é a tensão básica do discurso, tensão entre o texto e o contexto histórico social: o conflito entre o “mesmo” e o “diferente”, entre a paráfrase e a polissemia. (Orlandi, 1996:27)*

Nas primeiras fases da AD, existia o problema de que a paráfrase era definida de maneira composicional, ou seja, duas frases estavam em relação de paráfrase somente se elas tivessem um mesmo sentido por comparação e equivalência lexical. Com o tempo, essa noção ficou restrita a uma perspectiva lingüística, na qual o sentido é unicamente lingüístico e baseado em substituições sinonímicas. Os estudos da heterogeneidade discursiva contribuíram para uma nova visão sobre a paráfrase dentro da AD: a paráfrase discursiva é constituída de efeitos de sentido. Por isso, formulações diferentes quanto à sua materialidade podem apresentar um mesmo efeito de sentido e, por outro lado, uma mesma palavra pode receber sentido diferentes, conforme a formação discursiva à qual está relacionada.

*A paráfrase, em uma perspectiva discursiva, é contextual, e o seu sentido depende das condições de produção e interpretação, quer dizer, das formações discursivas às quais o discurso pode ser reportado para produzir sentido. (Grantham, 1996:68)*

Orlandi contribuiu significativamente para a compreensão dos processos de polissemia e de paráfrase. Ela considera a paráfrase da forma como definiu Pêcheux, como a “matriz do sentido” e a polissemia como “fonte do sentido”. (1996:137) Para Orlandi, a polissemia é a própria condição de existência da linguagem. Polissemia e paráfrase se limitam reciprocamente e são igualmente determinantes para o funcionamento da linguagem.

Da mesma forma, Serrani (1993) aprofundou o estudo sobre a paráfrase ao propor a noção de “ressonância de significação”

*(...) Há paráfrase quando podemos estabelecer entre as unidades*

*envolvidas uma ressonância – interdiscursiva – de significação, que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido. (Serrani, op. cit:47)*

Grantham, em sua dissertação de mestrado sobre o discurso fabular (1996:70), considera a paráfrase não como o discurso do mesmo, mas “como o discurso do outro no mesmo”. E aí se estabelecem, novamente, a relação da paráfrase com a heterogeneidade do discurso.

Ao contrário da concepção lingüística, a AD não se preocupa apenas com a sinonímia lexical para estabelecer a paráfrase, mas é importante lembrar que as marcas lingüísticas são pistas que indicam o funcionamento discursivo das paráfrases.

Para este trabalho, no qual são comparadas diferentes formulações de um mesmo texto, observando os deslizamentos de sentido, as noções de polissemia e paráfrase são extremamente importantes.

## 2.5 História e Ideologia

Ao se discutir os conceitos anteriores (língua, discurso, sujeito, sentido), as noções de história e ideologia já foram de certa forma apresentadas. O conceito de ideologia é fundamental na AD para que se tenha a compreensão adequada dos outros conceitos, pois a aparente transparência do sujeito e do sentido oculta o processo pelo qual tanto o sujeito quanto o sentido se constituem. Orlandi, no trecho que segue, relaciona história e ideologia:

*Sem a consideração da ideologia, se toma o sujeito como causa de si, não se levando em conta nem a história de sua constituição, nem a historicidade do sentido. Não existe discurso sem sujeito, diz Pêcheux (1975), e não existe sujeito sem ideologia. É com o fim de apreender o funcionamento da ideologia na constituição do discurso que a AD opera com a noção de Formação Discursiva enquanto componente da Formação Ideológica.<sup>1</sup> (Orlandi, 1986:117)*

---

<sup>1</sup> As noções de Formação Discursiva e Formação Ideológica também já foram tratadas neste trabalho (em 2.2)

Ao delinear o quadro epistemológico da AD, Pêcheux e Fuchs (in Gadet e Hak, 1993:163) propuseram a articulação de três regiões do conhecimento científico:

1) Materialismo histórico: teoria das formações sociais e de suas transformações, incluindo-se aí a teoria das ideologias;

2) Lingüística: teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;

3) Teoria do discurso: teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Essas três regiões são atravessadas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.

É principalmente a primeira região de conhecimento que trata de história e de ideologia para AD. Ela foi concebida por Marx e Engels, que deram um conceito materialista à história, construído a partir das relações de trabalho e de produção estabelecidas pelos homens, as quais determinam, por sua vez, relações sociais e políticas. Para eles, a história registra fatos ativos com base no seu processo real de vida. "A sociedade civil passa, para os autores, a ser base da História, e sua ação, como Estado, passa a ser representada" (Indursky, 1997:18). Em *Aparelhos Ideológicos de Estado* (1983), Althusser formulou uma teoria das ideologias com base na história das formulações sociais, nos modos de produção, considerando a luta de classe.

Para Althusser, a "ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência" (1983:85). O autor diz que a ideologia reflete uma "relação social que tem por objetivo representações que refletem as relações sociais reais, isto é, as relações práticas que colocam os homens em relação entre si e a natureza". Essas relações são imaginárias. Althusser acredita que não existe prática senão através de e sob uma ideologia e que não existe ideologia senão através do sujeito e para o sujeito. Dessa forma, ele formula a

noção de interpelação do sujeito: "o indivíduo é interpelado como sujeito para que se submeta livremente às ordens do sujeito, aceitando livremente sua sujeição (idem:104).

Pêcheux elabora sua concepção de ideologia a partir das primeiras noções de Althusser, mas acrescentando que os Aparelhos Ideológicos do Estado não se limitam a reproduzir as relações de produção existentes, pois no seu interior trava-se ininterruptamente a luta de classe. Para Indursky (1997:20), considerando que a atividade discursiva é uma das formas de manifestação da ideologia, "o discurso não reflete a ideologia como algo que lhe é exterior, mas a mostra, enquanto efeito de sentido, porque ela é constitutiva da prática discursiva (...) pensar a ideologia no âmbito da AD consiste em deslocar a relação imaginária com o mundo real (...) para o interior dos processos de significação". Indursky (1997) diz ainda que o analista, ao debruçar-se sobre o discurso, depara-se com a materialidade discursiva, que é concomitantemente lingüística e ideológica.

Orlandi (1996:48) diz que a ideologia não se define como um conjunto de representações, nem como ocultação da realidade. Ela é uma prática significativa. "Ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária para que signifique". A autora destaca também que a ideologia não é um conteúdo "X" mas o mecanismo de produzi-lo e acrescenta:

*Uma concepção discursiva de ideologia estabelece que, como os sujeitos estão condenados a significar, a interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais e eternas. Disso resulta a impressão do sentido único e verdadeiro. (Orlandi, 1996:65)*

Um dos efeitos ideológicos é fazer parecer que os sentidos estão nas próprias palavras. Quando fala, no entanto, o sujeito já está interpretando, dando sentido às palavras em condições específicas. "Se é assim que se faz presente a ideologia, também aí é que intervém a história" (Orlandi, idem:66).

Para a Análise do Discurso, o texto é um objeto histórico e, por isso mesmo, é um discurso. O texto é um objeto lingüístico histórico. Orlandi (1996), ao se referir à Análise de

Discurso da Escola Francesa, prefere usar o termo historicidade e não história. Se, no século XIX, a noção de história relacionada à língua era temporal e cronológica, aos poucos essa concepção foi se modificando. Mesmo assim, a maioria das teorias colocam a história como algo exterior à linguagem. Para AD, a relação entre história e linguagem passa a ser constitutiva. A história faz parte, é interna ao discurso, e por isso a autora utiliza a palavra "historicidade". "Não se parte da história para o texto (...) se parte do texto enquanto materialidade histórica. A temporalidade (na relação sujeito/sentido) é a temporalidade do texto" (Orlandi, 1996:55).

A historicidade do texto é seu modo de produzir sentido. Não há sentidos sem história. Orlandi (idem:18) diz que a interpretação "é o lugar próprio da ideologia e é "materializada" pela história". Da mesma forma "sujeito e sentido são constituídos pela ordem significante na história. E o mecanismo de sua constituição é ideológico".

Neste trabalho, duas posições-sujeito são analisadas: a do repórter e a do editor. Cada um desses sujeitos é constituído por processos sociais e históricos. Eles se inscrevem em uma Formação Discursiva determinada pela Formação Ideológica de que provém. Os dois são sujeitos do discurso interpelados ideologicamente e inscritos em sua FD. Logo, as "palavras" que escrevem para a revista *Veja* não contêm em si mesmas sentidos. Tampouco os sentidos partem dos sujeitos (repórter e editor) em si. Os sentidos "são produzidos no momento em que se dão os atos verbais e estes materializam uma relação com o momento histórico – seja atual, seja no fio vindo do passado - e com o lugar social ocupado pelos interlocutores durante a interação verbal" (Mariani, In Indursky e Ferreira, 1999:108). Para os leitores, no entanto, os sentidos podem ilusoriamente parecer óbvios e únicos, sendo apagada a historicidade do texto jornalístico. É a ideologia que produz esse apagamento e a ilusão de transparência dos sentidos.

## **SEGUNDA PARTE**

## 1 A Metodologia e o *Corpus*

Antes de apresentar a análise, cabe explicar como este trabalho se desenvolveu e de que forma cheguei ao *corpus discursivo*, a partir do qual fiz os recortes que foram examinados. No decorrer de meu trabalho, foi possível perceber que, de fato, como afirma Suzy Lagazzi (1988:59), "na Análise do Discurso, a delimitação do *corpus* só ocorre com a própria análise".

A delimitação do *corpus discursivo* mobiliza uma postura própria à AD. Dubois (apud Indursky, 1997:46) definiu *universal discursivo* como um conjunto potencial de discursos que podem ser objeto de análise. A partir desse *universal* é possível recortar um *campo discursivo de referência*, um tipo mais específico de discurso como, por exemplo, o discurso jornalístico, que é o caso deste trabalho.

Dentro de um *campo discursivo de referência* se limita um *espaço discursivo*, o qual se qualifica como um *corpus empírico* (e não ainda discursivo). Este trabalho engloba textos produzidos entre 1987 e 1997 para a revista *Veja*. O *espaço discursivo*, nesse caso, é então constituído pelos textos produzidos por repórteres, redatores e editores da revista no período citado. Esse *espaço discursivo* é, então, dividido, para análise, em *domínios discursivos*. Para entender melhor a noção de *domínios discursivos* é necessário entender como, neste trabalho, eles foram por mim construídos.

Como já foi dito, a revista *Veja* trabalha com dezenas de repórteres em todo o Brasil (e no exterior). Todos esses jornalistas enviam seus textos para a sede, em São Paulo, onde são redigidos os textos finais. Meu objetivo foi comparar as formulações iniciais dos repórteres com a formulação final do editor. Para isso, o ideal seria recolher textos de todos os repórteres

das diversas cidades, examinar também sucessivas formulações que vão sendo construídas no decorrer do processo até chegar a formulação final. Recolher todo esse material, no entanto, seria não só muito difícil, como exigiria participação e grande paciência de vários profissionais da revista. A opção, então, foi ter acesso aos textos produzidos por diferentes repórteres que haviam passado pela sucursal da revista em Porto Alegre.

De início, recebi um número muito grande de textos. A primeira seleção foi cronológica. O grande período escolhido se deve ao fato de que não considerei adequado examinar textos que pudessem ser caracterizados como de uma época específica da história do Brasil e da Revista. Nos dez anos referidos, o Brasil teve quatro presidentes, passou por vários planos econômicos e teve cinco moedas. As notícias, no período, portanto, foram extremamente variadas e estão relacionadas com diferentes períodos pelos quais a Revista e o País atravessaram.

Depois desse primeiro recorte, a quantidade de textos selecionados continuava consideravelmente grande. A partir de então, separei 44 textos que haviam sido construídos (escritos) para matérias que efetivamente foram publicadas na revista.

Cabe explicar que a maior parte dos textos produzidos não é aproveitada, porque as matérias são excluídas, ou "caem"- como dizem os jornalistas - durante a elaboração da edição final da semana numa seleção feita pelos editores. E mesmo os textos que são produzidos (pelas sucursais e por repórteres de São Paulo) para matérias que realmente são publicadas pela revista muitas vezes não são aproveitados porque os de outras sucursais ou da sede são escolhidos para compor a formulação final. Ou seja, na hora de compor a formulação final, os redatores/editores deixam de fora muitos textos.

Resumindo, um texto de uma sucursal pode ter três destinos: 1) ser aproveitado (usualmente em parte) numa matéria; 2) não ser aproveitado pelo motivo de a matéria não ser publicada pela revista; 3) não ser aproveitado porque os textos de outras sucursais sobre aquele assunto foram considerados mais adequados - aos olhos dos editores - para comporem a formulação final. Ou seja, a maioria dos textos produzidos pelos jornalistas da revista não é publicada, pelos mais diversos motivos.

Depois dessa explicação, volto para os 44 textos de repórteres que selecionei. Num primeiro momento, eu sabia que cada um deles tinha uma matéria correspondente, sobre o mesmo assunto, que havia sido publicada. Ainda não sabia, no entanto, se o material do Rio Grande do Sul havia sido preterido por outros. Nesse momento, já foi possível estabelecer dois *domínios discursivos* dentro do *espaço discursivo*. O primeiro é o de textos produzidos por repórteres, e o segundo, de textos construídos por editores (ou sub-editores, ou editores assistentes etc.) da Revista. Como tanto no primeiro quanto no segundo domínios discursivos há dezenas de profissionais, passei a chamar o primeiro de **Discurso do Repórter** e o segundo de **Discurso do Editor**.

O estabelecimento do *espaço discursivo* é ainda um *corpus empírico*, mas é a partir dele que o *corpus discursivo* propriamente dito será construído depois de novas e sucessivas coletas. Essas coletas já representam um gesto analítico, na medida em que são definidas quais as manifestações discursivas que pertencem ao *corpus discursivo* e quais dele se excluem.

Para isso, o analista precisa identificar, ainda no *corpus empírico*, *seqüências discursivas* para integrar o *corpus discursivo*. Courtine define essas seqüências como “orais ou escritas de dimensão superior à frase” e acrescenta que “a natureza e a forma dos materiais recolhidos são eminentemente variáveis”(Courtine 1981:25).

Para identificar essas *seqüências discursivas*, o que já significa um movimento analítico, de construção do *corpus discursivo*, comparei os 44 textos do repórter (**Domínio Discursivo 1**) com os correspondentes textos do editor (**Domínio Discursivo 2**). Identifiquei, então, todas as *seqüências discursivas* que apresentavam algum deslizamento de sentido na comparação dos dois domínios discursivos e destaquei 34 deslizamentos em 15 das 44 matérias selecionadas anteriormente.

Tais seqüências precisavam ser organizadas no interior do *corpus*. O *recorte discursivo*, noção formulada por Orlandi (1996:139-0), foi o elemento organizador dessas seqüências.

A autora define o recorte como “uma unidade discursiva: fragmento correlacionado de linguagem-e-situação” (Orlandi, idem:139). Diferentemente do lingüista, que segmenta a frase, o analista de discurso, ao recortar uma *seqüência discursiva*, recorta um “pedaço” indissociável de linguagem-e-situação.

*A idéia de recorte remete à noção de polissemia e não à de informação. Os recortes são feitos na (e pela) situação de interlocução, aí compreendido um espaço menos imediato, mas também de interlocução, que é o da ideologia.* (Orlandi, idem:140)

Assim, as *seqüências discursivas* selecionadas constituem os *recortes discursivos* que compõem o *corpus discursivo* desse trabalho.

Cada *recorte discursivo* é composto por *seqüências discursivas* extraídas dos dois *domínios discursivos* e analisadas comparativamente. Os recortes foram estabelecidos em decorrência dos tipos de deslizamento de sentido que foram identificados, como será visto logo em seguida, na análise.

“A análise de discurso não visa à exaustividade ‘horizontal’, isto é, em extensão, nem à completude, ou à exaustividade em relação ao objeto empírico, material (Orlandi, In Guimarães, 1989:32). Não tenho a ilusão de que este trabalho dá conta de todos os discursos produzidos para *Veja* no período analisado. Ainda muito pode ser dito sem que o assunto se esgote. As seqüências pinçadas no interior do *corpus* funcionam como *seqüências discursivas de referência* (Courtine, 1981:54). Isso significa que os resultados da análise podem ser considerados extensivos ao *corpus discursivo* em análise.

Espero que a análise aqui proposta possa contribuir com outros estudos tanto relacionados com Análise do Discurso, quanto com comunicação. Cabe ressaltar que este trabalho coloca os olhos na “produção/construção” do discurso. Ao comparar duas formulações de um mesmo texto, é possível encontrar pistas de heterogeneidade que poderiam passar despercebidas ao se examinar apenas o discurso final da revista.

## 2 A Análise

As *seqüências discursivas* selecionadas para este trabalho foram extraídas dos dois *domínios discursivos* (**Discurso do Repórter e Discurso do Editor**) e analisadas em comparação. Para fazer os recortes, observei o que chamei de tipos de deslizamento de sentido.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que evito usar o termo "modificação de sentido" para não cair na ilusão de que existiria um sentido único no discurso do repórter que poderia ser modificado pelo editor. Como já foi observado, a AD não acredita na univocidade do sentido.

Não se pode, no entanto, acreditar que o sentido possa ser qualquer um. Existe, sim, um sentido mínimo, que é definido inicialmente pelo repórter. O termo "deslizamento de sentido", então, pretende englobar essa noção por mim exposta e também a idéia de que o deslizamento ocorre paralelamente ao preenchimento de lacunas de sentido que vão sendo criadas no processo de construção do discurso jornalístico. Essas lacunas criam-se porque, ao se apropriar de um "pedaço" do texto de um repórter para compor um texto final, o editor deixa de lado parte do discurso do repórter. O trecho recortado pelo editor, portanto, carrega consigo uma lacuna de sentido, que antes era preenchida pelo discurso do repórter como um todo. Como não é possível o editor deixar o texto final com lacunas de sentido, elas são preenchidas na construção do discurso final com outros recortes de discurso (de outros repórteres, por exemplo) e até com discursos mobilizados do interdiscurso. Isso pode fazer com que o suposto sentido original do texto do repórter sofra um deslizamento.

Ao observar as seqüências, eu as organizei em recortes que levavam em conta os tipos de deslizamento mais recorrentes. O primeiro recorte é dividido em dois blocos. O Bloco 1 é

intitulado **Deslizamentos por Elipses Discursivas**, no qual examino situações em que o editor retira um "pedaço" do texto do repórter em sua construção final<sup>1</sup>. O Bloco 2 é denominado **Deslizamentos por Incisas Discursivas**, no qual examino situações em que o editor inclui uma nova manifestação discursiva ao texto do repórter<sup>2</sup>. Finalmente, no segundo recorte, designado de **Outros Deslizamentos de Sentido**, examino situações nas quais o sentido é alterado através de outros funcionamentos discursivos. Em cada um dos recortes são apresentados os dois *domínios discursivos*, cada um com suas seqüências correspondentes.

Esses recortes servem apenas como elemento organizador para análise. É importante destacar que os diferentes tipos de deslizamentos não aparecem necessariamente sozinhos. Em uma mesma *seqüência discursiva* pode haver incisas e elipses, por exemplo. A divisão foi feita de acordo com o deslizamento mais significativo da seqüência.

## 2.1 Primeiro Recorte: Deslizamentos por Incisas e Elipses Discursivas

Ao comparar os discursos do repórter com os do editor, observei dois tipos de deslizamento de sentido bastante recorrentes: as incisas e as elipses discursivas. Claudine Haroche, em *Fazer dizer, querer dizer* (1992), dedica um capítulo para a discussão desses dois conceitos. A autora diz que a incisa e a elipse aparecem como formas possíveis de ruptura da linearidade do discurso e, logo, como fonte de ambigüidade.

A compreensão de um enunciado implica a possibilidade de parafrasear e de reformular, o que, por sua vez, pode ser feito acrescentando ou retirando algo. Aí se abre o espaço para a instauração de uma ambigüidade.

A questão da ambigüidade já foi bastante discutida por estudiosos da linguagem. Maria Cristina Leandro Ferreira, em *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso* (2000), estuda a ambigüidade em relação com o equívoco, fazendo uma retrospectiva na qual mostra as diferentes concepções dada a ambigüidade em

---

<sup>1</sup> A noção de elipse discursiva é desenvolvida a seguir.

<sup>2</sup> A noção de incisa discursiva é desenvolvida a seguir.

diferentes épocas e por diferentes autores. Uma das autoras referidas por Leandro Ferreira é justamente Haroche. Leandro Ferreira retoma a noção desenvolvida por Haroche de que a compreensão de um enunciado abre espaço para a instauração da ambigüidade:

*Interessa observar que nesse processo de complementação que acompanha a compreensão reside um paradoxo: o complemento, ao mesmo tempo que permite exprimir uma maior precisão, carrega também um elemento de ambigüidade fundamental. O efeito de explicitude, de completude, é uma evidência ideológica que, no empenho de mostrar transparência, acaba encobrindo zonas cuja nitidez fica comprometida. Funciona de modo similar a um processo que quanto mais procura determinar mais indetermina. Ou poderíamos dizer ainda: a língua ao se mostrar, esconde... (Leandro Ferreira, op.cit.:65)*

A ambigüidade, então, pode nascer paradoxalmente do próprio processo de compreensão<sup>1</sup>. Ao parafrasear, ao repetir aquilo que compreendeu, o sujeito inclui e/ou retira pedaços de enunciados, e é justamente aí, como já foi dito, que se criam lacunas que podem distorcer um sentido que estava definido inicialmente. No caso do discurso jornalístico, o pedaço do enunciado que é incluído na segunda formulação, por exemplo, carregará consigo uma lacuna de sentido que estava preenchida na primeira formulação como um todo. Na paráfrase (segunda formulação), no entanto, a lacuna não poderá persistir; ela deverá ser preenchida obrigatoriamente pelo restante da formulação, podendo provocar um novo efeito de sentido. Da mesma forma, a retirada de um pedaço de enunciado, na segunda formulação, pode provocar uma lacuna, pois o restante da primeira formulação terá que ter “novo sentido”, isoladamente. Logo, na paráfrase, tanto a incisa (acréscimo de “pedaços” ou de enunciados), quanto a elipse (retirada de “pedaços” ou de enunciados) podem provocar lacunas de sentidos.

A gramática tradicional, segundo Haroche, considera a elipse como uma falta necessária e a incisa como um acréscimo contingente. A falta necessária se explicaria por uma suposta necessidade de economia. Não seria necessário preencher a lacuna constituída pela elipse porque o leitor poderia perfeitamente compreender e preencher essa ausência. Nessa ótica, a possibilidade da ambigüidade estaria descartada e a homogeneidade garantida. Da

---

<sup>1</sup> A noção de ambigüidade é retomada, ainda na Segunda Parte deste trabalho, no Segundo Recorte: Outros Deslizamentos de Sentido (em 2.2).

mesma forma, para os gramáticos tradicionais, a incisa seria algo a mais, um acessório que interrompe momentaneamente o curso da frase, mas em nada muda o sentido da mesma. "No caso da incisa, entretanto, é acrescida uma precisão importante. Esses elementos de ruptura não teriam a ver com o conteúdo da proposição mas com seu autor, ou com um 'outro' de quem o sujeito relata os propósitos". (Haroche, 1992:129). Na visão da AD, no entanto, essas lacunas podem provocar ambigüidade e deslizamento de sentido, tratando-se, portanto, de elipses e incisas discursivas, como pode ser visto a seguir (nos Blocos 1 e 2).

Enquanto Haroche trabalha com incisas e elipses gramaticais, Indursky desloca esses conceitos, examinando incisas e elipses discursivas. Indursky diz o seguinte:

*A elipse discursiva, por ser uma falta que não pode ser preenchida nem pelo enunciado, nem pelo contexto, gera uma indeterminação discursiva. Já a incisa discursiva consiste no processo de internalização de elementos oriundos do interdiscurso específico de FD2, os quais, sem mostrarem vestígios de sua origem externa e diversa, provocam transformações na FD, deslocando suas fronteiras. (Indursky, 1997:246-47)<sup>1</sup>*

Tanto Haroche quanto Indursky falam da indeterminação discursiva provocada pela elipse e relacionam a incisa com o sujeito (ou com a FD).

Na construção do texto jornalístico de *Veja*, tanto as incisas quanto as elipses discursivas aparecem freqüentemente. Elas são uma janela possível para a modificação do sentido, já que provocam lacunas. No caso das elipses, cria-se lacunas porque o editor “apaga” parte da formulação do repórter e, com ela, parte do sentido. No caso das incisas, porque os recortes discursivos que são acrescidos ao discurso final (vindos de discursos de outros repórteres ou do interdiscurso) chegam nele incompletos e são “colados” à formulação inicial do repórter. Na nova formulação do editor, as lacunas não poderão persistir; elas serão preenchidas para que o discurso como um todo tenha sentido e produza os efeitos de coesão e

---

<sup>1</sup> Cabe destacar que, ao falar em FD2, a autora está trabalhando com mais de uma FD (antagônicas). Mas o mesmo poderia ser relacionado para o caso de uma única FD com posições-sujeito diversas. Uma FD heterogênea, que é o caso da FD examinada nesta dissertação, como será explicitado posteriormente no capítulo sobre Autoria.

de coerência. Esse novo sentido poderá ser diferente do sentido inicial do discurso do repórter. O trabalho do redator é justamente o de parafrasear o que compreendeu de todos os discursos que recebeu. Ao fazer isso, ele provoca o deslizamento de sentidos, muitas vezes pelo viés das incisivas e/ou das elipses.

No caso das seqüências examinadas neste trabalho, as incisivas são mais freqüentes do que as elipses. É bom que fique bem claro, no entanto, que grande parte dos textos do repórter não é publicada. Ou seja, a "falta" do texto do repórter no texto final é mais freqüente do que o acréscimo, mas, na maioria das vezes, a formulação do repórter acaba sendo apagada por completo. Longos pedaços de texto são suprimidos. Logo, nas seqüências observadas (recortadas), a incisiva é mais freqüente.

### 2.1.1 Bloco 1: Deslizamentos por Elipses Discursivas

A seguir estão destacadas cinco duplas (repórter/editor) de *seqüências discursivas* nas quais a elipse é o procedimento de modificação de sentido mais marcante.

**Domínio Discursivo 1:**  
**Discurso do Repórter**

**Domínio Discursivo 2:**  
**Discurso do Editor**

<b>1a</b> Para ela, sua eleição pode ser atribuída à participação do radialista Sérgio Zambiasi, o bom-de-voto do PTB, ao eleitorado feminino, ao cansaço com os políticos tradicionais, que se fecham em gabinetes após vencerem as eleições, à imagem que construiu nos programas de TV e a um quinto motivo que atribui ao próprio PDT que quase a expulsou há cinco anos.	<b>1b</b> "Ganhei porque o povo está cansado dos políticos tradicionais", acredita. No Estado, especula-se que os motivos de sua vitória seriam outros. Popularíssimo, o radialista e deputado estadual, Sérgio Zambiasi, entrou de cabeça na sua campanha e teve peso decisivo. ( <i>Histórias exemplares, Veja de 12.10.1994</i> )
--	--

<p><b>2a</b></p> <p>Os dois (<i>Emília Fernandez e o marido</i>) desenvolveram cumplicidade na vida e na política. Ele faz as compras da casa quando ela não tem tempo e divide todas as rotinas domésticas desde quando Emília precisou morar na campanha para alfabetizar crianças.</p>	<p><b>2b</b></p> <p>Emília não cozinha, não faz as compras do supermercado e não cuida da casa. Essas são tarefas de seu marido, o inspetor de polícia Carlos Alberto. (<i>Histórias exemplares, Veja de 12.10.1994</i>)</p>
<p><b>3a</b></p> <p>"...Um dia resolvi almoçar com ele para resolver a situação, lhe dizer que estava me sentindo incomodada que não insistisse com esse tipo de 'convites'. Mesmo assim, ele voltou a me importunar dessa forma, diversas vezes embora com menos frequência..."</p>	<p><b>3b</b></p> <p>"...Tentei resolver a situação. Disse-lhe que sua atitude me incomodava, mas ele continuou a importunar a mim e a outras mulheres..." (<i>Assédio sexual com jeitinho brasileiro, Veja de 15.02.1995</i>)</p>
<p><b>4a</b></p> <p>Os seus ídolos são Túlio, atacante do Botafogo, e Edmundo do Palmeiras. "Eles são o máximo."</p>	<p><b>4b</b></p> <p>A garota promete dar trabalho, tanto que inclui entre seus ídolos o "animal" Edmundo, do Palmeiras. "Ele é o máximo", elogia. (<i>A craque com a bola toda, Veja de 22.02.1995</i>)</p>
<p><b>5a</b></p> <p>Uma pesquisa sobre o consumo de drogas, aprovada pela organização de saúde, foi submetida aos estudantes. No questionário, aplicado por um grupo de professores de Farmacologia da Faculdade de Ciências Médicas de Porto Alegre, cada aluno respondia questões sobre o consumo das mais diversas drogas. O aluno não se identificava e ele mesmo colocava seu questionário em uma urna que era lacrada pelo pesquisador na frente de todos.</p>	<p><b>5b</b></p> <p>Depois de uma primeira avaliação (...). (<i>Mito derrubado, Veja de 27.09.1995</i>)</p>

<p><b>6a</b></p> <p>"A nossa grande batalha é para regulamentar a profissão", diz o presidente.</p>	<p><b>6b</b></p> <p>(Concorrência com gente de papo macio, <i>Veja</i> de 20.08.1997)</p>
---	---

As elipses que aqui podem ser observadas, em primeiro lugar, não se enquadram na visão "tradicional" que as gramáticas oferecem delas. As manifestações discursivas que faltam nas formulações do editor (segundo *domínio discursivo*), não podem ser compreendidas pelo leitor como se estivessem implícitas. Elas não só somem por completo como provocam o deslizamento do sentido. A "necessidade de economia" por parte do editor pode ser justificada pelo espaço restrito que ele tem para reunir todos os discursos que recebe, mas fica claro que essa necessidade, que faz parte do modo de construção do discurso jornalístico, pode provocar deslizamentos de sentido. Logo, trata-se, neste caso, de elipses discursivas

As seqüências 1a e 1b são recortadas de uma reportagem sobre a então eleita senadora gaúcha Emília Fernandes. Em 1a, o repórter, usando suas próprias palavras, aponta as razões que a senadora destacou como as responsáveis pela sua *eleição* (*Para ela, sua eleição pode ser atribuída a ...*). O repórter não utiliza o discurso direto.

Em 1b, o editor não só elimina várias das razões apontadas por ela, como a única colocada como citada pela senadora é feita através do discurso direto.

Cabe aqui uma breve reflexão sobre o discurso relatado. Ele é identificado como a marca do discurso do outro, embora qualquer discurso seja essencialmente heterogêneo, como já foi destacado anteriormente. O discurso relatado é tradicionalmente classificado em três modalidades: o discurso direto (DD), o indireto (DI) e o indireto livre (DIL).

O DD é considerado como uma citação textual do discurso de um outro locutor (l), normalmente apresentada como um processo de parafrasagem. É uma versão que o locutor (L) faz do discurso do outro (l). O DD pretende ser a reprodução fiel do discurso do outro,

enquanto que o DI não supõe a fidelidade à textualidade do discurso do outro (I). O DD faz com que o locutor (L) se mantenha afastado e independente do locutor (I). Esse afastamento, no entanto, é ilusório.

Para Indursky (1997:199), "Nada garante, entretanto, que o DD seja transparente e que a palavra inicial seja preservada sem distorções". Authier-Revuz (1998:134) diz que o DD "não pode ser considerado como 'objetivo', na medida em que reproduzir a materialidade exata de um enunciado não significa restituir o ato de enunciação - do qual o enunciado é (apenas) o 'núcleo' - na sua integralidade".

*O DD é uma armadilha, uma ficção que remete ao conflito constitutivo do DD: (L) apaga-se diante de um enunciado textualmente reproduzido e, ao mesmo tempo, (...) corta todos os vestígios da situação de enunciação que está sendo relatada, na qual o enunciado se inscreve e é dotado de sentido. (Authier apud Indursky, 1997:199)*

O DI, como não precisa ser fiel ao discurso do outro, foge do que Authier chama de armadilha de textualidade, mas ele cria uma ilusão de univocidade de sentido. É como se (L) traduzisse as palavras de (I).

O DIL é uma construção que apresenta apenas as palavras de (L), mas que em seu interior contém dois enunciados misturados e confundidos, sem nenhuma marca que os separe.

Para Authier-Revuz (1998:134) essa "triologia DD, DI, DIL evocada acima é uma descrição parcial e empobrecedora do campo da representação do discurso outro no discurso: parcial porque, de um lado, existem outras formas tais como o discurso direto livre e, de outro, o conjunto importante da modalização do discurso em discurso segundo (...segundo fulano; para retomar as palavras de fulano)."

No caso das seqüências 1a e 1b, o discurso relatado está presente. No primeiro caso, ele aparece justamente como o que Authier chama de "modalização do discurso em discurso

segundo” (*Para ela, ...*) - "São elementos modalizadores diversos, cuja especificidade, em seu interior, é a de modalizar pela referência a um outro discurso" (Authier, idem:136). No segundo caso, ele aparece como discurso direto. Ora, essa transformação por si só já é bastante estranha. Como o redator pode fazer uma citação entre aspas que, teoricamente, precisa ser fiel ao discurso do outro se já na formulação do repórter ela não aparece como discurso direto?

O deslizamento de sentido já está presente aí, pois o trecho entre aspas não foi dito exatamente assim pela entrevistada. Ou, no mínimo, não se sabe se foi. As aspas, então, são uma simulação de que aquele discurso marcado é do entrevistado. Ele, no entanto, não é. Isso mostra que as aspas não garantem fidelidade alguma ao discurso que está marcado como direto. Mas o deslizamento não pára por aí.

Na *seqüência discursiva* 1a, o repórter lista cinco motivos que foram considerados pela senadora como responsáveis por sua eleição. Na *seqüência discursiva* 1b, somente uma razão é apontada como citada pela senadora. Três são apagadas (elipses) e uma é colocada pelo editor como "o motivo verdadeiro" de sua eleição (a participação do deputado Sérgio Zambiasi - ... *os motivos de sua vitória seriam outros...*), dando a entender que a senadora não julga esse um dos motivos de seu sucesso eleitoral - quando se sabe pela seqüência 1a que, de acordo com a formulação do repórter, ela não só cita esse motivo como ele é o primeiro motivo listado pelo repórter.

Indursky (1997) distingue três modalidades de discurso relatado: discurso relatado marcado, discurso relatado indireto formal e discurso relatado indireto informal. Neste momento, cabe destacar o que a autora diz sobre a primeira modalidade, que é caracterizada pela citação de palavras, expressões, enunciados entre aspas.

Lembrando Authier, Indursky afirma que o DD é uma ficção, pois simula uma pretensa textualidade:

*Com base em Authier, pode-se afirmar que as aspas constituem um uso autonímico que apresenta um duplo movimento: ao mesmo tempo*

*que mostram um corpo estranho, indicam que o sujeito do discurso dele discorda, razão pela qual deve mantê-lo à distância, mesmo que sintaticamente tenha sido integrado ao próprio discurso.* (Indursky, 1997:200)

No discurso jornalístico, uma citação entre aspas às vezes tem justamente o efeito contrário - o de corroborar, confirmar, pela opinião do entrevistado, alguma informação do redator. Ou seja, o redator não discorda daquilo que está destacado entre aspas. Nesses casos, o redator faz uma afirmação e, em seguida, coloca um trecho de algum entrevistado entre aspas para dar credibilidade ao que ele afirmara anteriormente. Mesmo assim, as aspas acabam sendo uma marca que distancia o sujeito redator do sujeito entrevistado. É como se o redator dissesse “só estou dizendo X porque o entrevistado me disse X”.

No caso da seqüência 1b, no entanto, o uso das aspas se enquadra perfeitamente na formulação de Authier. O redator primeiro "marca" o discurso da senadora para, ao distanciar-se dele, poder discordar. Primeiro, o editor coloca entre aspas apenas um motivo apontado pela entrevistada como responsável por sua eleição. Exclui (elipse) outros tantos e, por fim, coloca o “motivo verdadeiro” da vitória, como se este não tivesse sido apontado por ela (através do texto do repórter). O editor se distancia da entrevistada quando coloca seu discurso já repleto de lacunas entre aspas e, em seguida, mostra outro “ponto de vista”, este, sim, como verdadeiro. A elipse tem o objetivo de deixar fixada a opinião do editor.

Em relação à fixação explícita de um sentido, Authier-Revuz (1998) faz uma reflexão bastante interessante para relacionar com o que está sendo tratado neste trabalho. Ela afirma que o enunciador, ao tentar fixar um sentido em relação a outros sentidos ou às outras palavras, está dando “testemunho da potencialidade de um sentido outro que ele ‘encontra’ não ‘na língua’, mas nas palavras aqui e agora, em *contexto*, e do qual deve *proteger* ativamente seu dizer” (Authier-Revuz, 1998:31).

*Assim, a operação de **fixação** da mobilidade potencial do sentido de uma unidade do dizer é também solidariamente uma atestação da realidade **enunciativa** do não-um do sentido, ao qual essa operação opõe o trabalho ativo e específico de um sentido, preenchendo, no plano segundo, metaenunciativo, do desdobramento do dizer, a*

*“falha” do primeiro plano, através de uma operação contextual de eliminação em X de um sentido inoportuno que, no entanto, X autoriza e favorece. (Authier-Revuz, idem:31)*

No decorrer das análises aqui apresentadas, várias vezes pode ser observado o “esforço” do editor de fixar um sentido diferente daquele que foi enunciado pelo repórter. Isso não significa, no entanto, que o discurso do editor tenha um sentido único, mas, enquanto sujeito do discurso, ele “tenta” fixar um sentido, criando uma ilusão de sentido único.

As seqüências 2a e 2b são retiradas da mesma matéria sobre a senadora Emília Fernandez. As duas seqüências permitem observar um deslizamento de sentido tão forte que em 2b o efeito de sentido pode ser considerado praticamente o oposto ao apresentado no discurso do repórter.

Em 2a, o discurso do repórter mostra um casal que divide as tarefas de casa, deixando claro ser isso algo positivo. A seqüência apresenta palavras como *cumplicidade*, *divide*, *quando ela não tem tempo* que indicam uma situação de harmonia entre o casal.

Na seqüência 2b, que pertence ao domínio discursivo do editor, o sentido não é de cumplicidade do casal. Ao contrário. Expressões como "Emília não cozinha, não faz as compras (...), não cuida da casa" apresentam um sentido negativo ou, pelo menos, de confronto entre o casal. É como se o editor estivesse dizendo "ela não faz; ele faz". Ao contrário do repórter, que diz "os dois fazem; os dois dividem as tarefas".

O sentido presente no discurso do editor é reforçado pelo fato de ele afirmar que as tarefas domésticas são de responsabilidade do marido, que é inspetor de polícia. Ou seja, além de dizer que as tarefas socialmente consideradas femininas são exercidas por um homem, o editor coloca essa informação ao lado da profissão exercida por esse homem (inspetor de polícia), considerada socialmente uma profissão masculina.

Nesse caso, fica claro que o discurso do editor carrega consigo sentidos já fixados socialmente. O sentido de cumplicidade em manifestações discursivas como *quando ela não*

*tem tempo* são desconsideradas no segundo domínio discursivo. Mais uma vez, é uma nova posição-sujeito que se apresenta através do discurso do editor em relação ao do repórter. Aqui aparecem duas posições-sujeito bem diversas dentro da FD jornalística, que é heterogênea. É o intradiscurso mobilizando o interdiscurso. No momento em que o editor modifica o intradiscurso, ele mobiliza o interdiscurso, ou seja, aparece um sentido que vem de outro lugar (um já dito).

Nas seqüências 3a e 3b o editor também apaga um pedaço do discurso do repórter para que um novo sentido se fixe. O editor “apaga” (produz uma elipse) a parte em que a entrevistada afirma ter resolvido almoçar com o chefe (*ele*) (*Um dia resolvi almoçar com ele...*). Trata-se de uma reportagem sobre assédio sexual. É um depoimento da entrevistada em primeira pessoa (DD), contando como era assediada por seu chefe.

Nessas seqüências, a informação dada pela entrevistada (através do repórter) de que ela "resolveu almoçar" com o chefe (em 3a) não é interessante para o editor (em 3b). Apesar de a entrevistada, de acordo com o discurso do repórter, ter dado essa declaração, e de ela aparecer na forma de discurso direto na formulação do repórter, ela é eliminada na formulação do editor para não destoar do pré-construído presente no texto de que o assédio sexual é algo negativo e criminoso. Já existe na sociedade a idéia fixada de que o assédio sexual é ruim. Essa idéia está presente em todo o texto do editor. Uma formulação contrária a esse discurso pré-construído seria incoerente com o resto do texto do editor. Seria um elemento estranho. Ou seja, mais uma vez a elipse é utilizada para confirmar o sentido que o editor quer fixar. O fato de a entrevistada ter aceitado um convite de seu chefe poderia se tornar “estranho” numa formulação que está condenando o assédio sexual e querendo fixar o sentido de que a entrevistada é somente uma vítima.

Cabe aqui lembrar o que coloquei no início deste trabalho. Apesar de meu recorte abranger o discurso do repórter e o do editor, não se pode esquecer que o primeiro já parte de um outro discurso, que é o do entrevistado. Isso significa que o discurso do repórter já é uma interpretação. Por isso mesmo, o texto primeiro pode conter deslizamentos de sentido em relação ao discurso do entrevistado. Isso mostra o quanto é heterogêneo o discurso jornalístico e o quanto ele não se esgota em si mesmo. Sempre haverá discursos anteriores e posteriores e,

todos eles, imbricados, uns dentro dos outros. Esse processo ainda tem continuidade com o leitor, que, por sua vez, fará uma nova interpretação do texto. Nesta dissertação, no entanto, me detenho nos dois *domínios discursivos* que estou analisando.

No caso da *seqüência discursiva* 3b, o editor não marca uma opinião anterior da entrevistada (como vimos em 1a/1b) para, depois, dela discordar. Como todo o discurso é apresentado em forma de depoimento (DD) – essa foi a forma escolhida para a apresentação da reportagem -, isso seria impossível. O texto todo é apresentado como se fossem as palavras da entrevistada entre aspas. Como então separar uma afirmação inconveniente – a de que ela aceitou um convite do chefe que a assediava - do resto da formulação, que tem o objetivo de mostrar o quanto é criminoso o assédio sexual, já que a voz do editor não pode aparecer na estrutura? A solução foi eliminar, pelo viés da elipse, o corpo estranho, do qual o editor não teria como discordar, já que sua voz não está presente explicitamente na matéria. Mais uma vez, a elipse “aparece” para deixar fixada a formulação do editor, como já foi observado anteriormente.

Reverendo as seqüências 2a e 2b, é possível notar a diferença entre as duas formulações, mesmo elas estando entre aspas. Em 2a, o texto aparece da seguinte forma: ... *Um dia resolvi almoçar com ele para resolver a situação, lhe dizer que estava me sentindo incomodada que não insistisse com esse tipo de “convites”...* . Em 3b, lê-se: ... *Tentei resolver a situação. Disse-lhe que sua atitude me incomodava ...* .

Observando as duas seqüências, fica claro que as aspas não garantem a autenticidade de uma declaração. As aspas, que caracterizam o DD, deveriam ser marcas da reprodução fiel do discurso do outro, ao contrário do DI, que não supõe a fidelidade. Mas isso não acontece. As aspas também permitem distorções.

Nas *seqüências discursivas* 4a e 4b, a elipse fica ainda mais clara como uma forma encontrada pelo editor para não romper com a coerência do seu discurso (em 4b). Trata-se de uma matéria sobre a jogadora de futebol Isabel Nunes. No discurso do repórter (4a ) são destacados dois ídolos da entrevistada: os jogadores Túlio, do Botafogo, e Edmundo, do Palmeiras. No discurso do editor (4b), primeiro aparece uma incisa (*A garota promete dar*

*trabalho*). Essa observação não constava no discurso do repórter, ou seja, é um acréscimo claro do editor. Após a incisa, o editor elimina (elipse) um dos ídolos (Túlio), deixando apenas um (Edmundo). (...*tanto que inclui entre seus ídolos o "animal" Edmundo, do Palmeiras*).

É notório que o jogador Edmundo, até por seu apelido destacado pelo editor ("*animal*"), é conhecido por ser um atleta indisciplinado e agressivo, tendo participado de diversas ocorrências que se tornaram notícia justamente por seu temperamento. O fato de Edmundo ser um dos ídolos da entrevistada é destacado pelo editor como conclusão de uma primeira manifestação discursiva acrescentada por ele próprio (*A garota promete dar trabalho, **tanto que** inclui entre seus ídolos o "animal" Edmundo...*). Só que essa conclusão é extremamente lacunar, já que chega no discurso final com uma elipse. O discurso do repórter fica com uma lacuna de sentido, já que a parte que falava de outro jogador foi apagada na formulação do editor. Essa lacuna foi preenchida com as manifestações discursivas acrescentadas pelo editor: *A garota promete dar trabalho, tanto que...*

Nesse caso, a admiração da entrevistada pelo jogador Túlio seria um corpo estranho à construção discursiva de que *a garota promete dar trabalho* realizada pelo redator. A elipse, mais uma vez, objetiva não mostrar uma manifestação discursiva que destoaria da construção do editor. Para isso, novamente um discurso direto é alterado. Ao invés de *Eles são o máximo* (em 4a), aparece *Ele é o máximo* (em 4b).

Nas duplas de *seqüências discursivas* 5a /5b e 6a/6b, as elipses não "aparecem" como forma de manter a linearidade do discurso construído pelo editor. Um grande pedaço do texto do repórter é apagado. No primeiro caso, toda a metodologia de uma pesquisa realizada em escolas de Porto Alegre sobre consumo de drogas (em 5a) é substituída por *Depois de uma primeira avaliação...* (em 5b).

Nesse caso, não é possível dizer que a metodologia está implícita. Ela, simplesmente, some. O fragmento discursivo que aparece no discurso final (*Depois de uma primeira avaliação...*) chega nele bastante incompleto. O editor, ao preencher a lacuna que, como nas outras seqüências, inevitavelmente, se cria, no mínimo elimina manifestações discursivas que

o repórter incluiu em seu discurso. Além disso, a substituição por outra manifestação discursiva pode modificar um sentido inicial.

Já a *seqüência discursiva* 6a é totalmente apagada em 6b. Trata-se de uma matéria sobre a profissão de professor de Educação Física dirigida para jovens vestibulandos. Uma das informações que o entrevistado, presidente da associação, destacava, e que o repórter colocou em discurso direto, era a da não regulamentação da profissão. Esse dado não aparece na formulação do editor.

Em todas as seqüências aqui expostas, a elipse aparece como a modalidade de deslizamento de sentido mais marcante. No discurso final (do editor), as elipses não podem ser consideradas "faltas necessárias". O sentido mínimo colocado pelo repórter não fica implícito, e é possível perceber que ocorre o deslizamento de sentido a partir da comparação das duas formulações. Esses deslizamentos podem ser maiores ou menores, como pôde ser observado. Em alguns casos, os deslizamentos conduzem a distorções. O sentido sofre um grande deslizamento, tornando o texto do editor bastante diferente do texto do repórter.

Esses exemplos de elipses mostram também que o discurso jornalístico é extremamente heterogêneo, pois mais de um sujeito enunciador participa de sua construção. Vários discursos fazem parte do discurso final que é publicado. A elipse, apesar de ser um apagamento, também marca a presença do sujeito editor no discurso. Trata-se de uma presença invisível, e a marca da presença do sujeito editor no discurso final é justamente esse "apagamento", essa "invisibilidade". Na medida em que o sentido que o editor quer fixar aparece, o editor se torna uma presença ausente. Como foi visto, ao produzir a elipse, o editor desliza o sentido mínimo presente no discurso do repórter para outro – ou para apenas um – que ele quer fixar. Ou seja, a elipse pode servir para, ao mesmo tempo, marcar o apagamento do sentido do discurso do repórter e marcar o sentido que o editor quer fixar. É somente se tratando do discurso, e não da língua, que essa heterogeneidade pode ser notada.

Courtine, em *O chapéu de Clémentis* (in Indursky e Ferreira,1999), fala de uma memória lacunar. Ele diz que, na "ordem do discurso", o que é apagado, recalcado da

memória histórica deixa uma “estreita lacuna, a marca de seu desaparecimento” (Courtine op.cit.:15).

*A constituição de um espaço do repetível toma a forma de uma retomada palavra por palavra, de discurso em discurso, de numerosas formulações (...). Essas retomadas apagam, com o desaparecimento das marcas sintáticas do discurso relatado (...); os vestígios de todo desnivelamento interdiscursivo” (Courtine, idem:19)*

Apesar de Courtine estar tratando do Discurso Político, sua reflexão pode ser relacionada com o tema desta dissertação. Quando o editor retira um fragmento do discurso do repórter (elipse) para fazer sua formulação final, ele cria uma lacuna no discurso, que não aparece mais inteiro. Como não se consegue conviver com lacunas, o editor, ao preencher as lacunas para a construção do texto final que será publicado, modifica o sentido mínimo inicial do texto. Na comparação feita entre os dois *domínios discursivos* deste trabalho, é possível ver, no entanto, que, como diz Courtine, essas lacunas ficam marcadas. É possível, ao fazer a análise, identificar o que falta, o que desliza de uma formulação para outra.

O autor diz que essas formas de repetição enviam ao conjunto de *repetição de elementos de extensão*.

*(...) Uma repetição vertical, que não é aquela da série de formulações que formam enunciado, mas o que se repete a partir disso, um não-sabido, um não-reconhecido, deslocado e deslocando-se no enunciado: uma repetição que é ao mesmo tempo ausente e presente na série de formulações: ausente porque ela funciona aí sob o modo do desconhecimento e presente em seu efeito, uma repetição na ordem da memória lacunar ou com falhas. (Courtine, ibidem:21)*

Courtine ainda afirma que a lacuna funciona como “uma causa ausente”. Nas sequências analisadas, é possível ver que a lacuna é necessária para que o texto final tenha o fechamento que o editor quer lhe dar (ou para que tenha o efeito-autor do editor, como será visto no capítulo sobre Autoria). A lacuna, nesses casos, passa a ser uma causa ausente. É a falta de um fragmento do texto que vai dar um “novo” sentido ao texto. Para Courtine, “memória e esquecimento são, assim, indissociáveis”. A noção de memória discursiva é

importante para compreender também o que acontece com o discurso quando nele são encontradas incisivas, aspecto que será examinado no recorte seguinte.

### 2.1.2 Bloco 2: Deslizamentos por Incisivas Discursivas

A seguir são apresentadas dez duplas (discurso do repórter/discurso do editor), numeradas de 7 a 16, de *seqüências discursivas* nas quais a incisiva é o procedimento de modificação de sentido mais marcante.

<b>Domínio Discursivo 1:</b> <b>Discurso do Repórter</b>	<b>Domínio Discursivo 2:</b> <b>Discurso do Editor</b>
<b>7a</b>	<b>7b</b> Não, não tem cena de biquini ou coisa parecida. Tônia é apenas uma bisavó vaidosa. ( <i>Espelho, espelho meu, Veja de 10.08.1994</i> )
<b>8a</b> Ela não fala sobre o assunto, no entanto, há dois meses a atriz global Cristiana Oliveira, 30 anos, vive uma paixão.	<b>8b</b> Cristiana (...) ainda prefere o silêncio. Aquele que vale mais do que mil palavras. ( <i>Fase Peter Pan chega ao fim, Veja de 22.08.1994</i> )
<b>9a</b>	<b>9b</b> Conhecida por cultivar paixões juvenis, a atriz e modelo Cristiana Oliveira, 30 anos, dá sinais de que sua fase Peter Pan está chegando ao fim. ( <i>Fase Peter Pan chega ao fim, Veja de 22.08.1994</i> )
<b>10a</b> Resultado: faturou sua presença no certame gaúcho, ficou entre as primeiras no nacional	<b>10b</b> Quando embarcou para Espanha, no início do mês, a estudante gaúcha Gisele Bündchen, 14

<p>e beliscou o quarto lugar na final internacional realizada em Ibiza, na Espanha, no dia 10.</p> <p>E com sua participação na final, faturou um contrato de 50 mil dólares.</p>	<p>anos, queria vingança – e conseguiu. Dias antes, teve que se conformar com o segundo lugar na fase nacional do concurso de modelos Look of the year.</p> <p>Na finalíssima, em Ibiza, entretanto, a vice-campeã brasileira deu o troco: Não só beliscou o quarto lugar (...) como assinou um contrato internacional (...) <i>(Na trilha de Cindy Crawford, Veja de 28.09.1994)</i></p>
---	---

<b>11a</b>	<b>11b</b> Além disso, muitos eleitores do petista Olívio Dutra sufragaram seu nome influenciados pelo boato – que ela não desmante – de que o seu candidato a presidente era Lula. <i>(Histórias exemplares, Veja, 12.10.1994)</i>
<b>12a</b>	<b>12b</b> “Há sempre dois ou três pacientes esperando uma vaga em uma UTI”, calcula o presidente da Amib, Luiz Alexandre Alegretti Borges. <i>(Além do fim do túnel, Veja de 25.01.1995)</i>
<b>13a</b>	<b>13b</b> Os marmanjos dos estádios deixam de prestar atenção ao esquema tático da seleção brasileira feminina de futebol quando a atacante gaúcha Isabel Nunes, 28 anos, está com a bola. Dona de pernas capazes de fazer o mais experiente massagista suar em bicas (...) <i>(A craque com a bola toda, Veja de 20.09.1995)</i>
<b>14a</b> Até o ano 2000, dez Dados devem estar funcionando no Brasil, em franquias com sua participação na parte de tecnologia. Em maio de 96, a primeira fábrica da rede será inaugurada em São Paulo.	<b>14b</b> Armado de novidades, (...) Correa abrirá em maio do ano que vem uma filial da Dado Bier em São Paulo. “Até o ano 2000, serão dez casas em todo o Brasil”, sonha ele. <i>(Badalação geladinha, Veja de 20.12.1995)</i>
<b>15a</b> Duas paredes enormes da escola foram pintadas por 20 alunos considerados mais problemáticos.	<b>15b</b> Os estudantes mais problemáticos tiveram acompanhamentos especial durante os dois anos. <i>(Mito derrubado, Veja de 27.09.1995)</i>
<b>16a</b>	<b>16b</b>

<p>“Esses marcianos, como chamamos, só aumentam a curiosidade dos estudantes”, acredita.</p>	<p>“Esses marcianos só aumentam a curiosidade dos estudantes. O segredo é treinar os próprios professores, que conhecem cada aluno e a realidade de suas comunidades”. <i>(Mito derrubado, Veja de 27.09.1995)</i></p>
--	--

As incisivas aqui examinadas não podem ser enquadradas na ótica “tradicional” das gramáticas. Não se trata de “acessórios” que não mudam o sentido de uma primeira formulação.

Como diz Indursky (1997:246-47), a incisiva discursiva é um processo que traz para dentro de um discurso elementos que vêm de um interdiscurso específico de uma outra FD, ou de uma outra posição-sujeito – neste caso, a do editor. Ou seja, ao acrescentar uma nova manifestação discursiva ao discurso do repórter, o editor mobiliza o interdiscurso, que está relacionado com a sua posição-sujeito. Às vezes ela pode até ser oposta a do repórter (sem falar na do entrevistado).

Assim como a elipse, a incisiva é uma marca de heterogeneidade do discurso jornalístico de *Veja*. Nas seqüências aqui examinadas, elas são introduzidas (no segundo domínio discursivo – o do editor) sem que sejam percebidas pelo leitor, que, inclusive, desconhece as formulações anteriores.

Assim como para Indursky (1997), as incisivas aqui “consistem em *seqüências discursivas* mais ou menos fragmentadas, oriundas de outros discursos que, ao serem interiorizadas, não deixam pistas de sua procedência externa nem do processo de apropriação por que passaram” (op. cit:244). É exatamente isso que se percebe no discurso jornalístico.

As seqüências 7a (inexistente) e 7b são relativas a uma matéria sobre a atriz Tônia Carrero, que estava passando temporada em uma spa antes de estrear uma nova peça de teatro. Toda a seqüência 7b é inserida (incisiva) no discurso do repórter. Ela simplesmente não existia em 7a, ou seja, na formulação do repórter.

As seqüências 8a e 8b e 9a e 9b são de uma mesma matéria sobre o novo namoro da atriz Cristiana Oliveira. Enquanto que, em 8a, o repórter afirma que ela *não fala sobre o assunto*, mas também afirma (em “suas” palavras) que ela *vive uma paixão*, em 8b, o editor insere uma manifestação discursiva: *Aquele que vale mais do que mil palavras*. Ou seja, ele diz que é justamente o silêncio da atriz que confirma a notícia de que ela está com um novo namorado.

Já a seqüência 9b é totalmente inserida na construção do discurso final. Na formulação do repórter, não existia nenhuma referência ao fato de a atriz já ter namorado rapazes mais moços do que ela e de que o novo namorado é mais velho. Em 9b, o editor inclui essa informação da seguinte forma: *Sua fase Peter Pan está chegando ao fim*. Essa incisa parece ser uma forma de – como dizem os jornalistas – “esquentar” a notícia. É uma manifestação discursiva que é incluída para justificar a publicação da notícia. É como se o editor dissesse que algo novo está acontecendo: uma atriz que costumava namorar rapazes mais moços agora está namorando um mais velho. Aí está a notícia.

Ao contrário das seqüências anteriores – que parecem apresentar incisas que “apenas” acrescentam um novo sentido ao discurso – as seqüências 10a e 10b mostram uma incisa (em 10b) que não só acrescenta um novo sentido como modifica um sentido mínimo anterior, se compararmos 10a e 10b.

Trata-se de uma matéria sobre as conquistas da modelo Gisele Bündchen em concursos. Enquanto que o repórter apresenta todas as colocações da modelo como fatos positivos, o editor diz que o segundo lugar no concurso nacional foi um fato negativo.

Em 10a, o repórter escreve: (...) *ficou entre as primeiras no nacional* (...).

Em 10b, o editor escreve: (...) *teve de se conformar com o segundo lugar na fase nacional* (...).

Essa manifestação discursiva do editor só é justificada por uma incisa realizada pelo próprio editor: (...) *Gisele Bündchen, 14 anos, queria vingança – e conseguiu* (...). Mais adiante, outra incisa reafirma essa nova formulação: (...) *deu o troco*.

No discurso do repórter, o segundo lugar no concurso nacional não aparece como algo com que a modelo precise *se conformar* e o quarto lugar na final internacional e o contrato não são tratados como um *troco*. A idéia de vingança não está presente na seqüência 10a. Nesse caso, acontece algo semelhante ao observado em algumas elipses (examinadas anteriormente). Se antes o editor retirava algumas manifestações discursivas presentes nas seqüências do repórter para que um novo efeito de sentido se apresentasse de forma coerente, agora ele inclui manifestações discursivas com o mesmo propósito.

A idéia da vingança só faz sentido se o segundo lugar no concurso nacional for considerado um fato com que a modelo tenha de *se conformar*. Como nas seqüências anteriores, com incisas, esta também parece incluir um elemento para “esquentar” a notícia: algo novo aconteceu. A formulação do repórter mostrava uma modelo que “perdeu” um primeiro concurso, mas que depois “venceu” outro mais importante (mesmo tendo tirado quarto lugar) assinando um contrato milionário.

É interessante perceber como uma mesma palavra pode receber sentidos diferentes, conforme a Formação Discursiva, ou, nesse caso, conforme a posição-sujeito à qual está relacionada. O sentido depende das condições de produção e da interpretação.

Para o editor, um “quarto lugar” é vingança em relação a um “segundo lugar”. Para o repórter, não. Ou seja, para o editor, o fato de a modelo ter assinado um contrato milionário não foi suficiente como notícia. Foi necessária uma incisa (da vingança). Apesar de não se ter acesso à formulação da entrevistada, é bem provável que ela não tenha declarado que pretendia vingança, já que o repórter não colocou em sua formulação esse desejo. No mínimo, sabe-se que ele não estava (de forma alguma) presente no discurso do repórter.

As seqüências 11a (inexistente) e 11b são referentes à matéria já analisada anteriormente sobre a eleição da senadora Emília Fernandez. Toda a seqüência 11b é incluída na matéria pelo editor. No meio da formulação é incluída, inclusive, uma referência direta ao dizer, ou ao não-dito, da entrevistada ((...) *boato – que ela não desmente – de que o seu candidato a presidente era Lula*).

Na formulação do repórter (11a), não existe nenhuma referência a esse possível sentido apresentado pelo editor. No discurso do repórter, a entrevistada de fato não desmente *o boato* pelo motivo de que ele sequer é mencionado.

No caso das seqüências 12a e 12b, também acontece a incisa de uma manifestação discursiva inteira que sequer existia de alguma forma na formulação do repórter. Nesse caso, a incisa chama mais atenção por aparecer em 12b em forma de discurso direto (aspas).

A matéria diz respeito a pacientes em coma. Uma declaração do presidente da Amib é incluída entre aspas na formulação do editor (“*Há sempre dois pacientes esperando uma vaga em uma UTI*”). Como o editor pode saber se o entrevistado fez essa declaração se ela sequer aparece na formulação do repórter? É evidentemente impossível.

Cabe aqui um esclarecimento. Durante a redação de um texto final para a revista (ou para qualquer outro veículo impresso) é comum o editor falar com o repórter, tentando compreender pontos que ele julgou pouco claros. No caso das incisas, elas podem até aparecer na construção do discurso que será publicado depois de uma conversa entre editor e repórter. Ou seja, no caso das seqüências 12a e 12b pode até ter acontecido de o entrevistado ter feito a declaração que aparece entre aspas em 12b, e isso não ter aparecido no texto do repórter. Mais tarde, o repórter pode ter conversado com o editor, contando que o entrevistado havia feito essa declaração.

Isso, no entanto, não modifica em nada o que pretendo mostrar neste trabalho: várias formulações são realizadas por diferentes enunciadores durante o processo de construção do discurso jornalístico. A inclusão resultante de uma conversa entre o repórter e o editor apenas

é mais uma formulação. O fato é que, em comparação, os dois *domínios discursivos* aqui examinados apresentam *seqüências discursivas* com efeitos de sentido diversos.

Quando o editor insere um “pedaço” de discurso à formulação do repórter, ele está trazendo esse “pedaço” de algum lugar (outra FD, ou outra posição-sujeito) que pode, inclusive, ser a do entrevistado (ou não). Como não se tem acesso ao discurso dos entrevistados não é possível saber quando essas incisivas vêm dele.

É possível, entretanto, saber, primeiro, que elas não faziam parte do discurso do repórter e, segundo, que elas aparecem no discurso do editor sem nenhum elemento introdutor. Elas passam a fazer parte de um discurso final. Apesar de haver uma mistura de discursos, essa mescla não é visível lingüisticamente (ou sintaticamente). Trata-se da heterogeneidade não marcada. Os vestígios da exterioridade são apagados. Só é possível analisá-los aqui porque se tem acesso a duas formulações distintas de um mesmo texto.

Em 13a e 13b também ocorre uma incisiva que provoca um novo efeito de sentido. Elas são relativas à matéria já citada sobre a jogadora de futebol Isabel Nunes. Na formulação do repórter, não há nenhuma “brincadeira” com a beleza da jogadora, como acontece em 13b. Trata-se de uma clara incisiva do editor para instaurar um novo sentido.

As seqüências 14a e 14b são relativas a uma matéria sobre a cervejaria gaúcha Dado Bier. Na seqüência 14a, a informação de que até o ano 2000 haverá dez cervejarias da empresa no Brasil aparece como Discurso Indireto Informal. É o repórter que assume essa manifestação discursiva em sua própria voz. Em 14b, ela aparece como Discurso Direto do entrevistado. O tipo de deslizamento que aparece entre 14a e 14b é mais da ordem da formulação, ou seja, não existe exatamente uma transformação de sentido que pode ser encontrada em outras seqüências. Nessas, a mudança está mais na estrutura, embora não deixe de existir um deslizamento.

O que acontece nesse caso é semelhante ao que foi examinado em relação às elipses. Como diz Indursky (1997:200), o discurso entre aspas, apesar de estar sintaticamente

integrado ao discurso do editor, fazem com que ele se mantenha distante da afirmação. Na seqüência aqui examinada, o editor marca com o DD a informação de que no ano 2000 haverá dez casas da cervejaria no Brasil para não se comprometer com a afirmação. É o entrevistado “que diz”, e não o editor (ou a revista). Esse é o efeito de sentido produzido pelo texto do editor. O leitor não relacionará a afirmação à “revista” e sim ao entrevistado.

Em 15a e 15b aparece uma incisa que provoca um grande deslizamento de sentido. Trata-se da matéria sobre um programa de prevenção do uso de drogas que estava sendo aplicado em escolas. Em 15a, o repórter cita o exemplo de uma escola, onde alunos *considerados mais problemáticos* haviam pintado desenhos em muros. Em 15b, o editor coloca que *os estudantes mais problemáticos tiveram acompanhamento especial durante os dois anos* de aplicação do programa. Essa afirmação é, em primeiro lugar, extensiva – no discurso do editor – à todas as escolas nas quais o programa estava sendo desenvolvido. Em segundo lugar, na formulação do repórter não estava colocado sequer que nesta escola específica os alunos tinham “acompanhamento especial”.

A idéia do programa era justamente a de que não se deveria “tratar” dos alunos, ou falar especificamente do assunto “drogas” com eles. O objetivo era apenas, através dos professores, falar de valorização da vida. A noção de um “acompanhamento especial” certamente vem de outro discurso externo, (o discurso pedagógico tradicional) com um préconstruído relacionado com outros tipos de programas.

Os deslizamentos de sentido provocados por uma nova formulação por parte do editor para o texto do repórter não têm sempre a mesma intensidade. Pode-se observar pequenos deslizamentos, mas pode-se observar também grandes deslizamentos. É o que acontece em 15a e 15b. O deslizamento é tão intenso que o do texto final (formulado pelo editor) tem o que se poderia chamar de sentido oposto ao do repórter. Nesse caso é possível afirmar que o repórter e o editor representam duas posições-sujeito praticamente antagônicas dentro de uma FD heterogênea. Elas só não são totalmente antagônicas, representando duas FDs diferentes, porque não existe uma oposição direta de sentido nos dois discursos como um todo. Isso aconteceria, por exemplo, se o repórter “defendesse” as drogas e o editor “acusasse”, ou vice-versa.

As seqüências 16a e 16b pertencem a mesma matéria. Desta vez, novamente o Discurso Direto, marcado por aspas, é modificado através de uma incisa, em 16b (*O segredo é treinar os próprios professores, que conhecem cada aluno e a realidade de suas comunidades*).

Ao examinar o discurso presidencial do período da República Militar brasileira, Indursky (1997) observa incisivas discursivas que vêm de outra FD que não deixam “vestígios” de sua diferença. No caso, a autora está examinando duas FDs antagônicas. A FD1 é a que afeta o discurso presidencial e a FD2, a antagônica.

Indursky percebe incisivas no discurso presidencial provenientes da FD antagônica. Ao se inserirem no discurso presidencial, elas são descontextualizadas e as condições em que foram produzidas apagam-se. “O sujeito do discurso que as produziu, bem como o lugar enunciativo onde foram produzidas também se apagam”. (op. cit:245).

Esses apagamentos e o fato de os dois discursos serem de FDs antagônicas trazem como consequência a produção de um efeito de sentido diverso. No caso do discurso examinado nesta dissertação, as condições de produção são diferentes. São duas formulações de um mesmo texto que são analisadas. Mas, da mesma forma que a incisa não apresenta “vestígios” no discurso presidencial, no discurso de *Veja* acontece o mesmo.

O discurso do editor produz incisivas no discurso do repórter. O leitor, no entanto, não tem como perceber essa heterogeneidade. Mas as conclusões de Indursky (mesmo referentes a um outro tipo de discurso) podem ser relacionadas com o discurso jornalístico de *Veja*. Quando o editor insere uma manifestação discursiva no discurso do repórter, ele, ao mesmo tempo, traz um “pedaço” incompleto do discurso do repórter. Esse fragmento do discurso do repórter será completado justamente pela incisa. Ou seja, esses fragmentos, associados a incisivas, provocam a produção de um efeito de sentido diferente daquele que tinha quando estava relacionado com a posição-sujeito do repórter.

Indursky afirma o seguinte:

*(...) O funcionamento das incisivas discursivas mobiliza uma verdadeira apropriação lacunar e, em nosso entender, antropofágica: o discurso apropriado não é mais relacionado a sua origem, gerando uma elipse, uma lacuna (o apagamento do outro) no interior da incisa (o discurso apropriado do outro). (1997:247)*

No discurso publicado por *Veja*, a incisa que aparece no texto do editor não está relacionada a sua origem, que pode ser a mais diversa possível, como o discurso do repórter, ou o discurso do entrevistado, ou ainda um discurso de um “já lá” que é mobilizado no interdiscurso. O fragmento de discurso do repórter que restou no texto final também não está relacionado a sua origem. Isso gera inúmeras lacunas no texto como um todo. Por essas razões, esse discurso é extremamente heterogêneo e repleto de diferentes “partes de sentido” que são “coladas” umas às outras, provocando vários deslizamentos de sentido e, às vezes, até efeitos de sentido totalmente diversos do inicial (aqui, no caso, o do repórter).

Em relação às próprias incisivas que aparecem no discurso do editor, para analisá-las em relação a sua procedência, seria necessário mobilizar a categoria de memória discursiva. Para a AD, a memória discursiva está relacionada à noção de memória social. A repetição do discurso, através de paráfrases discursivas, carrega consigo transformações.

Courtine foi um dos autores que mais se preocupou com a categoria de memória discursiva, trazendo-a para dentro da AD ao relacionar essa noção com a de história. Baseando-se em Foucault e Pécheux, o autor diz que a memória discursiva decorre da "existência histórica do enunciado no seio das práticas discursivas, reguladas por aparelhos ideológicos". (Courtine, 1981:53)

O autor diz que existem dois níveis, o da enunciação (o “eu”, o “aqui” e o “agora” dos discursos) e do enunciado. É neste último que se vê, "num espaço vertical, estratificado e desnivelado dos discursos" (1983:2), o que Courtine chama de interdiscurso; "séries de formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas; articulando-se entre elas formas lingüísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraçando-se, opondo-se entre si, transformando-se...)".

Para Courtine (1981:51/2), a repetição ou o apagamento de elementos do saber de uma FD, ou dos enunciados, é que apontam para o que ele chama de memória discursiva. Indursky (1997:43/4), fazendo uma leitura de Courtine, diz que "quando um enunciado |E| é atualizado através de uma enunciação |e|, dá-se a atualização de um acontecimento. Portanto, é da relação do interdiscurso com o intradiscurso, através da articulação de |E| com |e|, que se dá o *efeito de memória* em um discurso particular, pois uma formulação-origem é atualizada em uma conjuntura discursiva específica".

Como já foi dito no recorte que examina as elipses, Courtine faz suas reflexões usando como exemplo o discurso político (mais especificamente, o comunista), mas elas podem ser relacionadas com outros tipos de discurso. É acima do discurso comunista que o autor faz considerações sobre o repetível. A repetição é entendida como retomada formal, de discurso para discurso, de *seqüências discursivas* inteiras.

Sobre a repetição, o autor se pergunta "como um espaço de repetição inscreve-se num conjunto desnivelado de discurso?" (Courtine In Indursky e Ferreira, 1999:19).

*A resposta a essas questões implica que se leve em conta todas as formas de discurso relatado, através das quais materializam-se as remissões de discurso a discurso e, notadamente, a relação e a citação ao texto primeiro (...)* (Courtine, idem:19)

O autor explica que a constituição de um espaço do repetível possibilita a retomada de numerosas formulações. Como já foi dito, "essas retomadas apagam; com o desaparecimento das marcas sintáticas do discurso relatado (...); as marcas de todo desnível interdiscursivo". Ele também destaca a necessidade de estudar a formação do pré-construído no desnível interdiscursivo.

*Citação, recitação, formação do préconstruído: é assim que os objetos do discurso, dos quais a enunciação se apodera para colocá-los sob a responsabilidade de um sujeito enunciador, adquirem sua estabilidade referencial do domínio de memória como espaço de recorrência das formulações".* (idem:20)

Assim como Courtine diz que a repetição pode ser da ordem de uma memória cheia, saturada, pode ser também lacunar ou com falhas, como foi observado ao se examinar as elipses. A repetição é, ao mesmo tempo, ausente e presente nas formulações. O interdiscurso pode produzir, através de um sujeito do discurso, a lembrança das formulações, mas também seu esquecimento.

Foi possível observar isso, neste trabalho, ao examinar as elipses e as incisivas. Em ambos os casos, há repetições. No primeiro recorte, o editor apaga parte do discurso do repórter ao repetir o texto. Logo, o sujeito editor, ao fazer uma nova formulação, mobilizando o interdiscurso, torna o intradiscurso lacunar em relação à formulação anterior. Essas lacunas serão preenchidas com o próprio discurso que restou. No segundo recorte, o editor insere uma manifestação discursiva no discurso do repórter ao repetir o texto. Nesse caso, o sujeito editor, ao fazer uma nova formulação, mobilizando o interdiscurso, acrescenta algo no intradiscurso. Mas essa incisiva também chega ao discurso com lacunas, que são preenchidas com o que restou do texto do repórter. Nos dois casos, o sentido é deslizado.

Indursky (1997) contribui com a reflexão sobre memória discursiva relacionando-a com a noção de heterogeneidade discursiva não-marcada, própria da ordem do discurso. Para este trabalho, a noção de memória discursiva é importante. A memória lacunar, como já foi observado, aparece na construção do discurso jornalístico justamente por suas condições de produção. Ao ser deslocado, o discurso do repórter já fica repleto de lacunas. Ou seja, várias manifestações discursivas são apagadas, esquecidas.

Por outro lado, ao acrescentar novas manifestações ao discurso final (incisivas), o editor mobiliza o interdiscurso. Ele busca fragmentos discursivos relacionados com sua posição-sujeito e talvez até com outras FDs. Discursos que são repetidos ao longo do tempo, em formulações as mais diversas, aparecem no discurso do editor. O discurso do editor pode carregar um “já dito” que não aparece no texto do repórter. Fica evidente, em alguns casos, que as incisivas têm outra origem que não o discurso do repórter. Elas aparecem porque o editor mobiliza o interdiscurso, colocando na sua formulação um “já dito”.

A matéria sobre drogas, por exemplo, carrega em sua formulação final os sentidos já fixados socialmente de "tratamento" dos dependentes. Não importa que o sentido do programa (apresentado no texto do repórter) fosse bem diverso. A matéria da jogadora de futebol carrega um sentido também já fixado de que a profissão é relacionada ao sexo masculino e que o fato de a mulher ser bonita e jogar futebol é notícia. Ou seja, se a jogadora fosse feia, não haveria notícia. O que equivale a dizer que, já que a profissão é para homens, ela pode somente ser exercida por mulheres feias.

A mulher que namora um homem mais moço que ela, a candidata de um partido que apoia o concorrente e que não tem tarefas "de mulher", são efeitos de sentido que surgem no texto final. É o sentido que desliza de uma formulação para outra e que nas seqüências examinadas neste capítulo aparecem através de incisivas discursivas. No discurso do repórter existe um sentido. Quando o editor faz uma nova formulação e insere uma manifestação discursiva no texto do repórter, ele provoca o deslizamento do sentido. Nas seqüências examinadas sobre a modelo Gisele Bündchen, por exemplo, a inclusão da manifestação discursiva (...) *queria vingança* (...) provocou um grande deslizamento de sentido. Todo o texto final ficou vinculado à incisiva, e o sentido por ela determinado. Caso contrário, não ficaria coerente. Essa é a forma como a incisiva provoca o deslizamento.

## 2.2 Segundo Recorte: Outros Deslizamentos de Sentido

Depois de analisar as *seqüências discursivas* nas quais, no segundo domínio discursivo (discurso do editor), aparecem predominantemente elipses e incisivas que provocam deslizamentos de sentido, passo a examinar o recorte que chamei de Outros Deslizamentos de Sentido.

Neste recorte, no discurso do editor, acontece a alteração de sentido sem ser caracterizada explicitamente pela inclusão ou exclusão de uma manifestação discursiva na formulação do repórter. O sentido simplesmente é alterado, chegando às vezes, ao que se poderia interpretar como sentido oposto ao inicial.

A seguir estão destacadas duplas (repórter/ editor) de *seqüências discursivas* nas quais ocorrem esses outros deslizamentos de sentido (numeradas de 17a/b a 29a/b).

**Domínio Discursivo 1:**

**Discurso do Repórter**

**Domínio Discursivo 2:**

**Discurso do Editor**

<p><b>17a</b></p> <p>"Qualquer sacrifício vale para ficar bárbara", brinca.</p>	<p><b>17b</b></p> <p>"Faço qualquer sacrifício para ficar mais bonita", ela admite. (<i>Espelho, espelho meu, Veja de 10 de agosto de 1994</i>)</p>
<p><b>18a</b></p> <p>Baixando o quebrasol, ela pode escolher no equalizador com processador digital os efeitos que prefere para o som: de um ambiente de clube de jazz a uma discoteca.</p>	<p><b>18b</b></p> <p>Ela (...) instalou até um equalizador que simula o som em ambientes como o de uma igreja ou de um palco. (<i>Campeonato de decibéis, Veja de 11 de janeiro de 1995</i>)</p>
<p><b>19a</b></p> <p>(...) Acusado de cometer estupro, ameaça e atentado violento ao pudor contra 30 meninas com idades que vão dos sete aos 15 anos.</p>	<p><b>19b</b></p> <p>(...) Acusado em processo (...) de estuprar trinta meninas, com idade entre 3 e 14 anos (...). (<i>Datas/Revelados, Veja de 22 de fevereiro de 1995</i>)</p>

<p><b>20a</b></p> <p>"As queimadas foram terríveis neste ano", diz o piloto Airton Ribeiro, dono da Especial Táxi Aéreo, que sobrevoa há 18 anos a região. "Somente vi coisa igual em 1988 e em 1977".</p>	<p><b>20b</b></p> <p>Em Rio Branco, capital do Acre, o aeroporto foi fechado 150 vezes para pousos e decolagens neste ano, em razão da fumaça. "Voar por aqui ficou muito perigoso nos últimos meses", afirma o piloto Airton Ribeiro, dono da Especial Táxi Aéreo, em Rondônia, que sobrevoa a região há dezoito anos. <i>(Inferno na fronteira verde, Veja de 8 de novembro de 1995)</i></p>
<p><b>21a</b></p> <p>O gaúcho Arci Acevedo, 51 anos, 13 filhos, queria derrubar 2,5 hectares de sua terra para plantar. Informou-se no Ibama para fazer tudo direitinho. "Eu teria que gastar um dinheirão que eu nem sonho em ter", diz. Na semana passada, com uma escavadeira, Acevedo plantava pasto numa fazenda vizinha a sua, cujo proprietário foi um dos raros casos de multa por queimada ilegal na região. Acevedo recebe cinco reais por dia de trabalho. "Esse negócio é coisa dos americanos que derrubam todas as suas florestas e agora querem obrigar-nos a preservar a nossa".</p>	<p><b>21b</b></p> <p>O gaúcho Arci Acevedo, 51 anos, trezes filhos, queria derrubar 2,5 hectares de sua terra para plantar. Informou-se no Ibama para fazer tudo como manda a lei e descobriu que a burocracia exigida para se fazer uma queimada legal torna a tarefa praticamente impossível. "Eu teria que gastar um dinheirão que eu nem sonho em ter", diz. "Por isso, decidi queimar sem licença mesmo". <i>(Inferno na fronteira verde, Veja de 8 de novembro de 1995)</i></p>

<p><b>22a</b></p> <p>O hotel Canto da Ilha surgiu da necessidade de se encontrar uma maneira de gerar recursos para a Escola Sul, entidade da CUT que administra recursos para dirigentes sindicais. Bolou-se então um projeto de hotel comercial acoplado com a escola, que também serviria como centro de convenções para abrigar eventos, seminários atraindo hóspedes ao longo de todo ano.</p>	<p><b>22b</b></p> <p>O terreno onde foi erguido o Canto da Ilha estava destinado a uma escola sindical, mas a CUT catarinense não teria dinheiro para sustentá-la. Por isso, mudou os planos e fez o hotel. (<i>Paraíso sindical, Veja de 19 de março de 1997</i>)</p>
<p><b>23a</b></p> <p>Em primeiro lugar, ele (<i>o programa</i>) não tem o objetivo de falar mal das drogas e sim de falar bem da vida.</p> <p>(...)</p> <p>Em nenhum momento os educadores precisavam dar aulas sobre drogas para os alunos.</p> <p>Bastava tentar aplicar o que era discutido nos encontros na sua vida pessoal e tentar transmitir a valorização da vida aos alunos.</p>	<p><b>23b</b></p> <p>Em metade dessas escolas os alunos passaram a ter aulas sobre drogas. (<i>Mito derrubado, Veja de 27 de setembro de 1995</i>)</p>
<p><b>24a</b></p> <p>Em segundo lugar, ele (<i>o programa</i>) é dirigido para os professores, e não para os alunos.</p> <p>(...)</p> <p>Seu objetivo maior é resgatar a cidadania do professor.</p> <p>(...)</p> <p>O exemplo é a única forma de ensinar.</p>	<p><b>24b</b></p> <p>Os professores responsáveis por essas turmas também receberam treinamento especializado da Secretaria da Educação.</p> <p>(...) Entre alunos que receberam orientação (...). (<i>Mito derrubado, Veja de 27 de setembro de 1995</i>)</p>

<p><b>25a</b></p> <p>O programa era desenvolvido numa pirâmide. Ramos era o supervisor técnico que se reunia com nove professores da Secretaria da Educação, que por sua vez se reuniam com 36 técnicos - dois professores de cada colégio, um escolhido pelo diretor e outro eleito pelos professores. Eles repassavam tudo para todos os professores em reuniões mensais ou quinzenais.</p>	<p><b>25b</b></p> <p>Durante todo o programa, eles (<i>professores</i>) receberam orientações de médicos, psiquiatras e outros especialistas em drogas para, depois, promover reuniões com seus alunos para discutir o assunto. (<i>Mito derrubado, Veja de 27 de setembro de 1995</i>)</p>
<p><b>26a</b></p> <p>Com a geração saúde em alta, o que antes era um curso voltado a formar professores de primeiro e segundo grau, ganhou um enorme e crescente mercado de trabalho (...). Como a moeda da vida saudável parece ter vindo para ficar, a tendência é que o mercado melhore ainda mais.</p>	<p><b>26b</b></p> <p>Atenção: tentar a vida como graduado em Educação Física é uma decisão das mais arriscadas. Emprego não falta, já que a feiúra humana é inesgotável. (<i>Concorrência com gente de papo macio, Veja de 20 de agosto de 1997</i>)</p>
<p><b>27a</b></p> <p>Estima-se que existam hoje no Brasil cerca de 100.000 academias de ginástica.</p>	<p><b>27b</b></p> <p>Existem 15.000, o dobro do início da década. (<i>Concorrência com gente de papo macio, Veja de 20 de agosto de 1997</i>)</p>

<p><b>28a</b></p> <p>O maior problema desta falta de legislação é que pessoas que não têm o conhecimento teórico que a profissão exige, como ex-atletas, passam a comandar enormes turmas em academias ou clubes. "Um atleta ou uma pessoa que só é cheia de músculos não tem conhecimento de anatomia, de biomédica e representa um grande perigo para a saúde dos alunos", alerta o fisiologista Turíbio Leite de Barros Neto (...).</p>	<p><b>28b</b></p> <p>Os não graduados, em geral, só estão preocupados em azarar as meninas. (...)</p> <p>Basta o sujeito ser meio forçado e capaz de dizer meia dúzias de asneiras sobre exercícios, pronto, já tem emprego no qual ganha um salário baixo. (<i>Concorrência com gente de papo macio, Veja de 20 de agosto de 1997</i>)</p>
<p><b>29a</b></p> <p>Mas a grande vantagem das academias está certamente na ponte que elas representam para saltos profissionais mais rentáveis. É delas que saem os profissionais (...) que se especializam em personal training (...).</p>	<p><b>29b</b></p> <p>"Mas só chega ao sucesso como personal trainer o professor que conquista uma clientela razoável por intermédio das academias", diz a gaúcha Raquel Frison, de 25 anos, formada em Educação Física (...). (<i>Concorrência com gente de papo macio, Veja de 20 de agosto de 1997</i>)</p>

As seqüências aqui mostradas apresentam claros deslizamentos de sentido.

As seqüências 17a e 17b foram retiradas dos textos para matéria já citada sobre a atriz Tônia Carrero, que passava uma temporada em um spa antes de estrear nova peça. O título da peça era "Ela é bárbara". Na seqüência 17a, aparece um Discurso Direto (ou um Discurso Relatado Marcado) - entre aspas - da atriz que faz um trocadilho com o título da peça ("*Qualquer sacrifício vale para ficar bárbara*").

No segundo domínio discursivo, ou seja, na seqüência 17b, o trocadilho some ("*Faço qualquer sacrifício para ficar bonita*"). Enquanto que, no discurso do repórter, a manifestação

da entrevistada é relacionada com sua peça através de uma brincadeira, no discurso do editor ela passa a ser uma afirmação séria. Ou seja, o sentido se modifica. Em 17a existe uma ambigüidade proposital. A atriz afirma que está se sacrificando para ficar bonita, mas, ao mesmo tempo, faz um trocadilho com o título da peça, dando um outro sentido a sua afirmação. Em 17b, essa ambigüidade some, permanecendo apenas um sentido: o do sacrifício para ficar bonita.

Authier-Revuz (1998) diz que, assim como pode existir a tentativa de um enunciador de fixar explicitamente um sentido em relação a outros no seu dizer, acontece também de um enunciador solicitar explicitamente uma pluralidade de sentidos. “Essa é a resposta metaenunciativa inversa à descoberta em X do não-um do sentido: a resposta da acolhida, da exibição explícita da pluralidade de sentidos, através de formas diversas, dando lugar, assim, à interpretação” (1998:43).

Em 17a , o repórter (ou a entrevistada) solicita explicitamente uma pluralidade de sentidos no seu discurso. Ao enunciar “*Qualquer sacrifício vale para ficar bárbara*”, fica explícita a solicitação de abertura de espaço para, pelo menos, dois sentidos (o da beleza e o da relação com o nome da peça). Em 17b, o editor faz um novo “esforço” para fixar apenas um dos dois sentidos: o da beleza.

Ao falar em ambigüidade, neste momento, não se pode dar ao termo a definição que ele recebe dos lingüistas tradicionais, para os quais a ambigüidade é tratada ao nível do sistema da língua, ou seja, um conjunto de regularidades. Para esses lingüistas, a ambigüidade, que quebra a idéia de univocidade de sentido e de transparência da língua, é um problema a ser resolvido.

No caso das seqüências 17a e 17b, a ambigüidade só pode ser percebida por estar-se tratando aqui de discurso. As duas frases, lingüisticamente, poderiam ser consideradas em relação de sinonímia. "Bonita" e "bárbara" poderiam ter o mesmo sentido. No entanto, é no exterior da língua que se apresenta a diferença. Ao invés da paráfrase lingüística, nesse caso, encontramos dois sentidos diferentes. O adjetivo "bárbara" só foi utilizado pela entrevistada e,

posteriormente, pelo repórter por causa do nome da peça e refere-se tanto à beleza da atriz quanto ao título da peça: aí está a ambigüidade.

Quando Leandro Ferreira (2000) examina a ambigüidade em relação com o equívoco, ela lembra Pêcheux (1997:53), que diz que “todo enunciado é intrinsicamente suscetível de tornar-se outro”. É dessa forma que a Análise do Discurso e a autora entendem a ambigüidade e a pluralidade de sentidos. Leandro Ferreira vê o equívoco “como lugar de encontro entre o impossível e a contradição, entre a língua (e o real que lhe é próprio) e a história” (2000:10) e que a ambigüidade seria o caso limite do equívoco.

Para discutir ambigüidade, Leandro Ferreira faz um percurso por vários enfoques teóricos sobre o assunto. Inicia falando de Chomsky, para quem a ambigüidade seria um “problema de comunicação”. Passa por Claudine Haroche, como já foi dito neste trabalho, que, rejeitando a linha de abordagem que se restringe ao enfoque lingüístico ou pragmático do assunto, propõe um campo de articulação do lingüístico com o extralingüístico e assume uma perspectiva mais próxima a de Pêcheux.

Leandro Ferreira mostra também a concepção de ambigüidade como disjunção, que seria “aquela configuração lingüística cuja significação se constrói pela disjunção de dois termos mutuamente exclusivos” (idem:58) desenvolvida por Grésillon (1988). Leandro Ferreira passa também pela noção de ambigüidade como problema de “recepção”, como se o “emissor” soubesse sempre o que quer dizer. A autora afirma que esse não é o entendimento da AD, “para qual a ilusão de que ‘sabemos o que dizemos’ é construída por uma fala que se estrutura na ‘evidência’ do ideológico” (ibidem:60).

Leandro Ferreira volta à noção de ambigüidade como problema lingüístico, dizendo que ela se manifesta quando um enunciado é emitido e traz algum problema de escolha lingüística para o receptor, criando uma flutuação entre duas ou mais decodificações. Por fim, a autora trata da ambigüidade como estratégia discursiva, que ocorre quando a ambigüidade deixa de ser um “acidente” e se torna “inerente” a todo discurso. Para ela, a idéia de sentido único e transparente corresponde a uma visão idealizada da sociedade, na qual interlocutores ideais convivem harmoniosamente. “O universo no qual se inscrevem nossas indagações é

aquele universo discursivo não estabilizado logicamente (de que fala Pêcheux), no qual a ambigüidade e o equívoco constituem, como já se disse, fatos estruturais incontornáveis” (Leandro Ferreira, 2000:81). Para AD, a ambigüidade está relacionada a determinações históricas e à posição do sujeito.

Grantham (1996), ao examinar o discurso fabular, concorda com a noção que Leandro Ferreira apresenta da ambigüidade.

*Para nós, a ambigüidade não está relacionada à idéia de interpretar sentidos em uma direção **ou** outra, mas, pelo contrário, em mostrar os vários sentidos possíveis e concomitantes, trabalhando com a multiplicidade de sentidos, instaurando um jogo entre o mesmo e o diferente. (Grantham 1996:157)*

Em seu estudo, Grantham trata a ambigüidade como “mudança”, por ela não se resumir a solidificar o sentido dominante, mas, pelo contrário, questionar esse sentido. Para ela, a ambigüidade ocorre quando o discurso não se contenta em repetir o mesmo, mas apresenta o diferente. Grantham diz ainda que, embora Leandro Ferreira relacione a ambigüidade à língua e reserve ao equívoco o espaço do discurso, ela acredita que é possível falar em um “processo de ambigüidade discursiva” “constituído não de estruturas com sentido vago e indefinido, mas de um **jogo** entre **o que é e o que poderia ser**, entre o **real e o imaginário**, entre **o mesmo e o diferente** (Grantham, 1996:158).

Grantham examina o trabalho de escritores que, falando do mesmo, tentam introduzir o diferente em seus discursos. No caso do discurso jornalístico aqui analisado, também é possível falar em um processo de ambigüidade discursiva. Retomando a análise das seqüências 17a e 17b, nota-se que a ambigüidade aparece no texto do repórter (17a) e não no texto do editor (17b). É o repórter, ocupando sua posição-sujeito, que tenta introduzir o diferente. Ele utiliza o termo “bárbara” justamente para criar a ambigüidade. A palavra “bárbara” pode ser relacionada tanto à beleza da atriz quanto ao título da peça.

Em seu texto (17b), o editor tenta apagar essa ambigüidade. O que ele faz é retornar ao mesmo e apagar o diferente. O editor tenta anular a solicitação explícita de pluralidade de

sentidos, referida por Authier-Revuz (1998), para tentar fixar apenas um sentido, como pode ser percebido em várias outras seqüências.

O texto do repórter (17a) pode enquadrar-se na concepção que Grantham dá a “processo de ambigüidade discursiva”, e não de equívoco. Leandro Ferreira (2000) ao falar do equívoco, opõe duas formas diferentes de encarar a língua: como um ideal de transparência ou como uma impossibilidade de dizer tudo. Nessa segunda perspectiva, a autora cita Lacan, para quem o dizer é da ordem do “não-todo”, que seria o “real” da língua (alíngua). A “alíngua” seria uma série de pontos do impossível, marcada pelo não-todo. Para Leandro Ferreira, existe um lugar de onde se fala do que não se pode falar: a alíngua, ou o real da língua. O real, da ordem da língua, se opõe a realidade, da ordem social, política. Para ela, o equívoco está na fronteira entre a língua e o seu real. O equívoco é o lugar por excelência da resistência e do impossível.

No caso da seqüência 17a, o repórter instaura uma ambigüidade, mas não chega a apresentar um sentido totalmente resistente ao sentido que, mais tarde, o editor vai tentar fixar em seu texto. Ele deixa um espaço aberto de pluralidade de sentido em que tanto a beleza da atriz, quanto a referência à peça aparecem. Ainda um outro sentido já fixado socialmente e mobilizado no interdiscurso pode ser percebido: o sentido de que Tônia Carrero é uma atriz que, já com idade avançada, busca sempre a beleza, evita declarar a idade, frequenta spas com bastante freqüência, e, por isso, se declara “bárbara”. Não existe uma oposição entre o texto do repórter e o texto do editor, mas o editor vai buscar fixar apenas um sentido.

No discurso do editor, é a idéia de beleza e de vaidade que é fixada, sendo a ambigüidade em relação ao nome da peça apagada. Esse sentido, que pode ser percebido quando o editor utiliza a palavra “bonita”, é confirmado por outra manifestação inserida pelo próprio editor e que pôde ser observada no recorte relativo às incisivas na seqüência 7b (...)  
*Tônia é apenas uma bisavó vaidosa*). Por ser vaidosa, ela faz qualquer sacrifício para ficar bonita: esse é o sentido apresentado pelo editor. Ou seja, ele eliminou a ambigüidade, os dois (ou mais) possíveis sentidos, e fixou apenas um: a beleza e vaidade da atriz. Mesmo assim, é importante lembrar que o sentido nunca é único. O que existe é um “esforço” do editor para criar essa ilusão que acaba se instalando como efeito.

O que acontece é que no discurso do editor, seqüência 17b, aparece uma manifestação discursiva que, lingüisticamente, poderia ser considerada uma paráfrase lingüística de outra que aparece no discurso do repórter, 17a, (bonita = bárbara) mas que, na verdade, não se pode tomar como uma simples paráfrase lingüística, pois ocorre uma movimentação ao nível dos sentidos.

Authier-Revuz, em *Palavras Incertas* (1998) trata da heterogeneidade do discurso mostrando quatro tipos de não-coincidências do dizer. São elas:

- a) Não-coincidência interlocutiva entre os dois co-enunciadores;
- b) Não-coincidência do discurso consigo mesmo, afetado pela presença em si de outros discursos;
- c) Não-coincidência entre as palavras e as coisas;
- d) Não-coincidência das palavras consigo mesmas, afetadas por outros sentidos, por outras palavras, pelo jogo da polissemia, da homonímia etc..

Entre essas não-coincidências, me deterei na do segundo tipo.

*A não-coincidência do discurso consigo mesmo é colocada como constitutiva, em referência ao dialogismo bakhtiniano - considerando que é toda a palavra que, por se produzir no "meio" do já-dito dos outros discursos, é habitada pelo discurso outro - é a teorização do interdiscurso, em análise de discurso, que remete o "eu falo" aqui e agora ao "algo fala em outro lugar, antes e independentemente. (M. Pecheux), e atinge, no plano do sujeito, o que M. Schneider chama "a não-propriedade fundamental da linguagem". (Authier - Revuz, 1998:22)*

Um discurso pode ter em si palavras marcadas como pertencendo a um outro discurso. Dessa forma se esboça um traçado de uma fronteira entre interior e exterior do discurso. Estabelece-se uma interdiscursividade.

Authier-Revuz especifica tipos de fronteira entre um discurso e outro. O primeiro ela chama de balizagem ou incerteza do traçado (desde o elemento "citado" com todas as precisões, até a retomada não marcada). O segundo, ela denomina exterior "apropriado" ao objeto do dizer (como por exemplo uma palavra de um outro lugar, de uma outra teoria, de uma outra pessoa etc.. O terceiro tipo de fronteira é aquele em que se usa uma outra maneira de dizer, com uma "roupagem" diferente para um mesmo conteúdo; como ponto de vista outro sobre o real. O quarto tipo seria a exterioridade de uma palavra ou do sentido de uma palavra (ex.: x, no sentido cristão). O quinto é chamado pela autora de tipo de outro: outra língua, região, época, ...O sexto e último tipo é chamado de o exterior do repetido no singular (imagens da relação com a estereotipia).

Na seqüência 17b, pode-se perceber a presença de uma palavra que não coincide com outra, inscrita na seqüência 17a. Poder-se-ia dizer que, por um lado, ela representa a presença de um outro discurso sem que o traçado entre a fronteira exterior/interior seja visível. Ou seja, uma palavra diferente do discurso do repórter aparece no discurso do editor sem que isso fique marcado. Só é possível perceber essa heterogeneidade porque há duas formulações do mesmo texto. Caso contrário, essa heterogeneidade seria intangível.

No caso em análise, poder-se-ia dizer que essa não-coincidência do discurso consigo mesmo se enquadraria no primeiro tipo de fronteira, de balizagem ou incerteza do traçado. Por outro lado, percebe-se que no discurso do editor uma palavra (ou uma manifestação discursiva) é tomada como "roupagem" outra para um mesmo conteúdo, ou seja, como se o editor estivesse apresentando um outro ponto de vista para um mesmo conteúdo (bonita no lugar de bárbara). Essa não-coincidência poderia ser identificada como do terceiro tipo.

Sabe-se, no entanto, que essa "roupagem" outra não só indica a heterogeneidade do discurso, mas sobretudo sinaliza a modificação de seu sentido. O discurso do repórter é apresentado com uma lacuna, pois o editor faz uma nova formulação, modificando o discurso do repórter que tinha uma coerência quando inteiro. Ao fazer a reformulação, o editor preenche essa lacuna com uma nova manifestação, provocando o deslizamento de sentido.

Em 18b também aparece um deslizamento de sentido em relação a 18a. Nesse caso, aparece bem a marca da posição-sujeito do repórter e posteriormente do editor. Ao exemplificar os efeitos de som que podem ser simulados por um equalizador, o repórter escolhe os sons *de um ambiente de clube de jazz*, já o editor escolhe outros dois tipos de efeitos: o *de igreja* ou *de um palco*.

Trata-se de seqüências recortadas de uma matéria sobre aparelhos de som para carros. Certamente os efeitos de som que podem ser reproduzidos são vários. Escolher um ou outro depende da posição-sujeito ocupada por quem está escrevendo.

Já o caso de deslizamento de sentido ente as seqüências 19a e 19b é gritante. A diferença é tanta que só se justifica se houve alguma correção durante a construção final do discurso. De qualquer forma, o deslizamento existe. No primeiro domínio discursivo aparece que um homem foi acusado de estuprar meninas de *sete aos 15 anos*, enquanto que, no segundo domínio discursivo, aparece *entre 3 e 14 anos*.

Como já havia sido dito anteriormente, repórter e editor conversam durante o trabalho. Muitas vezes, conversam depois de o repórter ter escrito seu texto e antes de o editor fazer a sua formulação. É impossível saber se, nesse caso, foi uma conversa que provocou a modificação da faixa etária das vítimas. Considerando que isso tenha acontecido, pode-se imaginar que talvez tenha havido uma “correção” por parte do repórter. De qualquer forma, houve, em algum momento, um deslizamento de sentido. Ou do repórter em relação ao entrevistado; ou do entrevistado em relação a ele mesmo (que pode ter pedido posteriormente para o repórter fazer a correção); ou, ainda, do repórter em relação a ele mesmo (que pode ter pedido posteriormente para o editor fazer a correção); ou do editor em relação ao repórter (que é o que acontece na maioria das seqüências examinadas neste trabalho). Nesse último caso, seria um deslizamento gritante. Independentemente do que tenha ocorrido, é interessante perceber o quanto é heterogêneo o discurso jornalístico. Nesse caso, por exemplo, no discurso final estão presentes, no mínimo, o discurso do acusado, de alguém, por exemplo, da polícia, do repórter e do editor. Cada um desses sujeitos faz uma formulação, e o sentido vai deslizando de um texto para o outro, podendo-se correr o risco de ele chegar ao leitor totalmente diferente do que era apresentado inicialmente.

Na seqüência 20a e 20b ocorre novamente a modificação de um Discurso Direto. No primeiro domínio discursivo, o discurso entre aspas do piloto de avião é um (“*As queimadas foram terríveis neste ano*”(…) “*Somente vi coisa igual em 1988 e em 197*”<sup>7</sup>), no segundo domínio discursivo, é outro (“*Voar por aqui ficou muito mais perigoso nos últimos meses*”).

As duas seqüências são recortadas de uma matéria sobre queimadas na Amazônia. Na primeira, há duas citações entre aspas. Na segunda, a citação colocada pelo editor é aquilo que ele interpreta a partir das citações do primeiro domínio discursivo.

Seria como considerar que "*as queimadas foram terríveis este ano*" e "*somente vi coisa igual em 1988 e 1977*" equivaleriam (ou levariam a conclusão de que) "*voar por aqui ficou muito mais perigoso (...)*". Entretanto, o entrevistado (piloto) não diz (pelo menos na formulação do repórter) que voar é perigoso. Essa é uma interpretação do editor, como se fosse óbvia. Mesmo que essa seja uma conclusão verdadeira, ela não aparece como Discurso Direto do entrevistado. Mais uma vez, o interdiscurso é mobilizado, aparecendo no intradiscurso. O editor modifica o texto do repórter no trecho em que aparece justamente um DD que teoricamente deveria ser a transcrição fiel do que o entrevistado disse, para colocar em seu lugar outro DD. Como já foi dito, o editor, no mínimo, não pode saber se o entrevistado disse essa nova frase. Então o que é fixado é uma interpretação do editor.

As seqüências seguintes (21a e 21b) são recortadas da mesma matéria. Nelas, no entanto, o deslizamento de sentido é bem mais forte.

O trecho de onde foram recortadas essas seqüências trata da burocracia que os proprietários de terra enfrentam na Amazônia para poder plantar - o que significa ter que desmatar parte do terreno. Com autorização do Ibama, os proprietários podem fazer o que se chama de queimada legal.

No discurso do repórter, o proprietário Arci Acevedo tenta fazer a queimada legal e desiste, como pode ser verificado no seguinte trecho: *Na semana passada, com uma escavadeira, Acevedo plantava pasto numa fazenda vizinha a sua, cujo proprietário foi um*

*dos raros casos de multa por queimada ilegal na região. Acevedo recebe cinco reais por dia de trabalho.* Ou seja, o repórter diz em seu discurso que Acevedo está trabalhando em outra terra, recebendo por esse trabalho.

No discurso do editor, o sentido não só desliza para outro completamente diferente como a forma também muda. De Discurso Indireto Informal passa para Discurso Direto, ou para o que Indursky (1997) chama de discurso relatado marcado (uma citação entre aspas).

O discurso altera-se para: *“Por isso, decidi queimar sem licença mesmo”*. Nesse caso, acontece o mesmo que já foi observado no capítulo das elipses. O editor marca com aspas o discurso do entrevistado (o que antes sequer existia) para se distanciar dele. Ou seja, para não se comprometer com a informação. Mesmo sendo todo o discurso heterogêneo, a ilusão que se apresenta é de que aquele "pedacinho" do discurso que está marcado com as aspas não é do editor, e sim do entrevistado.

As seqüências seguintes (22a/b) são recortadas de uma matéria sobre um hotel construído pela CUT em Santa Catarina.

Nesse momento, cabe falar do conceito de enunciado dividido. Foi Courtine (1981) quem formulou esse conceito ao observar o funcionamento discursivo dos enunciados contrastivos. Ele percebe que, considerando que a interpretação de um enunciado está relacionada com elementos interiores e exteriores ao seu funcionamento sintático, num mesmo enunciado pode haver "zonas discursivamente heterogêneas" (1981:49) que correspondem a FDs antagônicas. E é através do interdiscurso que se torna possível perceber esse antagonismo.

Para Courtine, no interior de uma FD, há várias formulações que estão relacionadas com seu exterior. Ele acredita, então, que existe um tipo particular de paráfrase discursiva caracterizada pelo contraste "É/não é" que se dá por uma relação interdiscursiva.

O autor define o enunciado como a forma que governa a repetibilidade no interior de um conjunto de formulações. Para ele, domínio do saber de uma FD é o "princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações". Ele define o que pode e deve ser dito e o que não pode e não deve ser dito. Num enunciado contrastivo é possível identificar a fronteira entre diferentes domínios de saber. Esse tipo de enunciado, que tem uma estrutura sintática própria, é chamado por Courtine de "enunciado dividido".

No enunciado dividido é possível perceber a presença de duas FDs antagônicas e essa contradição interdiscursiva se materializa lingüisticamente. Fica marcada a fronteira dessas duas FDs e a relação entre dois sujeitos antagônicos de saber.

A seqüência 22b é um exemplo de enunciado dividido. Ela mostra a presença de dois enunciados diferentes e antagônicos entre si. Para analisá-la, deve-se levar em consideração as noções de memória discursiva e de pré-construído. Ou seja, as condições histórico-sociais existentes no momento da construção do enunciado podem provocar o aparecimento de enunciados pré-construídos (que já foram enunciados anteriormente).

O enunciado dividido pode ter diferentes marcas lingüísticas, sempre caracterizadas pela negação. Alguns exemplos são: **Não é x... mas é y; não... afirmação; não é só x...é y** etc.. A seqüência 22b tem as seguintes marcas lingüísticas: **afirmação...mas...não**.

A presença de **mas** faz com que o que aparece depois dele seja antagônico com o que está antes. *O terreno seria para uma escola, mas a CUT não tinha dinheiro, por isso mudou os planos* seria o equivalente a dizer: "seria para a escola, **mas não** foi. Para entender essa questão recorro ao raciocínio de Indursky (1997) sobre a negação:

*(...) A negação é um dos processos de internalização de enunciados oriundos de outros discursos, podendo indicar a existência de operações diversas no interior do discurso em análise. Em suma, essa construção evidencia a presença do discurso-outro no interior do discurso (...) (Indursky, 1997:213)*

Sabe-se que a matéria trata de um fato incomum: um hotel de propriedade da CUT. É incomum porque trata-se de uma organização sindical que é a proprietária de algo aparentemente comercial, turístico etc..

A formulação do repórter (22a) pode ser dividida em três idéias centrais: 1) Era necessário encontrar uma maneira de gerar recursos para a escola sindical; 2) O hotel foi "bolado" para gerar esses recursos; 3) O hotel seria acoplado à escola e também serviria como centro de convenções.

Na formulação do editor (22b), ao contrário da do repórter, aparece a negação depois do **mas**, opondo o que vem depois dele à afirmação anterior: *O terreno onde foi erguido o Canto da Ilha estava destinado a uma escola sindical (afirmação), mas a CUT não teria dinheiro para sustentá-la (negação)*. A instauração do antagonismo, na formulação do editor, dá-se através da presença do **mas**, que não existia na formulação do repórter. Na formulação do editor, as duas idéias iniciais do repórter, mencionadas acima, são mantidas (com algum deslizamento), mas a última, de que o hotel serviria como escola e também como centro de convenções, não é mantida. Tanto que o final da formulação do editor é o seguinte: *Por isso, mudou os planos e fez o hotel*. Pelo discurso do editor, poder-se-ia interpretar (e é a interpretação mais provável) que a escola não existe, que somente o hotel existe. O sentido fixado pelo editor é o de que a CUT desistiu da idéia da escola e, no seu lugar, construiu o hotel. Nesse caso, o deslizamento de sentido é bastante forte.

Para fixar esse único sentido em 22b, o editor utiliza-se da negação (do enunciado dividido), contradizendo pelo menos parte do discurso do repórter (e provavelmente o dos entrevistados). O *mas* só faz sentido porque o editor estabelece uma relação de contradição em seu texto final. Ao mesmo tempo em que estabelece um “antagonismo” dentro do enunciado (*O terreno (...) estava destinado a uma escola, mas a CUT catarinense não teria dinheiro (...)*). *Por isso, mudou os planos e fez o hotel*), o editor estabelece um “antagonismo” entre o seu discurso e o do repórter. Nesse caso, não um antagonismo entre duas FDs, mas o deslizamento de sentido entre duas posições-sujeito diferentes dentro de uma FD heterogênea.

O editor, ao utilizar a negação no intradiscurso está mobilizando o interdiscurso ao fixar o sentido socialmente mais aceito sobre esse assunto: é estranho que uma entidade sindical mantenha um hotel comercial. Dessa forma, a notícia ganha força, justamente por se tratar de algo inusitado

As seqüências de 23a/b a 25a/b são recortadas da matéria já citada sobre um programa preventivo do uso de drogas nas escolas gaúchas. Essas seqüências mostram dois sujeitos (repórter e editor) cujos discursos são fortemente diferentes.

Em 23a e 23b pode-se perceber o mesmo que já foi observado sobre a negação nas seqüências referentes à matéria sobre o hotel da CUT (22a/b). Só que nesse caso, é o repórter que usa a negação para **negar, opor, antagonizar** com um discurso-outro já fixado socialmente: programa de prevenção ao uso de drogas significa aulas sobre drogas. Como o comum é que os programas de combate a drogas sejam organizados em “aulas” que tratam explicitamente do assunto, destacando os problemas que as substâncias causam à saúde, o repórter marcou várias vezes em seu texto que esse era um programa diferente da maioria. Caso contrário, ele não precisaria afirmar que esse é um programa *que não tem o objetivo de falar mal das drogas*. Bastaria dizer o objetivo do programa, sem ter que negar nada.

Em 23a, o repórter diz (usando a negação): *Ele (o programa) não tem o objetivo de falar mal das drogas, e sim de falar bem da vida. (...) Em nenhum momento os educadores precisavam dar aulas sobre drogas (...)*.

De acordo com o texto do repórter, o programa usava como método a valorização da vida. A questão das drogas sequer entrava em debate como imposição. O objetivo era que os professores fossem orientados a se valorizar, a valorizar à vida para os alunos e a ser um exemplo para eles.

No discurso do editor (23b), o sentido que aparece é o que se poderia chamar de extremo oposto: *Em metade dessas escolas os alunos passaram a ter aulas sobre drogas*.

Ou seja, o discurso fixado socialmente, e que equivale ao da posição-sujeito do editor, é retomado no segundo domínio discursivo, através de uma afirmação. O editor nega um discurso outro (do repórter) através da afirmação, o que faz com que isso não fique marcado liguisticamente. Só é possível perceber essa contradição porque se tem acesso aqui ao discurso do repórter. Quando o editor escreve (...) *passaram a ter aulas sobre drogas*, ele está voltando a fixar o sentido mais comum dado aos programas de prevenção ao uso de drogas, ou seja, o de que se combate as drogas com aulas sobre o assunto. Esse é o sentido que o discurso tradicional pedagógico dá a essa questão. Como o repórter marcou uma negação em relação a esse discurso, o editor, ao afirmá-lo, está, dessa vez, negando o que o repórter diz.

A seqüência 24a do repórter indica que o programa era destinado aos professores. Eles é que seriam "exemplos" para os alunos.

A formulação do editor mostra novamente forte deslizamento de sentido. Em 24b, ele afirma que *os professores responsáveis também receberam treinamento especializado (...)*. Esse **também** só pode se referir aos alunos, já que, em seguida, ele escreve sobre *os alunos que receberam orientação (...)*. No texto do repórter, fica claro que os alunos não receberam orientação formal sobre o uso de drogas.

Novamente, em 25a e 25b aparece um deslizamento forte de sentido. Na formulação do repórter, aparece a forma como o programa era desenvolvido. Ramos era o médico especialista em drogas, idealizador do projeto. Em 25a, lê-se: *O programa era desenvolvido numa pirâmide. Ramos era o supervisor técnico que se reunia com nove professores (...)*.

Em 25b, o editor escreve que os professores *receberam orientações de médicos, psiquiatras e outros especialistas em drogas*. Isso não é o que aparece na formulação do repórter. O deslizamento maior de sentido acontece no final da seqüência 25b: (...) *para, depois, promover reuniões com seus alunos para discutir o assunto*. Os professores jamais promoveram, de acordo com o texto do repórter, reuniões com os alunos para discutir o assunto. A idéia do programa era justamente não discutir o assunto formalmente.

Se, nas seqüências retiradas da matéria sobre drogas, os deslizamentos de sentido são fortes, o mesmo acontece com as últimas seqüências avaliadas: de 26a/b a 29a/b.

Essas seqüências são recortadas da matéria dirigida a vestibulandos falando sobre a profissão do graduado em Educação Física. Todas as formulações do editor são claramente marcadas com discursos identificados com a sua posição-sujeito, distanciando-se do discurso do repórter.

Em 26a, o repórter fala do crescimento do mercado de trabalho para o profissional de Educação Física, relacionando-o à moda da vida saudável. Já em 26b, o editor não só diz que *tentar a vida como graduado em Educação Física é decisão das mais arriscadas*, ignorando o discurso do repórter (em 26a: *A tendência é que o mercado melhore ainda mais*), mas associa a fatura de emprego à *feiúra humana* e não à saúde. O enunciado *A feiúra humana é inesgotável* é um posicionamento claro do editor enquanto sujeito identificado com sua Formação Discursiva. A interpretação do editor é totalmente diferente da do repórter.

Em 27b, se vê um número completamente diferente do encontrado em 27a. A diferença é tão grande (de 100.000 para 15.000 academias no Brasil) que só pode se supor que o editor desconsiderou o número apresentado pelo repórter (ou conversou com ele posteriormente). O que acontece, nesse caso, é o mesmo observado nas seqüências relacionadas à matéria do homem acusado de estuprar crianças (19a/b). Como o deslizamento é tão gritante e, mais uma vez, se refere a números, pode-se supor que a mudança indica a presença certa de outras formulações entre as duas aqui analisadas, ou talvez ainda a interferência do interdiscurso. Nesse caso – assim como o da outra matéria citada –, é impossível saber de qual sujeito parte outra formulação. O certo é que esse tipo de deslizamento marca a heterogeneidade do discurso jornalístico: muitos sujeitos enunciadorees participam de sua construção.

Em 28a, o repórter fala das pessoas não graduadas que trabalham em academias e *representa(m) um perigo para a saúde dos alunos*. Em 28b, mais uma vez, o editor pega um pedaço do discurso do repórter, transportando-o com uma enorme lacuna, preenchida por um

discurso diferente daquele do repórter: *os não graduados, em geral, só estão preocupados em azarar as menininhas (...) capaz de dizer meia dúzias de asneiras.*

Nesse caso, ele associa o emprego com o assédio às alunas, e também associa os não-graduados à “burrice” quando fala de *dizer (...) asneiras.*

Nas últimas seqüências (29a e 29b) o que acontece é uma mudança formal no discurso, que transforma-se em Discurso Direto de uma entrevistada. Mais uma vez são colocadas aspas numa declaração que não existia na formulação do repórter. Essas últimas seqüências (29a e 29b) apresentam um deslizamento mais ao nível da formulação (da estrutura) do que do sentido, como já havia sido observado no caso das seqüências retiradas da matéria sobre a cervejaria 14a/b).

O que se pode perceber nessas últimas seqüências é a presença mais forte do sujeito editor no texto final. A linguagem dos discursos é diferente nos dois *domínios discursivos*. Expressões como *feiúra humana, sujeito meio forçado e dizer meia dúzia de asneiras* são marcas fortes do sujeito-editor nesse caso.

O interessante é que o editor aplica expressões pejorativas aos não-graduados, qualificando-os de bonitos (*meio forçados*) e burros (*dizer asneiras*), mas o fato de ele relacionar a profissão com a beleza e não com a saúde (como aparece no texto do repórter) indica um discurso-outro (já dito) com o qual ele, enquanto sujeito, provavelmente se identifica: o de que essa profissão está relacionada com a beleza física (de profissionais e alunos) e não com a saúde. Por um lado, então, ele critica a valorização da beleza e, por outro, a afirma quando fixa esse sentido no texto final.

Concluindo a análise das seqüências que reuni no recorte chamado de Outros Deslizamentos de Sentido, é possível afirmar que algumas delas mostram deslizamentos significativos. Às vezes, é possível perceber sentidos que poderiam ser chamados de opostos entre a formulação do repórter e a do editor.

Nesses casos, acredito que repórter e editor ocupam posições-sujeito bastante diversas, praticamente opostas, dentro de uma FD extremamente heterogênea. No momento em que o editor praticamente nega o discurso do repórter, como pôde ser visto em algumas seqüências, os dois estão colocados em posições-sujeito muito distantes. Apesar de nas seqüências do *corpus* aqui analisado não haver uma indicação clara para a presença de duas Formações Discursivas diferentes, algumas (como as da matéria sobre as drogas, por exemplo) indicam que isso talvez possa ocorrer no Discurso Jornalístico.

Depois de analisar as *seqüências discursivas* divididas em três recortes 1)Deslizamentos de Sentido por Elipses Discursivas, 2)Deslizamentos de Sentido por Incisas Discursivas e 3)Outros Deslizamentos de Sentido, separei, a seguir, uma matéria específica na qual analisarei os vários tipos de deslizamentos que nela ocorrem. As reportagens até aqui analisadas podiam apresentar mais de um tipo de deslizamento, mas, como foi explicado, separei-as didaticamente de acordo com o deslizamento mais significativo, para facilitar a análise. Essas matérias certamente também possuíam mais formulações além das duas que foram analisadas (dos dois *domínios discursivos*), mas, como já foi explicado, só foi possível ter acesso a duas formulações: a do repórter e a do editor. Como consegui, em um caso, ter acesso a três formulações, julguei interessante apresentá-la como exemplo.

### 2.3 Um exemplo com três formulações

O que apresento a seguir é um exemplo único que serve como ilustração bastante interessante para perceber como os sentidos vão deslizando no decorrer da construção do texto jornalístico final, publicado na revista *Veja*.

Como mencionei anteriormente, seria interessante que tivesse sido possível comparar as várias formulações que são feitas para um mesmo texto até chegar à produção do discurso final de *Veja*.

Expliquei, anteriormente, que isso foi impossível devido ao fato de que precisaria da cooperação de vários profissionais para que eu tivesse acesso a todas essas formulações. A

solução foi comparar a formulação do repórter (que é a primeira) à formulação do editor (que é a última). O que foi feito até agora.

Quando recebi de jornalistas seus textos para diferentes matérias, uma delas já chegou em minhas mãos com duas formulações. Tratava-se da formulação do repórter e da formulação do chefe da sucursal de Porto Alegre (que seria, nesse caso, uma espécie de redator). Foi essa segunda formulação que foi enviada ao editor em São Paulo. Dispondo dessas duas formulações, pude compará-las com uma terceira: a do editor (publicada na Revista). Isso não significa que, entre a formulação do chefe da sucursal e a do editor, não tenha havido outras formulações. Como já ficou claro, o discurso aqui analisado é extremamente heterogêneo: várias formulações podem ser feitas até que se chegue ao último texto. Como, então, tive acesso, nesse caso, a três formulações, entendi que seria interessante analisá-las neste momento, mesmo que ela se constitua em um único caso. Nele podem ser encontrados os três tipos de deslizamento de sentido já analisados.

Para melhor compreensão, separo as seqüências, agora, em três *domínios discursivos*, que passo a chamar de 1)Discurso do Repórter, 2)Discurso do Redator, 3)Discurso do Editor. Os três representam três formulações de um mesmo texto, sendo a última a publicada pela revista *Veja* (*Chá com brioche e brigas, Veja de 31 de agosto de 1994*).

A matéria de onde foram retiradas essas seqüências trata do fim da sociedade do ex-jogador de futebol Falcão com seu irmão, Pedro, na griffe de Falcão.

A seguir, vejamos o recorte:

**Domínio Discursivo 1:**

**Domínio Discursivo 2:**

**Domínio Discursivo 3:**

**Discurso do Repórter**

**Discurso do Redator**

**Discurso do editor**

<p><b>30a</b></p> <p>A guinada ocorreu na tarde de uma quinta feira de julho em Porto Alegre (...). Ele ligou para o irmão marcando um encontro em uma doceria no bairro Moinhos de Vento.</p>	<p><b>30b</b></p> <p>Segundo Pedro, a gota d'água ocorreu numa fria tarde de julho em Porto Alegre, quando, na surdina, Paulo desembarcou do Japão (...). O ex-jogador telefonou para o irmão convidando-o para um encontro numa doceria.</p>	<p><b>30c</b></p> <p>(...) Paulo Roberto Facão, 40 anos, fez questão de encerrar uma longa parceria empresarial numa confeitaria chique de Porto Alegre. A cena aconteceu numa tarde fria de julho e, além de chás e brioche incluiu um doloroso ritual.</p>
<p><b>31a</b></p> <p>Depois de 15 anos de parceria, os irmãos (...)</p>	<p><b>31b</b></p> <p>Depois de 15 anos de parceria, os irmãos (...)</p>	<p><b>31c</b></p> <p>Sócios inseparáveis por quinze anos, os irmãos (...)</p>
<p><b>32a</b></p> <p>(...) Pedro não mais integra holding (...). Segundo Pedro, para sua surpresa, Falcão mostrou-se disposto a aceitar seu pedido de desligamento do comando da griffe, feito há oito meses, e na época recusado.</p>	<p><b>32b</b></p> <p>Pedro deixou de pilotar a holding (...). Pedro conta que foi pego de surpresa ao ver que Paulo não queria mais a sua participação nos negócios.</p>	<p><b>32c</b></p> <p>Na ocasião, Falcão demitiu o próprio irmão, Pedro, 46 anos, do comando de uma holding (...).</p>

<p><b>33a</b></p> <p>Conforme Pedro (...) as especulações mais freqüentes passam pelo lado financeiro. “Mas graças a Deus, não é nada disso”, afirma. É importante frisar que no grupo há uma pessoa específica para tratar do dinheiro.</p>	<p><b>33b</b></p> <p>Na capital gaúcha comenta-se que o verdadeiro motivo da briga seriam diferenças financeiras.</p>	<p><b>33c</b></p> <p>(...) os irmãos começaram a se estranhar desde que o ex-craque – preocupado com as finanças das empresas, contratou os serviços de um consultor.</p>
<p><b>34a</b></p>	<p><b>34b</b></p>	<p><b>34c</b></p> <p>Em Porto Alegre, o irmão demitido ameaça: “Eu posso muito bem brigar na justiça”.</p>

Essas seqüências, examinadas em três formulações diferentes, (correspondentes a três *domínios discursivos*), apresentam tanto incisas, quanto elipses discursivas e outros tipos de deslizamentos de sentido.

Logo nas primeiras seqüências (30a/b/c) é possível perceber o surgimento de uma incisa. Em 30b, o redator formula que *A gota d’água ocorreu numa fria tarde de julho*. No discurso do repórter isso não aparecia. (...) *na surdina, Paulo desembarcou do Japão* é outra incisa do redator. O repórter não menciona isso.

No discurso do editor, *a tarde fria* já está presente. A confeitaria passa a ser acompanhada pelo adjetivo *chique*. E, no final da formulação, ele diz que a cena *Além de chás e brioques incluiu um doloroso ritual*, o que representa outra incisa. O deslizamento de sentido vai acontecendo aos poucos, passando de formulação para formulação.

É interessante notar que o título da matéria na Revista é *Chá com brioques e brigas*, ou seja, no título – que tem como função jornalística chamar a atenção do leitor ao mesmo tempo

que tenta “resumir” a notícia – aparece justamente uma incisa que só está presente na formulação do editor (30c): o *chá com brioche* e, inclusive, as brigas (*um doloroso ritual*) não estão presentes nas seqüências 30a e 30b. Em algumas outras matérias examinadas nos recortes anteriores (incisas, elipses e outros deslizamentos) o mesmo acontece: o título está relacionado com o sentido que o editor “tenta” fixar no texto. O título da matéria sobre Tônia Carrero, por exemplo, é *Espelho, espelho meu*, (fixando o sentido da beleza); a matéria sobre a atriz Cristiana Oliveira é *Fase Peter Pan chega ao fim* (fixando o sentido de que a atriz sempre namorou homens mais jovens).

Por outro lado, a matéria que se refere ao programa de combate às drogas nas escolas, por exemplo, tem como título *Mito derrubado*. Esse era o sentido do texto do repórter: de que o problema estava sendo resolvido de uma forma diferente da tradicional. O discurso final (do editor), no entanto, não fixa esse sentido. Isso mostra que existe realmente um sentido fixado em outro lugar (presente do discurso pedagógico tradicional) que não é “derrubado” facilmente. Esse “mito” se faz presente no discurso editor, ou seja, em relação à sua posição-sujeito, esse “mito não foi derrubado”.

Nas seqüências seguintes (31a/b/c) percebe-se que o redator mantém o discurso do repórter, mas o editor modifica-lhe o sentido ao colocar, ao invés de *15 anos de parceria*, a expressão *sócios inseparáveis por quinze anos*. Mais uma vez, um adjetivo vem provocar um deslizamento de sentido. A separação do que era *inseparável* é muito mais forte (mais notícia) do que a separação de “parceiros”. Esse caso pode ser comparado a outros (como a matéria sobre a atriz que namora homens mais jovens, ou a senadora que faz trabalho considerados masculinos). Ao colocar a manifestação *sócios inseparáveis*, o editor está “esquentando” a notícia. É como se ele estivesse dizendo “irmãos inseparáveis se separam”.

Nas seqüências 32a/b/c, pode-se notar não só uma elipse como um forte deslizamento de sentido. Em 32a, aparece que Falcão aceitou o pedido de demissão do irmão (*Falcão mostrou-se disposto a aceitar seu pedido de desligamento (...)*). Em 32b, isso some. Em seu lugar, aparece que Falcão *Não queria mais* a participação do irmão nos negócios. Em 32c, o sentido desliza mais, quando aparece que *Falcão demitiu o próprio irmão*. O sentido final é quase o oposto ao inicial. Se, em 32a, era o irmão que pedia o desligamento, em 32c é Falcão

que demite o irmão. Da mesma forma que acontece anteriormente, é muito “mais notícia” que uma personalidade pública demita o próprio irmão do que o irmão de uma personalidade pública não querer mais trabalhar com ele.

Em 33a/b/c pode-se perceber uma clara elipse. Em 33a, o repórter fala das especulações que existem sobre o motivo da separação: *finanças*. Ele atribui essa informação ao próprio Pedro. Segundo Authier-Revuz (1998:134) trata-se de uma Modalização do Discurso em Discurso Segundo, já examinado no capítulo sobre elipses (*Conforme Pedro, (...)*). Authier-Revuz afirma que na Modalização do Discurso em Discurso Segundo atuam “elementos modalizadores diversos, cuja especificidade, em seu interior, é a de modalizar pela referência a um outro discurso” (1998:136). Essa modalização é encontrada também em 32a (*Segundo Pedro, para sua surpresa (...)*), mostrando que o repórter em seu discurso está deixando clara a referência a um outro discurso: o de seu entrevistado, Pedro. Essa mesma forma de marcar o discurso-outro é encontrada uma vez no discurso do redator (em 30b) – sendo que, em 30a, aparece o discurso indireto informal – e nenhuma vez no discurso do editor.

Ainda em 33b, ao invés de usar a Modalização do Discurso em Discurso Segundo, o redator escreve o seguinte: *na capital gaúcha comenta-se*, já eliminando a informação dada pelo repórter em Discurso Direto (marcado por aspas) “*Mas graças a Deus, não é nada disso*”. Ao usar *comenta-se*, o redator está deixando uma indefinição sobre o sujeito desse discurso. Ele está distanciando-se da afirmação e, ao mesmo tempo, também não está atribuindo essa manifestação discursiva ao entrevistado, como fez o repórter (ao usar *conforme Pedro*). Dessa forma, ele não se compromete com a afirmação, nem deixa claro que o entrevistado “conhece” essa afirmação. Como no caso da matéria sobre a senadora Emília Fernandez, que, no discurso do editor, parecia desconhecer o “verdadeiro motivo” de sua eleição, neste caso, parece que Pedro desconhece os boatos do “verdadeiro motivo” de sua ruptura com o irmão. *Comenta-se* substitui *conforme Pedro*.

Em 33b, o redator também elimina o enunciado do repórter de que há *uma pessoa específica para tratar do dinheiro*. Já em 33c, a especulação passa a ser uma afirmação: *Os irmãos passaram a se estranhar desde que o ex-craque – preocupado com as finanças das*

*empresas, contratou os serviços de um consultor.* A incisa final (*contratou os serviços de um consultor*) completa o sentido que o editor “quer” fixar: o de que a desavença é mesmo por motivos financeiros. Enquanto que, em 33a, essa hipótese era negada pelo repórter (ou pelo entrevistado), em 33b passa a ser atribuída a um sujeito indeterminado e, em 33c, passa a ser uma afirmação. Mais uma vez o sentido desliza de uma formulação para outra, ficando fixado, no final, o sentido dado pelo editor.

Em 34c pode-se, então, constatar uma clara incisa que, desta vez, não só provoca um grande deslizamento de sentido como chega em forma de Discurso Direto, marcado por aspas. O enunciado, em seu sentido, é extremamente forte: “(...) *Eu posso muito bem brigar na justiça*”.

Isso não aparece de forma alguma nos dois outros textos. Em 34c, Pedro é qualificado como *irmão demitido*, e o enunciado a ele atribuído, mediante aspas, aparece como uma *ameaça*.

Essas seqüências aparecem como um exemplo, já que só foi possível ter acesso a apenas um texto com três formulações. Mas, considerando todas as outras seqüências analisadas, dá para perceber que esse exemplo só ilustra aquilo que já havia sido percebido: o editor, ao juntar recortes provenientes de vários textos, em função das várias formulações pelas quais passa um mesmo texto, acaba por gerar lacunas e deslizamentos de sentido.

Essas lacunas, que não podem aparecer no texto final, pois ele ficaria sem coerência para o leitor, vão sendo preenchidas, como já foi dito anteriormente, no intradiscurso, através de uma mobilização do interdiscurso. Esse processo faz com que o sentido vá deslizando e se fixando.

## 2.4 Algumas considerações sobre as análises

Com as análises precedentes, foi possível perceber que a forma como o Discurso Jornalístico é construído, especialmente o discurso de *Veja*, faz com que o sentido do texto que é publicado possa ser diferente do texto inicial, nesse caso aquele escrito pelo repórter. Em geral, os leitores, quando estão lendo os textos da Revista, não imaginam que ele passou por várias formulações e que vários sujeitos participaram de sua construção.

Em cada uma dessas formulações, alguns tipos de deslizamentos de sentido ocorrem. Ao observar as elipses discursivas, foi possível perceber que elas não se enquadram na visão “tradicional” que as gramáticas oferecem delas. Ao excluir parte do discurso do repórter, o editor cria uma lacuna que é preenchida com o que restou do discurso do próprio repórter, ou com alguma outra manifestação acrescida pelo editor e que vem de outro lugar. As incisões discursivas provocam o mesmo efeito, pois, ao incluir uma manifestação discursiva no texto do repórter ele está ao mesmo tempo criando e preenchendo uma lacuna de sentido e, com isso, provocando o deslizamento. Logo, as incisões e as elipses discursivas são uma janela possível para o deslizamento do sentido. Os outros tipos de modificações feitas pelo editor, que não as incisões e elipses, também provocam o mesmo efeito: o deslizamento de sentido.

Em diversas seqüências, foi possível observar que o Discurso Direto marcado por aspas não garante a fidelidade do discurso do entrevistado. Foi possível perceber também como os sujeitos se aproximam ou se afastam do discurso, responsabilizando-se, ou não, por ele. Ficou claro o quanto é heterogêneo o Discurso Jornalístico, construído por vários sujeitos enunciantes e, por fim, foi possível verificar que o sujeito editor faz um “esforço” para fixar um sentido único no texto final.

Como já foi dito, o sentido nunca será único, mas o editor, em sua formulação final, tenta fixar apenas um sentido. Nas análises, foi possível perceber que essa tentativa do editor pode ser feita de diversas formas. A primeira forma observada foi a exclusão, pelo viés da elipse discursiva, de enunciados ou de partes de enunciados do repórter que não sejam

coerentes com o sentido que o editor quer fixar. A segunda forma, percebida neste trabalho, foi a inclusão, pelo viés da incisa discursiva, de enunciados ou parte de enunciados que vão contribuir para a fixação do sentido que o editor quer dar ao texto. Aquilo que o editor inclui no texto final pode coincidir com um sentido já fixado socialmente. Nesse caso, o editor mobiliza o interdiscurso e modifica o intradiscurso para tentar fixar um sentido na direção que lhe interessa. Tanto a presença das incisas, quanto das elipses possibilitam identificar a presença do sujeito-editor no texto final. Essa presença fica marcada ou pelo acréscimo de alguma manifestação discursiva (incisas), ou pela ausência (elipse). Esse último caso poderia ser chamado de uma presença ausente.

Além das incisas e das elipses, há outras formas utilizadas pelo sujeito-editor, observadas nas seqüências analisadas, para tentar fixar apenas um sentido na formulação final. O distanciamento do discurso do entrevistado marcado por aspas é uma delas. O editor marca com aspas alguma manifestação do entrevistado para, depois, dela discordar. A utilização do enunciado dividido também foi identificada nas análises como uma forma de o editor negar algum sentido e fixar outro. Além disso, em algumas seqüências, o que poderia ser entendido como uma paráfrase lingüística, na verdade, se mostrou ser uma paráfrase discursiva. Ou seja, apesar de formulações do repórter e do editor parecerem estar em relação de sinonímia, elas permitem que o sentido seja outro, indicando um afastamento da sinonímia. Também nesses casos foi possível identificar o deslizamento de sentido entre uma formulação e outra.

Esse esforço do editor em fixar um sentido, ao mesmo tempo que o fixa, atesta a existência de outros sentidos possíveis, mostrando que ele nunca é um só. Isso só é possível de ser percebido quando se considera tais questões no âmbito do discurso.

Como vários sujeitos enunciadorees participam do processo de construção do Discurso Jornalístico, me preocupou, em especial, uma questão que passo a discutir a seguir: de quem é a autoria desses textos?

### 3 A Autoria do Discurso Jornalístico

Um conceito de grande relevância para este trabalho é o de autoria. Cabe discutir de quem é a autoria do texto final publicado pela revista *Veja*, considerando que vários sujeitos enunciativos participam de sua construção.

Foucault, em *A Ordem do Discurso*, diz que o **autor** é o princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem de suas significações. Isso faz com que ele seja o responsável pelo texto que produz. Ainda, para Foucault, como já foi destacado anteriormente, o sujeito ocupa um lugar, uma posição discursiva (para AD inscrita em uma FD específica, mesmo que heterogênea).

Relacionando os dois conceitos (sujeito e autor) pode-se dizer que "a noção de autor é já uma função da noção de sujeito, responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto produzindo o efeito de continuidade do sujeito". (Orlandi, 1996:69).

Foucault guarda o conceito de autor para situações enunciativas especiais em que o texto original, "de autor", se opõe ao comentário.

*O comentário limitava o acaso do discurso pelo jogo da identidade que teria a forma da repetição e do mesmo. O princípio do autor limita esse mesmo acaso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu. (Foucault, 1996:29)*

O autor "original" de Foucault está mais ligado a noção que a AD faz de discursos fundadores: quando os autores não são apenas autores de suas obras, mas produzem alguma coisa a mais (a possibilidade e a regra de formação de outros textos).

Em AD, a noção de autoria é função enunciativa do sujeito. A função-autor "se realiza toda vez que o produtor da linguagem se apresenta na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não-contradição e fim". (Orlandi, 1996:69). É Orlandi (1988) que propõe que a função de autor seja uma função enunciativa do sujeito, fazendo uma reflexão sobre o pensamento de dois autores, Foucault e Ducrot. Do primeiro, ela tira a noção de sujeito como descontinuidade (1995) para concluir que o texto é uma dispersão do sujeito.

*Por esta afirmação entendemos que o sujeito ocupa posições diferentes no interior do mesmo texto: o sujeito se representa de maneiras bastante diversas num mesmo espaço textual. Isso nos leva a considerar a heterogeneidade como forte característica do universo discursivo. (Orlandi, 1988:76)*

As diferentes formas pelas quais o sujeito se inscreve no texto correspondem a diferentes funções enunciativo-discursivas. De Ducrot (1987), Orlandi tira a proposta de duas funções enunciativas do sujeito: a de locutor e a de enunciador.

*... entendo por locutor um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado. É a ele que se refere o pronome eu e as outras marcas da primeira pessoa. (Ducrot, 1987:182)*

Para Ducrot, o locutor é uma figura constituída internamente ao discurso, enquanto que o enunciador (é)são (a)as perspectiva(s) que o eu constrói. O autor chama de enunciadores os "seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas" (Ducrot, 1987:192).

Às funções locutor e enunciador, Orlandi propõe acrescentar mais uma: a de autor.

*Nossa proposta é, então, a de colocar a função (discursiva) autor junto às outras e na ordem hierárquica estabelecida: locutor, enunciador e autor. Nessa ordem, teríamos uma variedade de funções que vão em direção ao social. Dessa forma, esta última, a de autor, é aquela (em nossa concepção) em que o sujeito falante está mais afetado pelo contato com o social e suas coerções. (Orlandi, 1988:77)*

Para Orlandi, o autor é a função que o eu assume enquanto produtor de linguagem. É a dimensão discursiva do sujeito que está mais determinada pela relação com a exterioridade (contexto sócio-histórico) e, por isso, "está mais submetida às regras das instituições. Nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares" (Orlandi, idem:77). Por isso o autor é o sujeito que assume a responsabilidade pelo texto produzido.

É possível acrescentar à essa noção uma afirmação de Foucault: "os textos, os livros, os discursos começaram efetivamente a ter autores (...) na medida em que o autor se tornou passível de ser punido, isto é, na medida em que os discursos se tornaram transgressores" (Foucault, 1992:47). Ou seja, essa afirmação também relaciona a autoria com a exterioridade, atribuindo responsabilidade ao autor, na medida em que ele vai se submeter (ou não) as regras das instituições. Mesmo que seu discurso seja "transgressor", usando as palavras de Foucault, ele vai sê-lo em relação a algo previamente estabelecido, ou seja, a relação com a exterioridade já está determinada.

À noção de autoria, cabe aqui acrescentar a de interpretação. "O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer. Porque assume sua posição de autor (se representa nesse lugar), ele produz assim um evento interpretativo" (Orlandi, 1996:70). A constituição do autor supõe a repetição (da interpretação).

Orlandi caracteriza assim a autoria:

*É a produção de um gesto de interpretação, ou seja, na função-autor o sujeito é responsável pelo sentido do que diz, em outras palavras, ele é responsável por uma formulação que faz sentido. O modo como ele faz isso é que caracteriza sua autoria. Como, naquilo que lhe faz sentido, ele faz sentido. Como ele interpreta o que interpreta.*

(Orlandi,1996:97)

Por outro lado, Gallo, em *Discurso da escrita e ensino* (1992), afirma que, ao dar um fecho a um texto, colocando-lhe o ponto final, o sujeito está exercendo sua função-autor, dando efeito de unidade e coerência:

*A assunção de autoria pelo sujeito, ou seja, a elaboração da Função-Autor consiste, em última análise, na assunção da “construção” de um “sentido” e de um “fecho” organizadores de todo texto. Esse “fecho”, apesar de ser um entre tantos outros possíveis produzirá, para o texto, um efeito de sentido único, como se não houvesse outro possível. Ou seja, esse “fecho” torna-se “fim” por um efeito que faz parecer “único” o que é “múltiplo”; transparente o que é “ambíguo”. (Gallo, 1992:58)*

A linguagem é sempre incompleta, e por isso o autor não realiza jamais o fechamento completo do texto. Mas é justamente o fim “arbitrário” que o autor dá ao seu texto que o caracteriza como autor. Gallo acredita que “o ‘fim’ é, na verdade, o efeito de sentido produzido pelo ‘fecho’. Efeito esse que faz parecer ‘único’ e ‘absoluto’, o que é sempre ‘arbitrário’”. Para a autora, “essa “arbitrariedade”, no entanto, é regulada pela história do sujeito e pela materialidade do texto”. (Gallo, idem:105)<sup>1</sup>

Continuando sua reflexão, Gallo amplia a noção de autoria ao definir o “efeito-autor”<sup>2</sup>. Para entender essa noção, é preciso lembrar que dentro de uma forma-sujeito (correspondente a uma FD) há várias posições-sujeito, que são as diferentes maneiras que o sujeito se coloca na forma-sujeito. Por exemplo, na forma-sujeito do Discurso Jornalístico, que é o examinado neste trabalho, há a posição-sujeito repórter e a posição-sujeito editor (entre outras). A função-autor, de acordo com a autora, seria o modo particular de cada indivíduo se colocar na posição-sujeito. Foucault ajuda a compreender esses conceitos:

*A função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que*

---

<sup>1</sup> Uma observação: é curioso destacar que, no jargão jornalístico, usa-se realmente a palavra “fechar” para indicar a finalização de um veículo impresso.

<sup>2</sup> A noção de efeito-autor pode ser encontrada também em *Autoria no mito indígena* (Gallo, In Indursky e Ferreira, 1999:192)

*encerra, determina, articula o universo dos discursos; não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários "eus" em simultâneo, a várias posições-sujeitos que classes de indivíduos podem ocupar. (Foucault, 1992, 57)*

Para Gallo, a função-autor é própria de todo discurso de escrita<sup>1</sup>. A cada função-autor corresponde um efeito-autor, que é o efeito de unidade do dizer, de coerência e fechamento que um texto apresenta. É o efeito de fazer parecer que existe alguém responsável por aquele texto. Um texto, então, se constitui pela dominância de uma Formação Discursiva sobre outras (o que caracteriza uma forma-sujeito), pela dominância de uma posição-sujeito sobre outras e por uma função-autor, que, por sua vez, vai ter um efeito-autor correspondente.

Cabe agora relacionar tudo isso com a questão da autoria nos textos que analisei. A reflexão de Gallo, apesar de ser baseada no Discurso Pedagógico, se presta ao *corpus* examinado. O repórter, quando constrói seu texto, dá o fecho que julga o mais adequado, dando um ponto final arbitrariamente e se caracterizando como autor naquela etapa da produção do texto. E, como diz Gallo, essa arbitrariedade é regulada pela história do sujeito-repórter e pela materialidade do texto do repórter. Ele exerce, portanto, sua função-autor, à qual corresponde um efeito-autor daquele texto. Entretanto, no momento em que o editor reescreve o texto, com incisões, elipses e outros deslizamentos de sentido em relação ao texto do repórter, ele está desconstruindo o efeito-autor produzido pelo repórter. O fecho passa a ser outro e escolhido pelo editor, a arbitrariedade passa a ser a do editor e a história do sujeito e a materialidade do texto passam a ser principalmente da posição-sujeito editor. É ele quem dá o efeito de unidade, de fechamento, de desambigüização, de homogeneidade, de organização, de historicização para o texto que é publicado.

O repórter não é mais o responsável pelo que está dito, pelo sentido do que está dito. Como diz Orlandi, é o modo como o autor constrói uma formulação que faz sentido que caracteriza sua autoria. E o "modo" como o texto é publicado na revista *Veja* não é o do

repórter. Não se trata da sua interpretação. Logo, o repórter não é o autor único do texto e, nos casos aqui examinados, em que o discurso do repórter é totalmente apagado ou tem seu sentido fortemente desviado, ele sequer chega à função-autor. Nesses casos, ele se mantém apenas na função de enunciador, não chegando à função-autor. O repórter só poderia ser considerado autor único (ou produzindo um efeito-autor correspondente à sua função autor) nas situações em que o seu texto é publicado na íntegra, o que é extremamente raro. No *corpus* analisado neste trabalho, há apenas um, dos 44 textos de repórter, cuja formulação final publicada é “praticamente” igual à inicial. Esse número é espantoso, considerando que o repórter, então, raramente é o autor dos textos que são publicados.

Apesar de aqui estar sendo analisado o discurso específico de *Veja*, sabe-se que a forma de construção do discurso jornalístico não se modifica radicalmente de um veículo para o outro (pelo menos nas grandes empresas). Em algumas redações, principalmente de jornais, por decorrência da falta de tempo, ou por outros motivos, o repórter consegue exercer mais vezes a função-autor do que em outras redações. Mas, em geral, as formas de construção do Discurso Jornalístico se repetem de veículo para veículo.

Também falando sobre a autoria no ambiente escolar, Orlandi conclui que uma tarefa da atividade pedagógica da escola "é atuar no que define a passagem da função do sujeito-enunciador para a de sujeito-autor" (Orlandi, 1988:79). A autora, então, se pergunta:

*Como passar da multiplicidade de representações possíveis do sujeito, enquanto enunciador, para a organização dessa dispersão num todo coerente (e consistente) com que se apresenta o autor, responsável pela unidade e coerência do seu discurso?* (Orlandi, idem:79)

De acordo com as reflexões de Gallo, quando Orlandi fala da passagem de sujeito enunciador para sujeito autor, ela está se referindo à passagem de função-autor para efeito-autor. Ora, normalmente o efeito-autor corresponde à função-autor. No caso do Discurso Jornalístico aqui analisado, no entanto, tanto o repórter (algumas vezes) quanto o editor

---

<sup>1</sup> As noções de discurso de escrita e discurso da oralidade são desenvolvidas por Gallo em *Discurso da Escrita e ensino* (1992)

desempenham sua função-autor, mas o efeito-autor do texto final corresponde ao da função-autor do editor, e não a do repórter. O fato é que, no ambiente jornalístico, a forma como é construído o texto final faz com que o repórter não consiga fazer essa passagem da função-autor para o efeito-autor, pois não é ele que dá a unidade ao texto final, e sim o editor. Em situações nas quais os desvios de sentido são tão fortes que chegam a aparecer de forma oposta no texto do editor, o repórter não consegue nem mesmo desempenhar a função-autor, ele permanece apenas na posição de sujeito enunciador. É o sujeito editor que trabalha com as diferentes funções-enunciativas e diferentes posições-sujeito relativas a diferentes repórteres, redatores e outros profissionais. É ele que faz a passagem do múltiplo para o efeito de sentido único no texto final.

Ao examinar o conflito entre duas FDs, que resultam num evento discursivo, Gallo conclui que “o efeito-autor (...) é o efeito de unidade produzido pela FD dominante”(Gallo, 1998:11). No caso do discurso examinado neste trabalho, não existem duas FDs. É importante esclarecer que no *corpus* examinado neste trabalho aparecem seqüências discursivas nos dois *domínios discursivos* com sentidos bastante diferenciados, mas não com uma posição absolutamente antagônica em relação ao tema que está sendo tratado na reportagem. Esses sentidos bastante diferenciados que aparecem nos dois *domínios discursivos*, no entanto, indicam que pode haver a possibilidade de, em relação ao Discurso Jornalístico, repórter e editor pertencerem a FDs diferentes. Isso só não foi constatado nas seqüências aqui analisadas. Caso, por exemplo, na matéria sobre drogas, o repórter defendesse o uso de entorpecentes e o editor condenasse, o antagonismo estaria caracterizado e, por conseguinte, duas FDs diferentes também. No *corpus* aqui analisado, tanto editor quanto repórter representam diferentes posições-sujeito referentes a uma mesma forma-sujeito, logo ambas inscrevem-se numa mesma FD. Portanto, neste caso, o efeito-autor é o efeito produzido pela posição-sujeito dominante dentro de uma FD heterogênea. Essa posição-sujeito dominante no discurso jornalístico é a do editor. Isso parece claro no sentido de que ele é superior hierarquicamente ao outro (o repórter), ocupa inclusive um lugar diferenciado na redação, ou seja, representa a posição-sujeito “que sabe”. Tanto que (e por isso mesmo) é ele que dá a unidade final ao texto. É a sua posição-sujeito, por ser dominante, que dá o efeito-autor ao texto, que é responsável pelos sentidos que aí são “fixados”, que dá rumo ao texto, que é responsável pela organização do texto e pela historização de seus sentidos.

Em relação às formas de autoria na revista *Veja*, ou à “assinatura” das matérias, como dizem os jornalistas, cabe aqui um comentário. Os discursos publicados pela revista aparecem de quatro formas diferentes, em relação a sua representação de autoria. Eles aparecem: 1) sem assinatura alguma; 2) com a assinatura do editor/redator; 3) com a assinatura de um ou mais repórteres; 4) com a assinatura do editor/redator e dos repórteres, entre outras formas mais esporádicas. A maioria dos textos finais (publicados na revista) a partir dos quais foi construído o *corpus* discursivo deste trabalho não apareceram com assinatura alguma (embora hoje a maioria dos textos de *Veja* seja “assinada”).

No caso de um texto já reformulado pelo editor ser “assinado” pelo repórter, é, no mínimo, estranho que um sujeito (editor) seja autor (responsável pelo efeito-autor) e o outro (repórter) “assine” o texto. A assinatura torna o repórter, aos olhos do leitor, responsável pelo texto. Nesse caso, para o leitor, o repórter aparece ilusoriamente como autor de um texto, que, já sabemos, não é de sua autoria.

Judicialmente, inclusive, existe a possibilidade de o repórter que “assinou” a matéria ser processado, caso alguém citado sintasse lesado de alguma forma. A Lei de Imprensa deixa possibilidade para que tanto o “autor”, quanto o veículo (jornal, revista etc..) sejam responsabilizados. O mais comum é a empresa ser processada, por ser considerada, de qualquer forma, co-responsável pelo que é publicado, e também por ter mais condições financeiras do que uma pessoa física. Existem, no entanto, casos concretos de jornalistas que tiveram que responder judicialmente por matérias “assinadas”. Portanto, não é somente para o leitor que um texto parece ser de responsabilidade do repórter quando é ele que assina. Aos olhos da Justiça, ele também é responsabilizado por aquilo que, como já se sabe, pode não ter sido ele quem realmente escreveu. Talvez a maioria dos textos de *Veja* seja hoje “assinada” por isso: pela determinação legal de alguém ser responsabilizado

Tratando da autoria em livros, Foucault diz o seguinte, que pode ser aplicado à questão da autoria no Discurso Jornalístico:

*Um nome de autor não é simplesmente um elemento de um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por*

*um pronome etc.); ele exerce relativamente aos discursos um certo papel: assegura uma função classificativa; um tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, selecioná-los, opô-los a outros textos. Além disso, o nome de autor faz com que os textos se relacionem entre si. (Foucault, 1992:44-5)*

Esse pensamento de Foucault dá a importância devida à assinatura de um texto publicado na revista *Veja*. A ilusão, para o leitor, é de que não só aquele, mas todos os textos assinados pelo repórter X são de sua responsabilidade, isto é, de sua autoria. Ou seja, na maioria dos casos, o repórter assina um texto que não é seu. Mesmo quando o texto não é assinado por ninguém, a ilusão é de que ele é homogêneo, com autoria única. A assinatura faz parecer, no mínimo, que a função-autor do texto corresponde ao efeito-autor, quando, na verdade, há vários enunciadores e, às vezes, mais de uma função-autor. O efeito-autor, no entanto, é único e está relacionado com o editor.

E nos casos em que o editor assina o texto? Aí cabe lembrar que, apesar de o editor ser responsável pelo efeito-autor do texto jornalístico final, a questão de existirem outras funções-autor no texto não aparece para o leitor. O editor já parte da interpretação do repórter (e de outros profissionais que participaram da construção daquele discurso). E mais, parte da história de outros sujeitos e da materialidade discursiva dos textos de outros sujeitos. Ao trabalhar no intradiscurso, recortando os textos recebidos de diferentes repórteres e redatores e reordenando esses recortes em um novo texto, o editor mobiliza o interdiscurso. Isso é o que historiciza o texto e lhe dá sentido, e essa é uma das principais funções do autor.

O repórter, quando podia ser considerado autor do seu texto inicial (ainda sem modificações), estava afetado pelo seu contato com o social e suas coerções, estava determinado pela sua relação com a exterioridade. Quando o efeito-autor do texto muda (um novo texto é criado), a relação que se estabelece é a do novo autor (o editor) com a exterioridade.

Em princípio, a representação do nome do autor mais adequada às condições de produção dos textos de *Veja* seria a assinatura de todos que participaram da elaboração do texto através de sua função-autor. Mas, mesmo assim, a ilusão de homogeneidade permanece,

e mais: a ilusão de que todas as funções-autor correspondem ao efeito-autor final permanece. Seria como dizer que todos aqueles sujeitos enunciadores são igualmente responsáveis, estão de acordo com a unidade final que foi dada àquele texto, quando, na verdade, não é isso o que acontece.

Haveria, ainda, uma outra hipótese a ser discutida: a da autoria coletiva. Quando Gallo propõe outros tipos de textos para serem desenvolvidos em aula pelos alunos como experiência, ela fala da elaboração de um jornal como exemplo de autoria coletiva:

*O texto jornalístico, por exemplo, poderá levar os alunos, produtores de diferentes reportagens, crônicas etc., a vivenciarem a elaboração da função-autor, no momento da montagem do jornal e de seu “fechamento” enquanto tal. O acréscimo, aqui, está no fato da “autoria” ser coletiva. (Gallo, 1992:108)*

Nesse caso, no entanto, acredito que a autora esteja se referindo a uma “autoria coletiva” ao se somarem todos os discursos que fazem parte do trabalho coletivo de “fechar” um jornal. Não da “autoria coletiva” de um único texto.

No caso dos textos que analiso, não caberia a noção de autoria coletiva, pois acredito que uma autoria coletiva é aquela que se propõe coletiva desde sua origem e que, no seu final, carrega conjuntamente a correspondência das funções-autor ao efeito-autor, o que, como já foi visto, não acontece com os textos de *Veja*.

Fica muito claro, depois dessa reflexão sobre **autoria**, o quanto é heterogêneo o Discurso Jornalístico e, em especial, o discurso jornalístico praticado em periódicos semanais. E contraditoriamente, é justamente a heterogeneidade do Discurso Jornalístico que o torna tão ilusoriamente homogêneo, uns textos parecidos com os outros. Como os textos são todos construídos da mesma forma (com editores reunindo vários textos em um só, seguindo um “estilo” do veículo e “tentando” fixar um sentido), esse texto final “esconde” a presença dos outros sujeitos que participam de sua construção e, com ele, a presença de outros sentidos possíveis. Por isso, ele parece ilusoriamente homogêneo. E é essa heterogeneidade e as

condições de produção desse discurso que provocam a modificação de um sentido mínimo e, certas vezes, até fortes desvios, podendo chegar mesmo a uma total inversão de sentido.

Vale lembrar que a principal diferença entre o enunciador e o autor é a responsabilidade. É do autor que é cobrada a responsabilidade sobre o texto. Essa responsabilidade, no entanto, teoricamente só poderia ser cobrada do sujeito que exerce uma função-autor correspondente ao efeito-autor do texto. No cotidiano do trabalho jornalístico, é normalmente o repórter que, por exemplo, tem de atender às reclamações de seus entrevistados, principalmente por sentidos deslizados. Por isso, é importante refletir sobre outra questão: a ilusão do sujeito falante de ser a fonte do sentido e de ser dono do que diz, já que “é na representação do sujeito como autor que mais se cobra sua ilusão de ser origem e fonte de seu discurso” (Orlandi 1988:78). É fundamental, portanto, relacionar essa questão com a **autoria** no Discurso Jornalístico. Para isso, destaco um trecho de Orlandi:

*Gostaríamos de lembrar que, em termos de funcionamento ideológico, o fato de se considerar como fonte do que diz é, segundo Pêcheux (1975), uma ilusão necessária do falante. Quer dizer, é pelo funcionamento da ideologia que ele assim se “vê”, quando na realidade seu discurso não nasce (nem termina) nele. Também o princípio da autoria faz parte, segundo Foucault (1971), dos processos internos de controle e delimitação do discurso. São processos que vão domesticar (disciplinar) a dimensão do acontecimento e do acaso do discurso. O que estamos procurando mostrar é a construção e o funcionamento dessa ilusão necessária e desse princípio, na escola, na produção da autoria. (Orlandi, 1988:81)*

A mesma preocupação que a autora tem no ambiente da sala de aula é deslocada aqui para o meio jornalístico. Para o repórter, a ilusão de ser fonte e dono do que diz é necessária para que ele se acredite livre (mesmo sendo interpelado ideologicamente) e até para que seja reconhecido profissionalmente. Quando o editor reescreve o texto do repórter, criando lacunas de sentido e ressignificações, modificando o efeito-autor do texto, ele acaba com a ilusão do repórter, que se sente frustrado quando lê o texto final na revista. O texto que aparece publicado não é o seu. A unidade, a coerência, o fecho, o sentido não são os que o repórter deu ao seu texto. O efeito-autor não é o seu, e sua ilusão de ser dono do que diz acaba.

O mais curioso é que o repórter vive em uma eterna contradição. Por um lado, ele quer ver seu nome "assinado" na matéria que fez (ou da qual pelo menos teve uma participação); por outro, ele sabe que os desvios existem e não quer ser responsável por eles (pelo novo efeito-autor que não corresponde a sua função-autor). Ou seja, ou ele se submete a não ver seu nome em um texto que tem efetivamente sua participação na construção (da qual ele foi pelo menos sujeito enunciador, ou até desempenhou uma relativa e parcial função-autor), ou ele se submete a responder socialmente pelos desvios provocados pelo editor.

Posso afirmar que a forma como o Discurso Jornalístico é construído, principalmente nos semanários, aponta para uma nova reflexão sobre **autoria**. Normalmente, o efeito-autor de um texto corresponde à função-autor. Em relação aos textos aqui analisados, ficou claro que essa correspondência não existe por completo. Estamos diante de um discurso que pode ter mais de uma função-autor e apenas um efeito-autor (o do editor).

#### 4 Um discurso autoritário

Depois de discutir sobre os deslizamentos de sentido no discurso de *Veja* e sobre a questão da **autoria** em relação a esse mesmo discurso, acredito ser possível introduzir uma nova reflexão em relação ao funcionamento do Discurso Jornalístico. Ela fica aqui mais como uma questão, um início de pensamento que pode ser aprofundado em trabalhos futuros.

Enquanto realizava esta dissertação, encontrei pouca bibliografia que tratasse especificamente sobre as questões que estava estudando. A Análise do Discurso, no entanto, é interessante exatamente por isso: pode ser aplicada a qualquer tipo de discurso. Mas um fato chamou minha atenção. As reflexões que alguns autores de AD faziam especificamente sobre o Discurso Pedagógico quase sempre se adaptavam muito bem ao que eu estava percebendo no funcionamento do Discurso Jornalístico, mais especificamente no discurso jornalístico da revista *Veja*. A certa altura, comecei a me perguntar porque isso acontecia. Afinal, a primeira vista, os dois discursos pareciam bastante diferentes. Percebi, então, o que havia de comum entre os dois. E mais: vi que havia muito mais semelhanças do que diferenças.

Eni Orlandi, em *A linguagem e seu Funcionamento* (1996), distingue três tipos de discurso em seu funcionamento: o discurso lúdico, o discurso polêmico e o discurso autoritário. O discurso lúdico é aquele em que seu objeto se mantém presente e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando daí o que Orlandi chama de polissemia aberta. Ou seja, não há controle de sentido (o exagero seria o non-sense). O discurso polêmico mantém a presença do seu objeto, mas os participantes não se expõem, procuram dominar o seu referente, ou seja, procuram estabelecer um sentido para o objeto. Orlandi diz que isso

resulta numa polissemia controlada. No discurso autoritário, o referente está ausente, oculto pelo dizer. Não chega a haver locutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida. Um único sentido já vem imposto para o objeto ausente.

Apesar de essa classificação já ter sido criticada por alguns autores e até revista pela própria Orlandi, ela contribui para que se estude e entenda o funcionamento dos discursos. O que a autora defende é que o Discurso Pedagógico, tal qual ele se apresenta atualmente, pode ser caracterizado como um discurso autoritário.

Em resumo, ela explica que, em um discurso autoritário como o Discurso Pedagógico, o locutor é, na verdade, uma imagem idealizada do professor, o interlocutor, uma imagem idealizada de aluno e o objeto tem uma imagem pedagogizada. Para ela, dentro desse esquema, ensinar é inculcar. Isso significa que o aluno, quando escreve, quando faz uma prova, ou responde a uma pergunta, o faz de acordo com a imagem que ele acha que o professor tem do objeto. Ou seja, a imagem que o aluno faria do objeto não importa.

O aluno simplesmente tem que preencher lacunas que já estão previamente definidas. Existe uma única resposta certa, que “é porque é”. Nesse funcionamento, o professor faz o papel do sujeito “que sabe” e o aluno do “que não sabe”. A preocupação maior passa a ser com a memorização de nomenclaturas (metalinguagem) e não com a compreensão dos fatores sociais e históricos que explicam e estão na base do conhecimento.

Por isso que Orlandi diz que o Discurso Pedagógico é circular, por se repetir, assim se garantindo. Para romper com essa circularidade, Gallo (1999:5) propõe que se pense em um “triângulo dos efeitos simultâneos”, produzidos pelo Discurso da Escrita. Em um dos vértices está o efeito-texto, em outro, o efeito-autor e no seguinte, o efeito-leitor. Para ela, a “textualização é um trabalho de ‘fechamento’, nunca completamente acabado porque na estrutura, na malha do ‘textual’, haverá sempre aquilo que é lacunar” (Gallo, Idem:5). Gallo chama essas lacunas de “espaços cambiáveis”, realizados por pronomes, referências de dia, hora, lugar etc.. Quem vai preencher essa “buracos” é o sujeito que desempenha a função-leitor.

*No Discurso Didático-Pedagógico, o trabalho de “leitura” se confunde com o trabalho de decodificação da matéria gráfica, e no nível do Discurso, o trabalho se reduz a uma “auto-avaliação” (não é para ler, é para corrigir). (Gallo, idem:5)*

É por isso que Gallo propõe que os textos dos alunos sejam publicados. Com outras pessoas lendo os textos, além do professor, o triângulo se completa, pois se estabelece também o efeito-leitor.

No que, então, o funcionamento do Discurso Jornalístico se assemelha ao Discurso Pedagógico? Como foi visto neste trabalho, as posições-sujeito repórter e editor são bem definidas dentro da redação da revista *Veja*. Os dois, na maioria das vezes, fazem parte de uma mesma Formação Discursiva, mas a posição claramente dominante é a do editor, que é o responsável pelo efeito-autor do texto final publicado pela revista.

O que normalmente acontece no ambiente jornalístico (pelo menos em relação à *Veja*) é que o editor – assim como o professor na escola - representa a posição-sujeito “que sabe”. O repórter passa, então, a escrever não para o leitor, mas para o editor, ou ainda, para a imagem que ele tem do editor. Ele sabe que é para o editor que ele terá que “entregar” seu texto, e é o editor, seu superior, que vai “aprovar” ou não o seu texto. Essa forma como os textos são construídos no Discurso Jornalístico faz com que ele se caracterize como um discurso autoritário, e explico porquê.

Desde a concepção da pauta jornalística, quando editores se reúnem para definir uma matéria, o funcionamento do Discurso Jornalístico se caracteriza como autoritário. Cada vez existe menos aquela figura de repórter, retratada em alguns filmes, que saía para as ruas em busca da notícia. A pauta, numa revista nacional, é muitas vezes idealizada pelos editores que a repassam para os repórteres espalhados pelo Brasil e pelo mundo. Cada um vai cumprir uma tarefa, como o aluno que preenche corretamente em uma tabela as cores pré-estabelecidas pelo professor, ou decora o ano da Independência brasileira. O repórter também executa o que o editor determina. Assim como acontece muitas vezes com o aluno, ele em muitas ocasiões só preenche lacunas. Nesses casos, a imagem que ele teria do objeto não importa.

Isso faz com que as matérias pareçam cada vez mais iguais. É como se ela já estivesse estabelecida antes mesmo de ser realizada. É um discurso com circularidade, que, nesse sentido, assim como o da escola, só fixa o que já está fixado. Não existe o que Gallo chama de “evento discursivo”. Basta imaginar como seria uma reportagem numa revista nacional sobre, por exemplo, o uso de drogas. Não é preciso ser mágico para adivinhar que haverá menção ao médico, ao psiquiatra, ao paciente que não se cura, à família de outro que morreu e um que conseguiu largar o vício. Talvez apareça alguma terapia alternativa que promete ser a luz no fim do túnel do problema. Tudo recheado com “indiscutíveis e claros” números estatísticos que vão criar a ilusão de que tudo que está sendo dito é a verdade absoluta, dotada de um sentido único e transparente.

Dois pontos devem ser destacados neste momento. O primeiro é que, apesar de, no Discurso Jornalístico, haver o sujeito que desempenha a função-leitor – inclusive preenchendo os “espaços cambiáveis”, realizados por pronomes, referências de dia, hora, lugar etc., sempre presentes nos textos jornalísticos – o discurso se mantém autoritário e circular quando se pensa na posição-sujeito do repórter. Ou seja, o triângulo só se fecha ao considerarmos que um de seus vértices seja o efeito-autor do editor e o outro o efeito-texto do editor (além do efeito-leitor).

Quando pensamos no trabalho textual do repórter, o triângulo não se fecha, pois fica faltando tanto o efeito-autor quanto o efeito-texto para seu texto. O texto publicado, na maioria das vezes, como já foi visto, não é o do repórter e o repórter não consegue fazer a passagem de função-autor para efeito-autor. Às vezes, dependendo do tipo de deslizamento de sentido, sequer consegue fazer a passagem de sujeito-enunciador para sujeito-autor. Ou seja, neste caso, o simples fato de existir a publicação de um texto (como Gallo propõe na escola) não basta para que o triângulo se feche. Se, na escola, a publicação do texto pode possibilitar o fechamento do “triângulo de efeitos simultâneos”, no ambiente jornalístico, a publicação não garante esse fechamento para o repórter, pois o seu efeito-autor não existe. Assim como não bastaria publicar o texto de um aluno que não fosse realmente seu e sim com efeito-autor do professor. Todos os vértices devem ser correspondentes.

O segundo ponto que chama a atenção é que, enquanto teóricos discutem sobre o Discurso Pedagógico, percebendo que ele se caracteriza como autoritário, tentando polemizá-lo, em relação ao Discurso Jornalístico, praticamente não existe essa discussão. É raro os teóricos do jornalismo refletirem sobre a relação repórter/editor percebendo as questões aqui tratadas. Normalmente, a questão do repórter enquanto autor não é discutida, nem a questão de o leitor não reconhecer o funcionamento do Discurso Jornalístico. Ainda permanece a ilusão de que o texto de uma revista como a *Veja* é homogêneo, com autor único, sem deslizamentos de sentido e polêmico.

Comparando o Discurso Pedagógico com o Discurso Jornalístico, é possível perceber que ambos se caracterizam, por suas condições de produção semelhantes, como autoritários. Se, em princípio, eles em nada se parecem, é possível perceber que a forma como eles são construídos os caracteriza como autoritários.

## AS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando comecei a cursar o mestrado, meus livros sobre Análise do Discurso ganharam uma prateleira especial na minha estante de livros de Jornalismo. No início, ficava mais fácil encontrá-los separados dos outros, que eu consultava constantemente como professora. Hoje, essa divisão não existe mais. Eles estão todos misturados e são igualmente consultados. De fato, para mim, hoje não existe mais essa separação: não consigo pensar no Jornalismo sem pensar em Análise do Discurso. Assim como não consigo mais refletir sobre a profissão de professora sem levar em consideração a relação que para mim se estabeleceu entre o Discurso Jornalístico e o Discurso Pedagógico.

Como jornalista, posso afirmar que escolhi uma profissão que não deixa tempo para pensar no *fazer jornalístico*. Debate-se entre colegas sobre o mundo, sobre o buraco da rua, sobre o caso de polícia, sobre política, economia, Internet, esportes. Gasta-se bastante tempo falando dos erros do dia ou da semana anterior (nossos e, principalmente, dos concorrentes). Fala-se também de “manipulação”, de ética, do padrão, daquilo que não conseguimos fazer, que parece estar escondido entre as linhas. Pura ilusão. Com a Análise do Discurso, se percebe que não existe nada “escondido”. O padrão, a ética, a política e até o sujeito que caiu no buraco da rua estão nas linhas e não entre elas. Eles fazem parte daquilo que está ali, de forma concreta nas páginas e nas mãos do leitor. E sobre isso quase não se pensa. Pensa-se até no leitor (ou no receptor, como diriam os teóricos da comunicação), mas muito pouco se discute sobre a construção do Discurso Jornalístico (até mesmo pensando no leitor). Não por acaso.

O sujeito jornalista é aquele que trabalha contra o tempo. O tempo é tudo no Jornalismo. Quando ele começa a pensar em alguma coisa que não tenha um resultado prático

e imediato, o concorrente (que às vezes pode ser até de dentro da sua redação) já pensou, já fez, já publicou. O sujeito repórter sequer tem chance de pensar. Há uma pessoa paga (e que ganha mais) para pensar por ele. O sujeito editor tem hoje a função de pensar e o repórter a de executar aquilo que já foi pensado. Como o sujeito repórter pensa (é inevitável) e está inscrito em uma Formação Discursiva, ocupando uma posição-sujeito, não é possível para o editor receber o “texto ideal”. Aquele que teria um só sentido, puro e absoluto. O sujeito editor, então, cumprirá sua função, que corresponde a sua posição-sujeito, inscrita na sua Formação Discursiva, com sua ideologia e história correspondentes, e “tentará” mais uma vez buscar o “texto ideal”, fechado e com sentido único. O sentido não é único e nunca será. Deveriam poupar seu tempo (tão precioso).

Para os jornalistas acostumados com o dia-a-dia da profissão, saber que vários sujeitos elaboram textos sobre um mesmo assunto em diversos pontos do país (e do mundo) e que os enviam a um pequeno grupo de editores que os reescrevem, transformando-os em um só texto, é natural, corriqueiro. Nem poderia deixar de ser. Acredito que não exista forma mais eficaz de se “cobrir” um espaço tão grande. Teoricamente, todos têm que estar representados na revista (ou pelo menos aqueles que podem comprá-la). Chama a atenção, no entanto, que se reclame, na área - sem reflexões maiores a respeito - que praticamente não existe mais aquele repórter de antigamente: que escrevia bem, que gostava de estar na rua, que tinha “estilo próprio”, que buscava “algo novo”.

Como seria possível que o repórter continuasse o mesmo se as condições de produção do Discurso Jornalístico mudaram? O crescimento das empresas jornalísticas e os fatores tecnológicos, políticos e econômicos criaram redações diferentes das de antigamente. O número de jornalistas nas principais empresas é grande, o que dificulta imensamente que as decisões sejam tomadas por mais do que poucas pessoas (no caso, o grupo de editores). As publicações são cada vez mais produtos que precisam vender a qualquer custo. No Brasil especificamente, não existe mais um inimigo explícito comum que provocava a censura (na época também explícita). Mas, independentemente dos motivos, é claro que hoje as posições-sujeito dentro das grandes redações são cada vez mais diferenciadas. Ou seja, cada vez mais a Formação Discursiva da qual essas posições-sujeito fazem parte são mais heterogêneas.

Com as análises aqui feitas, foi possível perceber que o discurso da revista *Veja* é extremamente heterogêneo (de forma marcada e não-marcada). Entrevistados, repórteres, editores estão presentes nos textos que chegam aos leitores. Discursos mobilizados no interdiscurso também se atravessam no texto final do editor. O sujeito editor busca a fixação de um sentido entre todos os que estão nas várias formulações, atestando, com isso, que eles existem.

Examinando os deslizamentos de sentido, foi possível notar que o Discurso Direto não garante nenhuma fidelidade ao que foi dito por um entrevistado. As aspas criam essa ilusão, ao mesmo tempo em que provocam outra: a de que somente aquela manifestação marcada *pertence a outro sujeito*. Foi possível perceber também que a repetição de um enunciado implica a possibilidade de reformulá-lo, o que, por sua vez, pode ser feito, acrescentando ou retirando algo. Aí se abre o espaço para a instauração da ambigüidade. Ao parafrasear, o sujeito inclui e retira pedaços de enunciados, e, justamente aí, se criam lacunas que podem desviar um sentido que estava definido inicialmente. O pedaço do enunciado que foi incluído, por exemplo, carregará consigo uma lacuna de sentido que era preenchida na primeira formulação como um todo. Na segunda formulação (paráfrase), a lacuna não poderá existir e será preenchida pelo restante da formulação, podendo provocar um novo efeito de sentido. Da mesma forma, a retirada de um pedaço de enunciado, na segunda formulação, pode provocar o mesmo efeito, pois o restante da formulação que sobrou deverá ter um “novo sentido”.

Com essas observações, foi possível constatar que as elipses não são “faltas necessárias” e nem as incisivas, “acréscimos contingentes”, como propõe a Linguística tradicional. Elas podem, sim, provocar o deslizamento de sentido. E o editor é o sujeito que provoca incisivas e elipses para tentar fixar algum sentido. Esse sentido pode ser aquele que já é “fixado socialmente” e que é mobilizado no interdiscurso para se atravessar no discurso final publicado por *Veja*. As incisivas e as elipses servem para que o texto final fique todo coerente com o sentido que, então, está sendo o pretendido. Esse “esforço” de fixação de um sentido, como já foi dito, só testemunha a possibilidade de tantos outros.

O deslizamento pode ser feito também sem que se insira ou se retire explicitamente uma manifestação discursiva da primeira formulação, mas simplesmente alterando um

sentido. Esse deslizamento pode ser provocado, como foi visto nas análises, com a “colagem” de vários recortes de textos, o que também produz lacunas. O discurso do repórter não se mantém inteiro no texto final, mas sim com lacunas. Ao preenchê-las, o editor modifica os sentidos também tentando fixar apenas um. Com as análises, ficou constatado também que vários tipos de deslizamentos podem ocorrer simultaneamente. Em uma mesma seqüência foi possível perceber incisões, elipses e outros funcionamentos discursivos que provocam o deslizamento do sentido.

Os deslizamentos de sentido podem ser mais ou menos fortes, dependendo da posição-sujeito repórter e da posição-sujeito editor. Quanto mais divergentes, maior deverá ser o deslizamento. Nas seqüências analisadas neste trabalho não foi possível encontrar discursos do repórter e do editor que representassem claramente duas Formações Discursivas, embora, às vezes, os sentidos fossem muito diferenciados. Talvez o fato de, dentro de uma redação, os cargos serem mutantes – um repórter hoje pode ser editor amanhã – possa favorecer para que as posições não apareçam de forma antagônica. Se o repórter tem uma posição-sujeito totalmente antagônica a do editor, as próprias condições de produção do Discurso Jornalístico fazem com que o repórter não possa deixar clara sua posição para não perder o emprego e comprometer sua carreira, pois o editor é seu superior e ocupa a posição “que sabe”. O repórter já conhece a forma como o Discurso Jornalístico é construído e talvez por isso não deixe claro em seus textos posições totalmente antagônicas às do editor.

Ao constatar esses deslizamentos de sentido, meu objetivo não é dizer que não deveria existir o editor, nem que todas as redações tenham necessariamente a mesma forma de construir seus discursos. Ou seja, este não é um trabalho contra a função do editor. Minha proposta é que se pense sobre a forma como o Discurso Jornalístico é construído e como essas posições-sujeito acabaram se estabelecendo, até porque essa forma não é suficientemente clara para a maioria dos leitores.

Uma entrevista feita por Ari Schneider, apresentada em forma de pergunta/resposta, na revista *Jornal dos Jornais*<sup>1</sup>, com o jornalista Ricardo Kotscho, trata de forma coloquial de temas que, neste trabalho, tento discutir. A primeira delas é o fato de Kotscho ter voltado a ser repórter (hoje da revista *Época*) depois de ter ocupado vários cargos de chefia em diferentes veículos. A reportagem cita também Clóvis Rossi, que teve a mesma trajetória. O que faria um “editor” voltar a ser repórter?

Kotscho não responde a essa pergunta na entrevista, e não posso respondê-la por ele ou por Rossi, dois jornalistas consagrados, mas posso, pelo menos, pensar a respeito do assunto. É comum editores dizerem que gostariam muito de fazer reportagens e editá-las ao mesmo tempo. Normalmente, isso é muito difícil devido a grande quantidade de trabalho de ambas as funções: repórter e editor. Acredito que esse desejo se deva, em parte, ao fato de que todo jornalista busca ser autor de seu texto. Em outras palavras, busca desempenhar uma função-autor com um efeito-autor correspondente. São raros os casos concretos, até porque existem outras posições-sujeito no Discurso Jornalístico, como, por exemplo, a do dono do veículo.

Acredito que jornalistas como Kotscho não ocupam uma mesma posição-sujeito de um repórter que nunca foi editor (ainda mais reconhecido como ele). É uma nova posição-sujeito. Aos olhos dos outros repórteres, aquele sujeito representa também a posição “que sabe”, mesmo ocupando a posição do repórter, e isso o diferencia. Por outro lado, ele não ocupa novamente a posição de editor, o que o diferencia também de seus superiores. Ou seja, é realmente uma nova posição-sujeito. O mesmo aconteceria se um professor passasse a ocupar a posição de aluno num ambiente onde antes era professor (e não num mestrado ou doutorado, onde estaria naturalmente na posição-aluno). Uma outra relação se estabelece. E essa comparação entre o Discurso Jornalístico e o Discurso Pedagógico me interessa em particular. Como jornalista e como professora de jornalismo.

---

<sup>1</sup> Os trechos que são aqui reproduzidos são da entrevista de Ari Schneider, **Kotscho, repórter especial** para a revista **Jornal dos jornais**: a revista da imprensa. Ano 2, número 13, abril. Págs 40 a 52. São Paulo: Editora Jornal dos jornais 2000.

Na mesma entrevista, Kotscho diz que a “garotada” que está saindo das faculdades de jornalismo tem um “texto problemático”. Ele diz :

*Não só o texto. Acho que há um problema até maior, que é a falta de interesse (...) de fazer jornalismo. (...) Há muita tese nas redações de hoje. Os jornais de antes eram feitos da rua para a redação; agora as pessoas se reúnem nas redações, bolam uma tese e mandam o repórter para a rua confirmar aquela tese. Por isso é que está tudo muito igual, tanto em termos de jornal, quanto de revistas.<sup>1</sup>*

No decorrer da entrevista, o jornalista faz outras afirmações que possuem relação direta com o que trato neste trabalho. Ele diz que são os jornalistas da sua geração os que ainda fazem reportagens. “Não há uma nova geração de repórteres.” Kotscho afirma também que “o texto da imprensa brasileira foi piorando nos últimos anos e que isso coincide com as escolas de jornalismo (...) o texto foi piorando à medida que foram se multiplicando as escolas de Jornalismo”.

As observações do jornalista são interessantes, neste momento, porque reúnem várias questões aqui tratadas. Primeiro, ele confirma a forma como retratei que são construídos os discursos jornalísticos ao dizer que “teses” são elaboradas nas redações e ao dizer que não existe mais interesse em se fazer reportagem. As duas questões estão ligadas, já que o repórter não consegue ser autor de seus textos na forma como hoje ele trabalha. Ele não é autor porque não participa do texto desde sua concepção até a sua finalização e porque o texto que sai publicado tem o efeito-autor do editor, e não o seu.

A relação que Kotscho estabelece entre essa situação e as faculdades de Jornalismo também é bastante interessante. Como pude constatar neste trabalho, a forma como o Discurso Jornalístico é construído é muito semelhante com a do Discurso Pedagógico tradicional. Professor e editor ocupam a posição-sujeito que sabe. Aluno e repórter ocupam a posição-sujeito que não-sabe. A relação entre essas posições caracteriza ambos como discursos autoritários.

---

<sup>1</sup> Os trechos que são aqui reproduzidos são da entrevista de Ari Schneider, **Kotscho, repórter especial** para a revista **Jornal dos jornais**: a revista da imprensa. Ano 2, número 13, abril. Págs 40 a 52. São Paulo: Editora Jornal dos jornais 2000.

No caso das faculdades de Jornalismo, essa situação se intensifica. Nas disciplinas práticas, nas quais o estudante deve produzir textos como se fosse repórter – ou seja, utilizando as técnicas e a linguagem jornalísticas -, ele passa a ocupar duplamente a posição que não sabe. Ele “não sabe” porque é aluno e, sendo assim, vai escrever para o professor, que vai avaliá-lo. Na maioria das disciplinas, os textos não são publicados, não existindo, portanto, um leitor que não seja o professor. Muitas vezes, os temas sobre os quais os alunos escrevem são impostos pelo professor, assim como o tamanho do texto, com o objetivo de reproduzir situações que eles encontrarão no mercado. O professor é, então, o sujeito que sabe por ser professor, mas também por reproduzir em si a posição do editor.

O aluno também “não sabe” porque está aprendendo a ser repórter. Ele é aluno e repórter. O professor é professor e editor. É evidente que nem sempre é assim. Há casos em que alunos escrevem livremente, sem tema ou espaço fixos. Há casos em que os textos são publicados, como nos jornais e revistas-laboratórios. Mas em geral existe, sim, uma preocupação em reproduzir o mercado. Existe até uma solicitação por parte dos alunos de que isso aconteça, já que eles querem chegar “prontos” no mercado. O aluno tem, por exemplo, pouca chance de exercitar a função de editor. Chegar “pronto” no mercado, entretanto, tem sido chegar habituado a exercer a posição-sujeito “que não sabe”.

Como a universidade jamais irá reproduzir exatamente o mercado – já que os sujeitos são outros, a relação política e econômica é outra e, principalmente, não é possível reproduzir fielmente o “tempo” do mercado – nunca os textos de alunos de Jornalismo vão ser os “mesmos” do mercado. Por outro lado, por que tentar reproduzir posições-sujeito que, como foi visto, geram repórteres que não são autores e, nas palavras de Kotscho, não “tem interesse” pela reportagem? Existe aí uma grande contradição: a universidade tem que oferecer as condições do mercado, mas o mercado reclama que esses recém chegados “não sabem” escrever, “não sabem pensar”.

Nessas considerações finais, espero estar abrindo caminho para uma reflexão mais ampla – que pretendo fazer futuramente - sobre o que posso chamar de um terceiro discurso: o *Discurso Pedagógico Jornalístico*. Esse discurso, como na maioria das vezes é construído, é duplamente autoritário. Acredito que o grande desafio das faculdades de Jornalismo é

encontrar a medida certa para oferecer as condições de mercado, mas, ao mesmo tempo, possibilitar que o aluno consiga fazer a passagem de sujeito-enunciador para sujeito-autor, e mais, ocupando uma função-autor que tenha um texto com efeito-autor correspondente. Se no mercado pouco espaço ainda existe para que isso aconteça, a universidade parece ser o único lugar onde as formas de deslizamentos de sentido no Discurso Jornalístico podem ser discutidas e o único caminho para que o Discurso Jornalístico possa ser menos autoritário.

## A BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. **Heterogeneidade(s) enunciativa(s)**. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, n. 19, p. 25-42, jul/dez., 1990.

\_\_\_\_\_. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7º ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BARROS FILHO, Clóvis. **Ética na comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo: Moderna, 1995.

CAZARIN, Ercília Ana. **Heterogeneidade Discursiva: Relações e efeitos de sentido instaurados pela inserção do discurso–outro no discurso político de L.F. Lula da Silva**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 1997.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COURTINE, Jean Jacques. **Analyse du discours politique**. Langages, Paris, Larousse, v. 62, p. 0-128, 1981.

\_\_\_\_\_. **O chapéu de Clémentis**, In: Indursky, Freda & Leandro Ferreira, Maria Cristina (orgs.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 1999.

COURTINE, J. J. & MARANDIN, J. M. **Quel objet pour l'analyse du discours? Matérialités discursives: colloque à l'université Paris X-Nanterre (1980)**. Lille, Presses Universitaires de Lille, 1981.

DORNELES, Elizabeth F. **O discurso do MST: um acontecimento na estrutura agrária brasileira.** In: Indursky, Freda & Leandro Ferreira, Maria Cristina (orgs.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso.** Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 1999.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito.** Campinas: Pontes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor.** São Paulo: Editora Veja, 1992.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GADET, Françoise & HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux.** Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

GALLO, Solange. **Discurso da escrita e ensino.** Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. **Texto – como apre(e)nder essa matéria?** análise discursiva do texto na escola. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1994. Tese de doutorado.

\_\_\_\_\_. **O que é textualização.** Florianópolis: Mimeo, 1998.

\_\_\_\_\_. **Autoria no mito indígena.** In: Indursky, Freda & Leandro Ferreira, Maria Cristina (orgs.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso.** Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 1999.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide, uma teoria marxista do jornalismo.** Porto Alegre: Tchê, 1987.

GRANTHAM, Marilei. **O discurso fabular e sua repetição através dos tempos na reiteração do mesmo, a presença do diferente.** Porto Alegre: UFRGS, 1996. Dissertação de Mestrado.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação.** Campinas: Pontes, 1987.

GUIMARÃES, Eduardo (org.). **História e sentido na linguagem.** Campinas: Pontes, 1989.

HANAUER, Jeane Maria. **Sexo seguro/voto seguro: a questão do sentido.** In: Indursky,

Freda e Leandro Ferreira, Maria Cristina (orgs.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 1999.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

INDURSKY, F. e LEANDRO FERREIRA, M.C. (orgs.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 1999.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1993.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **Nas trilhas do discurso**, In: Eni Orlandi (org.). **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Da ambigüidade ao equívoco**: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3ª ed. Campinas: Pontes, 1997.

MARIANI, Bethania S. C.. **Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico**: a revolução de 30. In: Indursky, Freda & Leandro Ferreira, Maria Cristina (orgs.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 1999.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ORLANDI, Eni P. **Segmentar ou recortar?**. Série Estudos, Faculdade Integrada de Uberaba, n. 10, p. 9-26, 1984.

\_\_\_\_\_. **A análise do discurso**: algumas observações. Delta, EDUC-PUC/SP, 2, nº 1, p. 105-126, 1986.

\_\_\_\_\_. **Discurso e leitura**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, Ed. Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_. **Vozes e contrastes, discurso na cidade e no campo**. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. **Terra à vista**: discurso de confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez,

Ed. Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. **O lugar das sistematicidades lingüísticas na análise do discurso.** Delta, EDUC-PUC/SP. vol. 10. n. 2, p. 295-307, 1994.

\_\_\_\_\_. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento** – As formas do discurso. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso** – princípios e procedimentos. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2000

PÊCHEUX, Michel (1969). **Análise automática do discurso** (AAD-69). In: Gadet & Hak (org). **Por uma análise automática do discurso.** Campinas: Ed. Unicamp, 19903

\_\_\_\_\_. (1983). **A análise do discurso: três épocas.** In: Gadet & Hak (org). **Por uma análise automática do discurso.** Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 2ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. 2ª ed. Campinas: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, H. & FUCHS, C. (1975). **A propósito da análise automática do discurso.** In: GADET & HAK (orgs.). **Por uma análise automática do discurso.** Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

ROBIN, Régine. **História e lingüística.** São Paulo: Cultrix, 1973.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de lingüística geral.** 16ª ed. São Paulo: Cultrix, 1991.

SERRANI, Silvana. **A linguagem na pesquisa sociocultural:** um estudo de repetição na discursividade. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

SETTI, Ricardo. **É melhor ser repórter ou diretor de redação?**. In: Nemérico Nogueira (coord.), **Jornalismo é...** Xenon São Paulo, (s/d).

## OUTROS

**Coleção da revista *Veja***. Editora Abril.

**Manual de estilo Editora Abril**: como escrever bem para nossas revistas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SCHNEIDER, Ari. **Kotscho, repórter especial**. Entrevista para a revista **Jornal dos jornais**: a revista da imprensa. Ano 2, número 13, abril. Págs 40 a 52. São Paulo: Editora Jornal dos jornais 2000.